



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO

---

# RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Mestrado em Ensino 1º e 2º CEB  
- Português e História e Geografia de Portugal

A censura e a importância da(s) liberdade(s): entre a História e  
a Cidadania Global

Cristiana Nibra Leite

---

---





INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO

Cristiana Nibra Leite

**RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA  
DE ENSINO SUPERVISIONADA**  
Mestrado em Ensino 1º e 2º CEB  
- Português e História e Geografia de Portugal

A censura e a importância da(s) liberdade(s): entre a História e  
a Cidadania Global

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)  
Doutor Gonçalo Maia Marques

janeiro de 2021

## Agradecimentos

Num ano tão atípico como este que estamos a atravessar, torna-se ainda mais importante agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, se cruzaram comigo neste caminho tão diferente e desafiante, mas não menos especial, e que o tornaram um bocadinho mais fácil de percorrer.

Começo então por agradecer, pela segunda vez na minha vida académica, ao Professor Doutor Gonçalo Marques, pela orientação, pela disponibilidade e pela paixão que transmite pelo ensino, o que, nos momentos mais difíceis, me motivam a querer continuar e fazer sempre o meu melhor para um dia conseguir seguir o caminho que escolhi profissionalmente.

À minha família e ao meu namorado por me apoiarem quando decidi envergar nesta aventura novamente, por me darem força para superar os dias mais complicados, por compreenderem sempre e sem pedirem justificações a minha falta de tempo e me ajudarem a encontrar soluções para os obstáculos que fui encontrando.

À família que escolhi, os meus amigos, pelos momentos de partilha de conhecimentos e de apoio e pelas palavras de coragem para continuar.

Às minhas colegas de trabalho, e amigas, por tornarem possível a realização deste mestrado, mesmo quando isso implicava alterar as suas próprias rotinas.

E por fim, aos professores cooperantes que me receberam de braços abertos e me transmitiram tantos conhecimentos fundamentais para o meu futuro como professora.

Termino por dizer que nunca vou esquecer todos os gestos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para conseguir terminar este caminho. A todos, um obrigada do tamanho do mundo inteiro!

## Resumo

O presente relatório apresenta o percurso pedagógico realizado durante a intervenção em contexto educativo, fazendo o enquadramento das intervenções realizadas no 1º ciclo e no 2º ciclo do Ensino Básico e dando ênfase ao estudo realizado na disciplina de História e Geografia de Portugal, numa turma do 6º ano de escolaridade, no âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionado II.

Tendo como objetivo participar numa educação para o desenvolvimento, o professor deve assumir-se como um investigador social, aprendendo a interpretar o mundo conceptual dos alunos, ajudando-os a modificá-lo positivamente. Assim sendo, a presente investigação teve como principal objetivo promover nos alunos uma reflexão sobre a importância das liberdades individuais e coletivas, tendo como base o estudo da utilização da censura no Estado Novo, incitando-os a construir os seus próprios conhecimentos e, conseqüentemente, tornarem-se cidadãos mais conscientes e justos.

Para orientar o estudo foi definida uma questão de investigação: “De que forma a utilização da Censura enquanto instrumento repressivo, utilizado pelo Estado Novo, nos faz refletir pedagogicamente sobre a importância da liberdade?”, que foi desdobrada em três questões de forma a facilitar a sua interpretação e exploração.

Neste enquadramento, foi desenvolvido um conjunto de tarefas com os alunos, de forma a obter respostas para a questão apresentada, com base numa metodologia que apresenta um enfoque qualitativo e que está relacionada com o paradigma de natureza interpretativo ou construtivista, correspondendo a uma Aula-Oficina.

Recorrendo a técnicas de recolha de dados como o inquérito por questionário impresso, a observação direta e participante e a análise documental, nomeadamente os registos produzidos pelos alunos, os resultados obtidos permitem-nos concluir que a abordagem da temática da “censura” e a sua prática no período do Estado Novo, permitiu aos alunos ter consciência da importância das liberdades individuais e a sua garantia e

ainda refletir sobre o passado de forma a compreender o presente e intervir no futuro enquanto cidadãos.

**Palavras-chave:** História e Geografia de Portugal; Censura; Liberdades individuais.

## Abstrat

This report presents the pedagogical path taken during the intervention in an educational context, framing the interventions carried out in the 1st cycle and the 2nd cycle of Basic Education and emphasizing the study carried out in the discipline of History and Geography of Portugal, in a class of the 6th grade, under the discipline Supervised Teaching Practice II.

With the objective of participating in education for development, the teacher must assume himself as a social researcher, learning to interpret the conceptual world of students, helping them to modify it positively. Therefore, the present investigation had as main objective to promote in the students a reflection on the importance of individual and collective freedoms, based on the study of the use of censorship in the Estado Novo, encouraging them to build their own knowledge and, consequently, become more aware and fair citizens.

To guide the study, a research question was defined: “How does the use of censorship as a repressive instrument, used by the Estado Novo, make us reflect pedagogically on the importance of freedom?”, which was divided into three questions to facilitate its interpretation and exploitation.

In this context, a set of tasks was developed with the students in order to obtain answers to the question presented, based on a methodology that presents a qualitative focus and that is related to the paradigm of an interpretative or constructivist nature, corresponding to a Workshop.

Using data collection techniques such as the printed survey, direct and participative observation, and documentary analysis, namely the records produced by the students, the results obtained allow us to conclude that the approach to the theme of “censorship” and its practice during the Estado Novo period, allowed students to be aware of the importance of individual freedom and their guarantee and also reflect on the past in order to understand the present and intervene in the future as citizens.

**Key Words:** History and Geography of Portugal; censorship; individual freedom.



# Índice Geral

Agradecimentos .....	i
Resumo.....	ii
Abstrat.....	iv
Índice de Tabelas .....	viii
Índice de Figuras .....	viii
Índice de Gráficos .....	ix
Lista de siglas e acrónimos .....	1
Introdução .....	1
Parte I – Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada .....	4
Capítulo I – Intervenção em contexto educativo: 1º Ciclo do Ensino Básico .....	4
1.1. Caracterização do contexto .....	4
1.2. Percurso da Intervenção Educativa: o 1º ano de escolaridade .....	10
Capítulo II - Intervenção em contexto educativo II.....	16
2.1. Caracterização do contexto .....	16
2.2. Percurso da Intervenção Educativa: o 6º ano de escolaridade .....	21
Parte II – Trabalho de Investigação .....	27
Capítulo I – Introdução .....	27
1.1. Caracterização do estudo .....	27
1.2. Motivação .....	32
Capítulo II – Revisão da Literatura .....	34
O papel da História e Geografia de Portugal para a promoção da Cidadania Global ..	34
A Censura .....	39
Capítulo III – Metodologia de Investigação .....	51
3.1. Opções Metodológicas .....	51
3.2. Descrição do estudo .....	54
3.3. Caracterização dos participantes .....	57
3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	58
Capítulo IV- Apresentação e discussão dos resultados .....	63
4.1. Análise do questionário 1 .....	63

4.2. Análise da atividade 1 .....	67
4.3. Análise da atividade 2 .....	76
4.3. Análise do questionário final .....	84
Capítulo V – Conclusões .....	89
5.1. Conclusões do estudo .....	89
5.2. Limitações do estudo .....	92
5.3. Sugestões para estudos futuros .....	92
5.4. Considerações finais.....	93
Parte III – Reflexão Global .....	95
Reflexão .....	95
Referências Bibliográficas .....	101
Anexos .....	107

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Sexo dos participantes.....	57
Tabela 2- Idades dos participantes.....	58
Tabela 3- Instrumento de análise de dados.....	62
Tabela 4- Conhecimento acerca do conceito "Censura".....	63
Tabela 5- Respostas dadas à questão 2.....	64
Tabela 6- Respostas dadas à questão 3.....	65
Tabela 7- Análise da atividade 1.....	68
Tabela 8- Análise da atividade 1.....	71
Tabela 9- Análise da atividade 1.....	72
Tabela 10- Análise da notícia 1.....	78
Tabela 11- Análise da notícia 2.....	80
Tabela 12- Análise da notícia 3.....	82
Tabela 13- Análise das respostas dadas à questão 1.....	85
Tabela 14- Análise às respostas dadas à questão 2.....	86
Tabela 15- Análise às respostas dadas à questão 3.....	88

## Índice de Figuras

Figura 1 - Festa de Natal.....	15
Figura 2- Festa de Carnaval.....	15
Figura 3- Jornal de Notícias. Porto, 1969. Título cortado pelos Serviços de Censura. Fonte: <a href="http://www.museudaimprensa.pt/">http://www.museudaimprensa.pt/</a> .....	46
Figura 4- Jornal República, Lisboa, 1969. Autorizada com cortes pelos Serviços de Censura. Fonte: <a href="http://www.museudaimprensa.pt/">http://www.museudaimprensa.pt/</a> .....	46
Figura 5- Página do conto “Apenas homens” de Vergílio Ferreira (anterior a 1972). Cortado pelos Serviços de Censura. Fonte: <a href="http://purl.pt/13858/1/memoria-liberdade/372.html">http://purl.pt/13858/1/memoria-liberdade/372.html</a> .....	47

Figura 6- "A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar". 1930. Cunha Leal, Edição de Autor. Livro proibido pelos Serviços de Censura. Fonte: <a href="https://expresso.pt/actualidade/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543">https://expresso.pt/actualidade/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543</a> .....	47
Figura 7- Imagem retirada do vídeo. ....	56
Figura 8- Alunos a analisarem a notícia (exemplo 1).....	57
Figura 9- Alunos a analisarem a notícia (exemplo 2).....	57
Figura 10- "(...) naquele tempo tudo era controlado e feito a favor do Salazar" Aluno D73	
Figura 11- "Uma mulher estava a ir para o café (descalça) e um homem da PIDE viu e declarou que ela estava presa" - Aluno L.....	73
Figura 12- "a história que mais me marcou foi que um sujeito estava infiltrado (...) no final aperceberam-se que ele não era amigo, era aliado da PIDE"- Aluno H .....	74
Figura 13- " (...) as pessoas não poderem confiar em ninguém, pois qualquer pessoa podia ser polícia e querer descobrir o que as pessoas pensavam sobre Salazar. (...) as pessoas olhavam de canto na rua e não se socializarem"- Aluno E .....	74
Figura 14- "a censura não devia tirar quando dissia mal sobre os militares" - Aluno M	75
Figura 15- Notícia 1- Censurada com cortes. ....	77
Figura 16- Notícia 2- Censurada com cortes. ....	79
Figura 17- Notícia 3: Censurada com cortes. ....	81
Figura 18- Notícia 4: Censurado totalmente. ....	83

## Índice de Gráficos

Gráfico 1- Idades dos alunos da turma de 6º ano. ....	20
Gráfico 2- Habilitações literários dos pais da turma de 6º ano.....	20
Gráfico 3- Respostas dadas pelos participantes à questão 4.....	66

## Lista de siglas e acrónimos

CEB: Ciclo do Ensino Básico;

CEE: Comunidade Económica Europeia;

CTT: Correios de Portugal.

DGS: Direção Geral da Saúde

ECG: Educação para a Cidadania Global

HGP: História e Geografia de Portugal;

ONU: Organização das Nações Unidas; PES: Prática de Ensino Supervisionada;

PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PVDE: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

SNI: Secretariado Nacional de Informação

SPN: Secretariado de Propaganda Nacional, Cultura Popular e Turismo.

UE: União Europeia;

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UNICEF: United Nations Children's Fund (traduzido em português "Fundo das Nações Unidas para a Infância)

## Introdução

“Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras [...]”.

ARTIGO 10º – Liberdade de expressão – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

São muitos os autores, como Glória Solé, Isabel Barca ou Gonçalo Maia Marques, que defendem que as Ciências Sociais – e a História e Geografia em particular – têm um papel fundamental no desenvolvimento das competências que definem um aluno civicamente competente. A disciplina de História deve então, neste sentido, ir muito além da formação intelectual e cognitiva do aluno, promovendo o conhecimento de questões sociais, políticas e culturais básicas que lhe permitam adquirir um conjunto de capacidades fundamentais para enfrentar com sucesso o que o futuro lhes pode reservar e a procura de uma sociedade mais justa.

Assim sendo, esta dimensão de uma História que cruze olhares com a Educação e Formação Cívica vem sendo muito vincada pela literatura, por autores como, por exemplo, Ana Isabel Moreira e Gonçalo Maia Marques, no estudo intitulado de *“Educação Histórica entre os 3 e os 12 anos: Desafios para quem ensina e para quem aprende”*, onde defendem que o professor de História deve considerar o contributo da História para a promoção de uma cidadania democrática, não de forma única mas concomitante com outras áreas do saber/disciplinares, o que consideram essencial para a convivência democrática nas sociedades multiculturais atuais ( Moreira & Marques, 2019 , p.83).

Estando a disciplina de HGP diretamente relacionada com a área de Educação para a Cidadania Global, o professor de História deve, nesse sentido, criar condições que possibilitem ao aluno compreender o mundo em que está inserido e intervir como cidadão atuante e consciente da sua função social. Assim sendo, surge a ideia da realização de um trabalho de investigação com o objetivo de promover nos alunos uma reflexão sobre a

importância das liberdades individuais e coletivas, tendo como base o estudo da utilização da censura no Estado Novo, sendo que este conteúdo se encontra integrado no Programa de História e Geografia de Portugal do 2.º CEB. Posto isto, o presente relatório foi elaborado no âmbito da unidade curricular de Prática do Ensino Supervisionado, decorrente no 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo e Português e História e Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

Desta forma, este relatório diz respeito à descrição e reflexão dessa mesma prática, debruçando-se essencialmente sobre o Estudo de Investigação desenvolvido no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

No que concerne à sua estrutura, este encontra-se dividido em três partes. Na parte I é realizado o Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionado, sendo que o Capítulo I diz respeito à Intervenção em contexto educativo no 1.º CEB e o Capítulo II à Intervenção em contexto educativo no 2.º CEB e em ambos os contextos é feita a sua caracterização e descrito o percurso de intervenção educativa realizado.

Na parte II é apresentada a investigação realizada e está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feita a introdução do estudo englobando a sua caracterização, identificação da pertinência do problema, qual a questão e objetivos da investigação e ainda a motivação para a sua realização. No capítulo II desenvolveu-se a revisão da literatura relevante para o estudo do tema em questão, nomeadamente *O papel da disciplina de HGP na promoção da Cidadania Global*, a exploração do conceito de “Censura” na sua inter-relação HGP – Cidadania Global e os *mecanismos utilizados na sua execução* e ainda a sua *prática em Portugal e na Europa Ocidental ao longo da história*. O terceiro capítulo apresenta a Metodologia de Investigação e os procedimentos metodológicos adotados ao longo da realização do trabalho: inicialmente são descritas as opções metodológicas utilizadas, seguindo-se a descrição do estudo e dos seus participantes assim como as técnicas e instrumentos para a recolha de dados e por fim, quais os procedimentos adotados para a análise dos dados recolhidos. No capítulo IV são explorados e discutidos os resultados obtidos através dos questionários e atividades implementadas e por último, no capítulo V, apresentamos as conclusões retiradas do estudo realizado, dando resposta

às questões iniciais da investigação e refletindo sobre as suas limitações e sugestões para futuras investigações.

A terceira e última parte refere-se à reflexão global da experiência realizada durante a Prática de Ensino Supervisionada, referindo quais as competências e aprendizagens adquiridas e o seu contributo para o meu desenvolvimento quer pessoal quer profissional.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas que serviram de apoio para a realização deste trabalho, tal como os respetivos anexos.



# Parte I – Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada

## Capítulo I – Intervenção em contexto educativo: 1º Ciclo do Ensino Básico

Este primeiro capítulo apresenta a caracterização do contexto educativo onde foi realizada a Prática Supervisionada I. Desta forma, será feita a caracterização do meio onde este se insere, assim como do seu agrupamento, da escola e da turma. Por fim, é apresentado o percurso realizado ao longo da intervenção educativa no 1º ano de escolaridade, fazendo referência às diferentes áreas curriculares trabalhadas e ao envolvimento na Comunidade Educativa.

### 1.1. Caracterização do contexto

#### 1.1.1. O Meio Local

A escola onde foi realizada a intervenção educativa no 1º Ciclo do Ensino Básico situa-se no concelho de Viana do Castelo, no extremo Norte do território continental português, na Região de Entre Douro e Minho. Este concelho está situado na foz do rio Lima e, do ponto de vista do património natural, coexistem três tipos de paisagem: a montanhosa, a ribeirinha e a costeira. Com aproximadamente 316 km<sup>2</sup> e cerca de 88,000 habitantes, em relação à estruturação do povoamento, a cidade polariza fortemente o crescimento demográfico.

Relativamente à distribuição da população residente segundo os grupos etários, regista-se que a classe dos 25 aos 64 anos é a que predomina (cerca de metade da população), seguida pela dos jovens dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos. No que diz respeito ao envelhecimento populacional verifica-se que o concelho de Viana do Castelo é mais jovem do que a sub-região Minho-Lima, mas mais envelhecido que a região Norte.

No que diz respeito aos indicadores educativos, verificamos que, no concelho de Viana do Castelo, persistem valores elevados de população com baixos níveis de instrução, sendo que a maioria tem apenas o ensino básico e quase 13% da população não apresenta qualquer nível de escolaridade.

A população ativa empregada predomina no setor terciário, seguindo-se o secundário e, por fim, o primário, refletindo a mudança estrutural verificada nas sociedades contemporâneas.

O facto de Viana do Castelo ser capital de distrito é um fator crucial na importância regional da cidade e, desta forma, os empregos ligados à administração pública, à educação e a prestação de serviços à comunidade representam, em conjunto, valores superiores aos do comércio por grosso e a retalho.

### **1.1.2. O Agrupamento**

A escola de 1º ciclo do Ensino Básico onde decorreu a PES I corresponde a um dos estabelecimentos de um dos Agrupamentos de escolas do concelho de Viana do Castelo.

Este Agrupamento é constituído por oito unidades educativas: um Jardim de Infância, cinco Escolas Básicas do 1º Ciclo, uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e uma Escola Secundária, que assume a condição de escola sede. Segundo dados atuais, no agrupamento existem 2767 alunos, proveniente de uma vasta zona geográfica, dada a sua disposição geográfica, nomeadamente a sua inserção no espaço urbano.

A população escolar reflete a diversidade das proveniências urbanas e rurais dos alunos e das diversas origens étnicas e culturais. É importante também referir que existem aproximadamente 140 alunos reconhecidos como tendo Necessidades Educativas Especiais, que se distribuem pelos diferentes níveis de ensino.

No que concerne à sua história, este Agrupamento congrega espaços educativos com algumas décadas de existência e instituições escolares com mais de um século de vida,

instituindo-se relações duradouras com o contexto local, produzindo-se identidades e culturas próprias e modos de funcionamento e organização diferenciados.

No que diz respeito aos seus Recursos Humanos, este Agrupamento tem 290 educadores e professores habilitados, sendo maioritariamente pertencentes ao quadro de docentes de carreira de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada. A atividade do Agrupamento é assegurada por funcionários afetos ao Ministério da Educação e Ciência (MEC) e por trabalhadores do Município de Viana do Castelo, sendo na totalidade 87 pessoas.

Ao serviço das escolas deste agrupamento, existem vários serviços que asseguram respostas educativas diversificadas, apoiam as práticas pedagógicas de inclusão e favorecem a formação pessoal e profissional de um público heterogéneo, nomeadamente, o Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, o Departamento de Educação Especial, os Serviços de Psicologia e Orientação e as Bibliotecas Escolares.

Quanto à sua oferta formativa, esta dá resposta às exigências sociais e educativas manifestadas pelo contexto envolvente e o desenvolvimento curricular faz-se procurando cumprir a multiplicidade, ou seja, recusa um modelo único e rígido, adotando modelos, ritmos e processos diversificados, assumindo uma visão de desenvolvimento integral e aberta à realidade presente, nas suas mais diversas dimensões (local, regional, nacional, global).

### **1.1.3. A escola**

Existem, no total, 105 alunos, divididos em 5 turmas, sendo uma de 1º ano, duas de 2º, uma de 3º e outra de 4º ano e todas elas funcionam em regime normal.

Uma grande percentagem de alunos almoça na cantina e frequenta as atividades extracurriculares. Desta forma, a maioria dos alunos permanece na escola desde o início da manhã até ao final da tarde.

Trata-se de uma escola urbana, com crianças residentes em vários locais da cidade e também de freguesias do concelho. Os alunos têm origens sociais, culturais e económicas muito diversificadas.

No que diz respeito ao espaço físico, o edifício principal é constituído por dois andares e possui oito salas de aula, das quais apenas cinco estão a funcionar, uma vez que só existem cinco turmas; oito casas de banho (7 para os alunos e 1 para os professores), divididas pelos 2 pisos; uma sala de informática com cerca de dez computadores e uma máquina fotocopadora; uma sala de professores; uma sala pertencente à Coordenadora da escola; uma sala para as crianças com Necessidades Educativas Especiais (onde é realizado apoio ao estudo e terapia da fala) e ainda um gabinete com diverso material escolar disponível para as atividades realizadas em contexto escolar.

Esta escola possui ainda um edifício anexo constituído por uma cantina/cozinha no 1º piso, com saída para as traseiras da escola; um ginásio com balneários femininos e masculinos no 2º piso e duas casas de banho; uma sala com material desportivo e uma biblioteca escolar ambos no 3º piso.

No amplo espaço exterior, possui um campo para práticas desportivas; um espaço com jogos delineados no chão como o Jogo da Macaca e ainda um espaço com uma grande árvore e outros elementos da Natureza.

No que diz respeito a equipamentos e recursos logísticos, a escola possui equipamentos em bom estado e todos são de fácil acesso por parte dos alunos.

Todas as salas possuem mesas e cadeiras preservadas e devidamente ajustadas às necessidades dos alunos. Para além do quadro de giz, as salas encontram-se equipadas com um quadro interativo, o que permite a resolução de tarefas em grande grupo ou a visualização de vídeos/filmes sem haver necessidade de requisitar outros equipamentos.

A sala de informática tem vários computadores com internet disponíveis para qualquer aluno. Na biblioteca existe um espaço amplo, com pufs, mesas e cadeiras, uma televisão para a visualização de filmes, diversos livros para as diferentes idades e ainda vários jogos de tabuleiro.

O ginásio é amplo e está equipado com bastante material desportivo como: arcos, cordas, mecos, colchões, coletes, bancos suecos e espaldares.

A escola integra nos seus recursos humanos atuais cento e cinco crianças; uma coordenadora da escola; cinco professores (um em cada sala); uma terapeuta da fala; uma professora de Educação Especial; uma professora de Apoio ao Estudo; três assistentes operacionais; duas tarefeiras e duas cozinheiras.

#### **1.1.4. A turma**

A turma é constituída por vinte alunos, onze do sexo masculino e nove do sexo feminino, com idades entre os seis e os sete anos.

Nesta turma está integrado um aluno quem tem como língua materna o francês e que demonstra muita dificuldade na compreensão da língua portuguesa. Desta forma, tem dificuldade em identificar as letras estudadas e em comunicar com os outros. Integra também um aluno que apresenta uma Hipoacusia bilateral severa e possui um implante coclear. Este aluno apresenta défices ao nível da linguagem (compreensão e expressão verbal) e de fala, revelando muita dificuldade em comunicar. Assim sendo, tem a maioria das aulas com a restante turma, mas é acompanhado por uma professora de ensino especial e por uma terapeuta da fala.

Existe ainda um aluno que apresenta dificuldades ao nível da atenção/concentração, linguagem, comportamento e motivação. Este aluno está integrado num grupo de crianças com alterações de linguagem, que funciona semanalmente, com a orientação de uma Terapeuta da Fala e de uma Psicóloga. O aluno em questão está medicado para a hiperatividade e sofre de um problema de pele grave.

Ao longo de todo o período de intervenção educativa observamos que a turma, em relação ao domínio dos conhecimentos, apresenta níveis de aprendizagem muito distintos o que, por vezes, dificulta a gestão da aula no que diz respeito aos tempos de espera. Tendo em conta estas diferenças significativas, torna-se complicado acompanhar os alunos com

mais dificuldades no desenvolver das atividades sem prejudicar a restante turma. Tornou-se ainda indispensável ter em atenção o nível de exigência dos exercícios tendo em conta os diferentes níveis de aprendizagem, o que originou, quando possível, o trabalho mais individualizado com os alunos com mais dificuldades.

Em termos de assiduidade e pontualidade, todos os alunos mostraram bons hábitos, tendo em conta que todos chegavam à escola antes da hora do início das aulas.

Pudemos ainda constatar que se trata de uma turma muito heterogénea quer em relação aos seus interesses, quer ao seu empenho na realização das tarefas escolares. Existe um grupo de alunos que demonstra autonomia e um bom ritmo de trabalho e, cerca de seis alunos, que revelam ainda alguma imaturidade e dificuldade de concentração. Ainda assim, a maioria demonstra gosto pela escola e evidencia facilidade na aquisição de novos conteúdos e mobilização dos seus conhecimentos.

No que diz respeito ao domínio do comportamento e do cumprimento de regras, alguns alunos ainda demonstram uma certa dificuldade em saber ouvir e esperar ordeiramente pela sua vez de falar. No entanto, no geral, trata-se de uma turma respeitadora, que apresenta uma ótima relação entre si e com a professora, que coopera e se apoia mutuamente.

No que diz respeito ao contexto familiar, verificamos que o nível de habilitações literárias dos Pais varia entre o 6º ano de escolaridade e o nível de pós-graduação. Relativamente às habilitações das mães, é o ensino superior que predomina e, em relação às dos pais, predomina o 2º ciclo e o ensino secundário.

Em relação às áreas de atividades, as mães encontram-se maioritariamente ligadas ao setor terciário (assumindo funções de empregadas domésticas, operadora de hipermercado, assistentes operacionais, empresárias, técnicos de comércio, etc.) e os pais ligados essencialmente ao setor secundário e ao terciário (assumindo funções de servente de construção civil, de administração pública e de defesa, etc.)

Por fim, em relação à sua situação profissional, apenas duas mães e dois pais se encontram desempregados, tornando o nível de pais ativos muito mais elevado.

## 1.2. Percurso da Intervenção Educativa: o 1º ano de escolaridade

“A interdisciplinaridade apresenta-se como uma prática de ensino capaz de promover um cruzamento entre os saberes disciplinares de cada área curricular, suscitando o estabelecimento de pontes e ligações entre os domínios divididos.” (Pombo et. al., 1996 citado por Marques, 2012, p.23)

Ao longo da realização de todas as planificações houve sempre uma preocupação em articular as atividades das diferentes áreas curriculares de forma a que as estas não se tornassem uma “manta de retalhos”. No entanto, devido aos conteúdos por vezes serem muito particulares, tornava-se complicado conseguir fazer esta conexão em todas as planificações.

Na planificação da nona semana de estágio foi possível conectar as diferentes áreas e todas as atividades foram planificadas tendo como base as férias de Natal, a entrada do ano novo e as tradições do mês de janeiro. Na área do português, nas rotinas foi escrito e lido um pequeno texto sobre a entrada do ano novo, foi apresentada a história dos Reis Magos através do teatro de sombras e foi ainda trabalhado outro texto sobre as férias de Natal e o novo ano. Na área da matemática, foram apresentados dois problemas partindo da história do Reis Magos. Em Estudo do Meio, foi realizada uma atividade em que os alunos tinham de representar, através do desenho, o dia/momento que mais gostaram das suas férias de Natal, trabalhando assim esta área articulada com a Expressão Plástica e ainda o Português, nomeadamente o domínio da Oralidade, uma vez que os alunos tinham que apresentar ao resto da turma o seu desenho e explicá-lo. Por fim, em Expressão Musical, foi também abordada uma tradição, um dos conteúdos do Estudo do Meio, do mês de janeiro, através de uma canção das Janeiras.

Ao longo do percurso da intervenção educativa, foram trabalhos vários domínios das diferentes áreas curriculares, sendo estas apresentadas de seguida.

### **1.2.1. Português**

Na área do Português, foram trabalhados três de quatro conteúdos apresentados nas Metas Curriculares para o 1º ano: a Oralidade, a Leitura e Escrita e a Iniciação à Educação Literária. No domínio da Oralidade, foi trabalhada a Meta 1- Respeitar regras da interação discursiva; a Meta 2- 2. Escutar discursos breves para aprender e construir conhecimento; a Meta 3- Produzir um discurso oral com correção e a Meta 4- Produzir discursos com diferentes finalidades, tendo em conta a situação e o interlocutor. No segundo domínio referido, foram trabalhadas as seguintes metas: 5- Desenvolver a consciência fonológica e operar com fonemas; 6- Conhecer o alfabeto e os grafemas; 7- Ler em voz alta palavras, pseudopalavras e textos; 8- Ler textos diversos; 13- Desenvolver o conhecimento da ortografia; 14- Mobilizar o conhecimento da pontuação e a 15- Transcrever e escrever textos. No domínio da Iniciação à educação Literária, as metas abordadas foram: Meta 16 - Ouvir ler e ler textos literários: Meta 17 - Compreender o essencial dos textos escutados e lidos e Meta 18- Ler para apreciar textos literários.

Em relação à leitura e à escrita, todos os alunos já são capazes de ler e copiar pequenos textos com as consoantes e vogais aprendidas. Alguns alunos revelam dificuldade em produzir frases simples, com sentido e sem erros ortográficos, a partir de uma imagem ou palavra sugerida, ao contrário de outros que o fazem com bastante facilidade e já são capazes de produzir frases mais complexas. Na Compreensão Oral a maioria demonstra facilidade em recontar histórias, enumerar personagens e ordenar sequências.

A nível da Linguagem, todos manifestam facilidade na comunicação oral e são bastante participativos, com a exceção do aluno de nacionalidade francesa e do aluno com NEE'S. Relativamente ao nível da Comunicação Escrita foram os alunos acima citados que manifestaram também maiores dificuldades na execução de grafismos, escrita do nome e identificação global de palavras.



### **1.2.2. Matemática**

Na área da matemática foram trabalhados os três domínios definidos para o 1º ano: o dos Números e Operações; o da Geometria e Medida e o da Organização e Tratamento de dados. Relativamente ao primeiro, foram trabalhados os seguintes conteúdos: Números naturais, Sistema de numeração decimal, Adição e Subtração. Do domínio da Geometria e Medida foram abordados os conteúdos: Localização e orientação no espaço, Figuras Geométricas e Medida, mais especificamente, o Tempo. Em relação ao último domínio, o conteúdo trabalhado foi o da Representação de dados.

Trata-se da disciplina que os alunos demonstram menos dificuldades e maior interesse. A maioria revela facilidade na resolução de problemas e na comunicação matemática, assim como a compor e decompor números, a ler e a interpretar tabelas; demonstram também um bom raciocínio matemático. Alguns alunos revelam insegurança nas definições de lateralidade e noções espaço/temporais.

### **1.2.3. Estudo do Meio**

Em Estudo do Meio foram trabalhados três blocos: o Bloco 1- À descoberta de si mesmo, o Bloco 2- À descoberta dos outros e das instituições; o Bloco 4- À descoberta das inter-relações entre espaços e o Bloco 5- À descoberta dos materiais e objetos.

No Bloco 1, foram trabalhados os seguintes conteúdos: Os seus gostos e preferências; O seu corpo; A segurança do seu corpo e O seu passado próximo. No Bloco 2, os conteúdos trabalhados o conteúdo A sua escola. No Bloco 4, foram abordados todos os conteúdos: A casa; O espaço da sua escola; Os seus itinerários; Localizar espaços em relação a um ponto de referência. No bloco 5, os conteúdos trabalhados foram: Realizar experiências com alguns materiais e objetos de uso corrente e Realizar experiências com a água.

Nesta área, são as atividades experimentais que mais despertam motivação e empenho por parte dos alunos, o que contribuía para o sucesso das mesmas. Alguns alunos ainda demonstravam dificuldade em localizar no espaço e no tempo momentos do seu passado próximo, em estabelecer relações de anterioridade e posterioridade e em reconhecer unidades de tempo.

#### **1.2.4. Expressão e Educação: Físico-Motora e Plástica**

Na área da Expressão Motora foram abordados: todos os conteúdos do Bloco 1- Perícia e Manipulação; do Bloco 2- Deslocamentos e Equilíbrios, o conteúdo 1- Em percursos que integram várias habilidades; do Bloco 4- Jogos, o conteúdo 1- Praticar jogos infantis, cumprindo as suas regras, selecionando e realizando com intencionalidade e oportunidade as ações características desses jogos e do Bloco 6- Atividades Rítmicas Expressivas, o conteúdo 1.1.- Deslocar-se em toda a área (percorrendo todas as direções, sentidos e zonas), nas diferentes formas de locomoção, no ritmo-sequência dos apoios correspondente à marcação dos diferentes compassos simples (binário, ternário e quaternário), combinando «lento-rápido», «forte--fraco» e «pausa-contínuo».

Na área da Expressão Dramática, foram abordados os seguintes blocos e conteúdos: do Bloco 1- Jogos de Exploração, os conteúdos Corpo e Espaço e do Bloco 2- Jogos Dramáticos, os conteúdos Linguagem Não Verbal, Linguagem Verbal e Gestual.

Por fim, em Expressão Plástica, os blocos e conteúdos trabalhados foram: do Bloco 1- Descoberta e Organização Progressiva de Volumes, o conteúdo Construções; do Bloco 2- Descoberta e Organização Progressiva de Superfícies, os conteúdos Desenho e Pintura e o Bloco 3- Exploração de Técnicas Diversas de Expressão, o conteúdo Recorte, Colagem e Dobragem.

Apesar de revelaram gosto e entusiasmo por todas as áreas do domínio das expressões, os alunos demonstraram maior interesse pela área da expressão motora. No

entanto, a maioria tinha algumas dificuldades nesta área, principalmente nas competências de perícias e manipulações.

#### **1.2.5. Envolvimento na Comunidade Educativa**

De forma a criar condições que favoreçam a extensão da escola ao meio familiar, contribuindo para a valorização do papel do encarregado de educação no percurso académico do seu educando e a divulgar, na comunidade educativa, mais e melhor a oferta educativa da escola, foram desenvolvidas diferentes atividades que contaram com a participação dos professores de 1º Ciclo, dos Professores das AEC's, das Assistentes Operacionais, da Associação de Pais, dos estagiários e da Câmara Municipal.

- **Magusto**

Para celebrar o Magusto, realizou-se uma festa na escola ao final da tarde, depois do horário escolar. Toda a comunidade escolar foi convidada a participar num convívio no 1º andar da escola, onde foram organizadas exposições com os trabalhos realizados pelos alunos alusivos ao Magusto e foi realizado um lanche com doces e salgados trazidos e partilhados por todos. Houve ainda uma feirinha com artigos de artesanato organizada pela Associação de Pais.

- **Festa de Natal**

Para terminar o 1º Período, realizou-se uma festa de Natal organizada pela Associação de Pais no Castelo Santiago da Barra, em Viana do Castelo. Nesta festa, as estagiárias participaram num teatro baseado na história “Ninguém dá prendas ao Pai Natal”, juntamente com os alunos do 1º e 2º anos de escolaridade e este foi apresentado a toda a comunidade educativa.



*Figura 1 - Festa de Natal.*

- **Carnaval**

Apesar de já não estarmos no período de intervenção educativa, fomos convidadas a participar na festa de Carnaval da escola, o qual aceitamos com muita satisfação. Neste dia, os alunos mascararam-se com os fatos elaborados pela professora titular da turma, seguindo o tema escolhido “A Alice no País das Maravilhas”, e encontraram-se na escola, na parte da manhã. De seguida, foi realizado um desfile pelas ruas da cidade de Viana do Castelo. No período da tarde foram realizadas diferentes atividades com todos os alunos dos diferentes anos de escolaridade, no recinto escolar.



*Figura 2- Festa de Carnaval.*

## Capítulo II - Intervenção em contexto educativo II

Ao longo deste capítulo será apresentada a caracterização do contexto onde foi realizada a intervenção educativa no 2º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente no que diz respeito às características do seu meio local, do agrupamento, da escola e da turma. Seguidamente, será descrito o percurso de intervenção educativa no 6º ano de escolaridade, especificando as diferentes áreas curriculares trabalhadas.

### 2.1. Caracterização do contexto

#### 2.1.1. O Meio Local

A escola onde foi realizada a intervenção em contexto educativo pertence a uma freguesia do concelho de Viana do Castelo. Banhada pelo Rio Lima, possui uma população que ronda os cinco mil habitantes.

Trata-se de uma freguesia essencialmente rural e rica em tradições culturais. Dado que se situa nas proximidades do litoral, a região registou, ultimamente, uma expansão industrial e aumentou a sua densidade demográfica.

Toda a freguesia se caracteriza por um ruralismo com vestígios suburbanos, dada a influência da sede de Concelho proveniente da sua proximidade, e o aparecimento de pequenas empresas têxteis, oficinas de serralharia, mecânica, marcenarias e carpintarias que prestam apoio à construção civil.

Geralmente, a população ativa de toda a área conjuga as suas atividades profissionais com a agricultura, devido aos seus baixos rendimentos.

### **2.1.2. O Agrupamento**

O contexto educativo insere-se num Agrupamento de Escolas de Viana do Castelo constituído por cinco escolas de primeiro ciclo e uma escola de 2º e 3º Ciclo, sendo esta a sede do agrupamento. Todas funcionam em edifícios diferenciados.

Este agrupamento conta com 51 turmas, totalizando 1019 alunos distribuídos pelos diferentes anos, ciclos e turmas. Estes alunos são provenientes essencialmente das freguesias mais próximas. O agrupamento recebe ainda 88 alunos abrangidos pelas medidas da educação especial.

Relativamente à naturalidade dos alunos destaca-se a multiculturalidade associada, na maioria das situações, à forte tendência migratória da região, uma vez que se constata uma predominância de origens que foram destino de emigração no passado, como França e Alemanha, e ultimamente, como Suíça, Bélgica, Andorra, Canadá e Espanha.

No que concerne aos seus recursos humanos, segundo dados recentes, tem vindo a verificar-se um pequeno decréscimo no número de docentes, contando com cerca de 140 a lecionar no agrupamento. O número de funcionários não docentes do agrupamento totaliza 50 elementos, dos quais 33 são assistentes operacionais, 8 são assistentes técnicos, 8 são técnicos superiores e um é chefe de serviços da administração escolar. Em relação aos técnicos superiores fazem parte uma psicóloga do quadro e sete docentes contratados como técnicos superiores para satisfazerem necessidades no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

No que diz respeito aos pais e encarregados de educação, verifica-se uma evidente melhoria a nível das habilitações académicas ao longo dos anos e quanto às profissões a maior incidência encontra-se na categoria de Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extrativas e da construção civil, logo seguida dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pesca, sendo de salientar que neste sector, as profissões são maioritariamente exercidas por mulheres. Nos dois anos verificou-se um aumento muito significativo de pais e mães cujas profissões foram categorizadas em Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem, seguindo-se os trabalhadores de

metalurgia e metalomecânica e os trabalhadores manequins, vendedores e demonstradores. É de salientar ainda um aumento de trabalhadores nas categorias Diretores de Empresa, Empregados de Escritório e Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares.

O agrupamento disponibiliza diversos serviços técnico-pedagógicos para dar resposta às mais variadas necessidades como os Serviços de Psicologia e Orientação, uma Equipa de Educação Especial, um Gabinete SOS para casos de indisciplina e uma Biblioteca Escolar, formada por 3 salas contíguas: Sala de leitura e de estudo; Mediateca e Ludoteca.

Os estudantes do agrupamento estão organizados em Associação, assim como os Pais e Encarregados de educação, ambos na escola Sede.

### **2.1.3. A Escola**

O contexto educativo em questão corresponde à atual escola sede do Agrupamento, constituída por cerca de 400 alunos distribuídos por 20 turmas e 76 docentes.

A escola possui vários blocos em funcionamento, cada um deles destinado a diferentes serviços e áreas disciplinares.

O bloco A, com dois pisos, destina-se aos Serviços Administrativos, Direção, Biblioteca Escolar e Ludoteca, Auditório, Espaço Educação Especial, Salas de Trabalho para docentes, Gabinete do Serviço de Psicologia e Orientação, Gabinete SOS, Gabinete do Secretariado de Exames, Gabinete de atendimento aos pais/encarregados de educação, Reprografia, Sala de professores, Gabinete de Primeiros Socorros e instalações sanitárias.

Aos blocos B e C, também constituídos por dois pisos, pertencem as salas normais e adequadas para o desenvolvimento das aulas. Ambos os blocos dispõem de salas equipadas com material informático (sala TIC) e existem ainda duas salas no bloco C especializadas para a área das Novas Tecnologias. Estes blocos dispõem de instalações

sanitárias para os alunos e de um espaço para os Assistentes Operacionais. No bloco B, funcionam os laboratórios de ciências e no bloco C situam-se as salas de Educação Visual/EVT.

Todas as salas de aula estão equipadas com um computador e um projetor multimédia e três salas do bloco C estão equipadas com quadro interativo.

O bloco D, de um único piso, é constituído por três salas, duas para as aulas de Música/Educação Musical e uma sala de Educação Tecnológica. No bloco E, existem sete salas de aula, uma oficina para o desenvolvimento de Oficinas na área das Expressões Plásticas e Artísticas e uma arrecadação.

Esta escola é composta ainda por um outro bloco onde se encontra o serviço de papelaria, a cantina, a cozinha, o bar dos alunos, a sala da Associação de Estudantes e uma sala de convívio para os Assistentes Operacionais.

Recentemente foi construído um bloco adjacente ao bloco da cantina onde se localiza uma oficina e uma sala de aulas para disciplinas práticas no âmbito da Mecânica e da Mecatrónica.

No exterior existe ainda um campo para jogos, onde são praticadas as atividades físicas e desportivas.

#### **2.1.4. A Turma**

A turma onde foi realizada a intervenção educativa corresponde a uma turma de 6º de escolaridade, composta por 16 de alunos com idades compreendidas entre os 11 e os 12 anos, sendo 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino (gráfico 1).



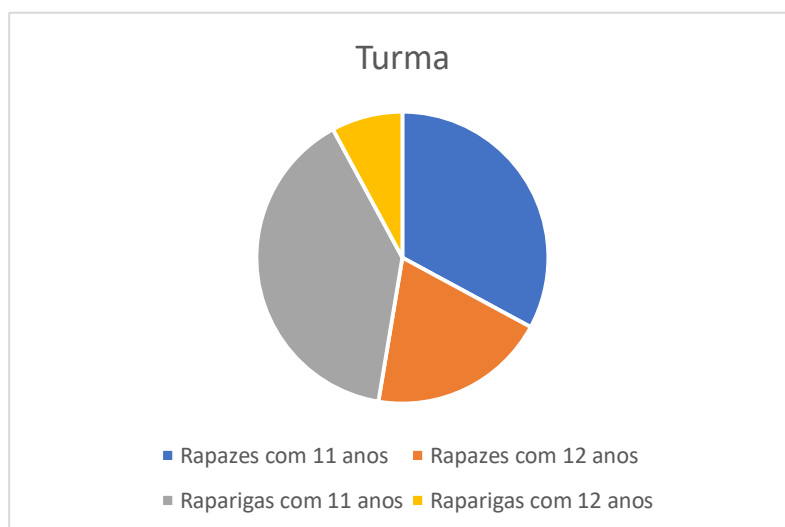


Gráfico 1- Idades dos alunos da turma de 6º ano.

No que diz respeito às habilitações literárias das mães, tal como podemos observar no gráfico 2, 6 completaram o 3º Ciclo de escolaridade, 5 o ensino secundário, 2 são licenciadas e 2 tem o bacharelato. Em relação aos pais, 3 completaram o 2º ciclo, 3 o 3º ciclo, 6 o ensino secundário e 3 a Licenciatura (gráfico 2).

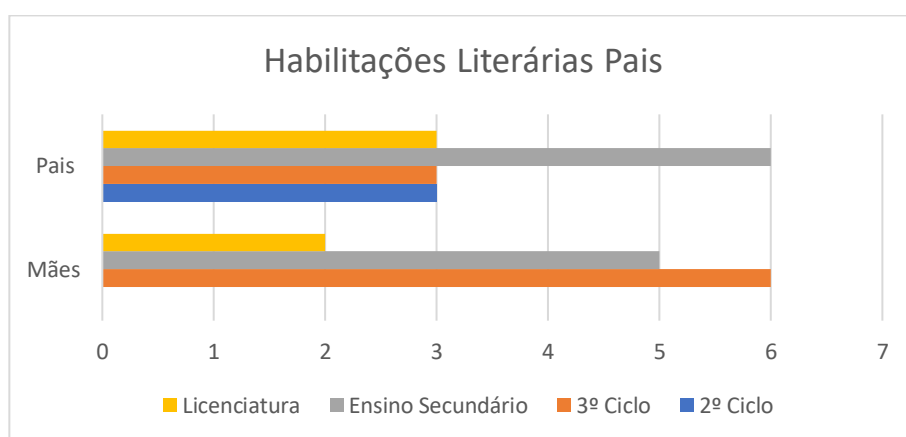


Gráfico 2- Habilitações literários dos pais da turma de 6º ano.

Trata-se de uma turma com número reduzido de alunos, uma vez que possui 9 alunos referenciados com necessidades educativas especiais e sendo que 5 desses alunos já ficaram retidos uma ou duas vezes noutros níveis de escolaridade.

Assim sendo, trata-se de uma turma com algumas dificuldades quer a nível de concentração, quer no acompanhamento da abordagem dos conteúdos correspondentes a este nível de ensino. No entanto, destacam-se 4 alunos que demonstram um bom desempenho e ritmo de trabalho.

Os alunos demonstraram mais dificuldades na disciplina de Português em relação à disciplina de História e Geografia de Portugal, apresentando também mais interesse e motivação por esta última.

Duas alunas apresentam problemas de visão acentuadas que dificultam o seu desempenho nas aulas, sendo que não conseguem ver para o quadro preto.

Relativamente ao comportamento, na maioria, a turma revelou-se muito respeitadora e cumpridora das regras impostas, o que proporcionou um bom ambiente de aprendizagem ao longo das diferentes semanas.

Concluindo, a maioria dos alunos colaboraram e participaram nas diferentes atividades propostas e foi notória também uma evolução no trabalho colaborativo.

## 2.2. Percurso da Intervenção Educativa: o 6º ano de escolaridade

A intervenção neste contexto educativo teve a duração de catorze semanas distribuídas por aproximadamente quatro meses, uma vez que foi interrompida pelas paragens das férias escolares.

Estas semanas foram divididas pelas duas áreas disciplinares, o Português e a História e Geografia de Portugal (HGP), correspondendo sete semanas a cada uma delas, três de observação e quatro de implementação.

Durante as semanas de implementação, os professores supervisores de cada disciplina observaram duas aulas, uma no início da regência e outra no final.

No que diz respeito à estrutura desta intervenção, inicialmente foi realizada uma reunião com o professor cooperante responsável pelas duas disciplinas, de forma a definir

datas para o período de observação e de implementação e os conteúdos a lecionar. Assim sendo, ficou definido realizar o estágio em Português em primeiro lugar e em seguida em HGP.

Iniciado o período de observação, durante três semanas tive a oportunidade de observar os métodos e estratégias utilizados pelo professor cooperante assim como o comportamento e o desenvolvimento da turma, o que foi fundamental e uma mais valia para a fase que se seguiria, a implementação.

Durante estas semanas, foram também elaboradas as planificações para as quatro semanas de implementação. Assim que terminadas, foram entregues primeiramente ao professor cooperante, que propôs algumas alterações no que diz respeito à duração das atividades ou aspetos que considerava relevantes para a construção do conhecimento dos alunos. Após feitas as alterações, foram então entregues ao professor supervisor para serem avaliadas. O professor supervisor apresentou algumas sugestões de melhoria no que diz respeito à dinâmica das atividades. Na última semana de observação, as planificações foram corrigidas de acordo com as orientações dadas pelos professores e novamente entregues aos mesmos, dando início de seguida à implementação.

### **2.2.1. Português**

A intervenção pedagógica teve início, como referido anteriormente, na área curricular de Português e as diferentes sessões foram planificadas com base nos documentos curriculares de referência para o 2º Ciclo, as *Aprendizagens Essenciais* e o *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*, que visam “melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem através de uma cultura de rigor e de excelência desde o Ensino Básico” (Ribeiro A. , et al., 2013, p. 3).

Durante as quatro semanas de implementação foram trabalhados os quatro domínios constitutivos da disciplina de Português: a Oralidade, a Leitura e a Escrita, a Educação Literária e a Gramática.

No domínio da Oralidade, pretende-se que os alunos estejam:

“ (...) aptos não só a compreender formas complexas do oral (textos de géneros formais e públicos), por períodos prolongados, a identificar a intenção comunicativa do interlocutor (informar, persuadir, mentir, troçar, seduzir, por exemplo) e a reter a informação relevante para poderem intervir de modo adequado na interação, mas também a revelar fluência e adequação da expressão oral em contextos formais de comunicação” (Aprendizagens Essenciais, p.2).

Assim sendo, este domínio foi trabalhado em todas as aulas através de diferentes atividades que permitiram aos alunos: fazer inferências a partir de informações contidas no texto; antecipar o assunto do texto utilizando os seus conhecimentos prévios; ler e interpretar textos orais; sintetizar textos através do seu resumo, apresentá-lo oralmente e compreender e apresentar argumentos que fundamentem uma opinião. De forma a desenvolver estas competências, foram constantemente promovidos diálogos em grande grupo e realizadas reflexões e sínteses orais em cada aula, onde os alunos eram incentivados a participar através da colocação de questões diretas a cada um e da realização de comentários construtivos.

No que diz respeito ao domínio da Leitura e da Escrita, pretende-se que os alunos sejam capazes de automatizar as “habilidades de identificação das palavras escritas e do seu uso com correção ortográfica, e da produção escrita de respostas e pequenos textos”, progredindo o seu trabalho “pela leitura e pela escrita, de textos mais ricos e complexos”. (MC, p.19).

Sendo que são explicitadas no Programa “as categorias e os géneros textuais considerados como prioritários no âmbito da aprendizagem formal” (MC, p.19), foram trabalhados diferentes géneros textuais ao longo das semanas de implementação, nomeadamente a narrativa, o texto descritivo, o dicionário, o resumo e a carta.

Relativamente à Leitura, permitiu-se aos alunos trabalhar: a leitura em voz alta de palavras e textos com articulação e entoação corretas; a avaliação crítica dos textos lidos e a compreensão do sentido do texto e a deteção da informação relevante.

Na Escrita, foram desenvolvidas diferentes atividades que promoveram: a escrita de textos de carácter narrativo, integrando o diálogo e a descrição; a redação de textos, respeitando as regras de ortografia, de acentuação, de pontuação e os sinais auxiliares de escrita e controlando e mobilizando estruturas gramaticais adequadas; o uso de vocabulário específico de acordo com o assunto tratado; a planificação da escrita de textos, estabelecendo objetivos para o que pretende escrever e organizando informação segundo a categoria e o género indicados.

Foi ainda proposto que, semanalmente, os alunos realizassem um resumo dos capítulos lidos durante a corrente semana, exigindo a organização da informação contida no texto e a procura, a recolha, a seleção e a organização da informação presente.

Relativamente ao domínio da Educação Literária em que se “prossegue o estudo de obras significativas, adequadas a esta faixa etária, no sentido, sobretudo, de que os alunos possam ir construindo e consolidando a sua capacidade leitora” (MC, p. 19), ao longo das quatro semanas de implementação foi estudada e trabalhada a obra “Pedro Alecrim” de António Mota, sendo que a sua leitura foi dividida entre a sala de aula e em casa. Ao longo deste período, foram desenvolvidas diferentes atividades que permitiram: a leitura integral e interpretação de uma obra literária narrativa; a identificação e explicação de recursos expressivos utilizados na sua construção e responder, de forma completa, a questões relacionadas com o texto.

No domínio da Gramática, em que se pretende o desenvolvimento da “competência gramatical por meio de um progressivo conhecimento sobre aspetos básicos de diversos planos (fonológico, morfológico, das classes de palavras, sintático, semântico, textual-discursivo)” (AE, p.4), desenvolveram-se atividades que possibilitaram aos alunos trabalhar diferentes conteúdos como: a identificação das classes de palavras; a explicitação de aspetos fundamentais da Morfologia e lexicologia, através da identificação e utilização de diferentes modos e tempos verbais e a utilização de sinais de pontuação em função da construção da frase.

## 2.2.2. História e Geografia de Portugal

Terminada a regência na disciplina de Português, seguiu-se então a implementação na disciplina de História e Geografia de Portugal. As sessões foram planificadas, mais uma vez, com base nos documentos curriculares de referência para o 2º Ciclo, as *Aprendizagens Essenciais* e o *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*, neste caso direcionados para a disciplina de HGP.

Tendo como objetivo que o aluno compreenda qual o papel da História e da Geografia no estudo do nosso país, nomeadamente no que diz respeito “às suas características físicas e humanas e à sua evolução histórico-cultural, promovendo a inclusão, o respeito pela diversidade, a cooperação, a valorização dos direitos humanos e a sensibilização para a finitude do planeta” (AE, p.3), seguiu-se a implementação das planificações referentes à disciplina de História e Geografia de Portugal, onde foi trabalhado o domínio “*Portugal do século XX - O Estado Novo (1933-1974)*”.

Referente a este domínio, foram trabalhados os seguintes subdomínios ao longo de oito aulas: *Compreender a ascensão de Salazar e a construção do Estado Novo; Conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores; Conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo e Conhecer e Compreender a manutenção do colonialismo português e a Guerra Colonial.*

De modo a proporcionar aos alunos “a realização de aprendizagens globalizantes e significativas” e a capacidade de “reconhecer a identidade espaço-temporal de Portugal nos seus aspetos mais relevantes” (AE, p.3), houve uma especial preocupação em implementar atividades que suscitassem o interesse e a curiosidade nos alunos. Desta forma, nas diferentes aulas realizaram-se atividades dinâmicas, promotoras da construção de conhecimentos, como: a visualização de vídeos da época, por exemplo, de um discurso de Salazar; a interpretação de diferentes fontes como cartazes, documentos escritos, fotografias, vídeos, notícias de jornais, etc.; a visualização de um testemunho real referente à época do Estado Novo; o trabalho em grupo, de forma a promover o trabalho colaborativo; a audição de músicas e o recurso ao PowerPoint.

Pretendeu-se também promover a interdisciplinaridade, por exemplo, através de uma atividade em que foi proposta a escrita de uma notícia em grande grupo e posterior análise.

No decorrer das aulas, destacou-se o envolvimento da maioria dos alunos e a sua curiosidade acerca dos diferentes temas abordados, sendo que se proporcionaram vários momentos de diálogo em grande grupo, onde foi possível retirar dúvidas e expor e argumentar ideias. Através das atividades realizadas foi ainda possível criar momentos de empatia, através de questões colocadas aos alunos acerca de determinados conteúdos, como por exemplo, a Censura ou a Guerra Colonial.

No que diz respeito às dificuldades sentidas, destaco o facto de alguns alunos demonstrarem dificuldades na realização de determinadas atividades propostas, necessitando disponibilizar mais tempo para a sua realização do que era esperado. Assim sendo, foi necessário reajustar algumas vezes as planificações de forma a conseguir que as diferentes aulas seguissem um fio condutor, respeitando a sua sequência histórica, sem prejudicar os alunos com mais dificuldades.

No entanto, este é, a meu ver, o papel do professor e, por isso, encarei estes obstáculos como uma mais valia para a minha formação e aprendizagem.

## Parte II – Trabalho de Investigação

A segunda parte deste relatório é dividida por cinco capítulos que constituem o trabalho de investigação realizado durante a regência na disciplina de HGP.

O Capítulo I diz respeito a uma introdução da investigação realizada, onde é feita a sua contextualização, apresentando qual a pertinência e objetivo da mesma e a sua respetiva motivação. No Capítulo II, é explorado o conceito de Censura, assim como os mecanismos utilizados na sua prática, fazendo ainda referência a países da Europa Ocidental onde se vivenciou também esta forma de repressão. No Capítulo III é apresentada a metodologia de investigação adotada, a descrição do estudo e técnicas utilizadas para a recolha e análise de dados, seguindo-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos, no Capítulo IV. Por fim, o Capítulo V corresponde às conclusões da realização do estudo.

### Capítulo I – Introdução

No decorrer deste capítulo será apresentada a caracterização do estudo através da identificação da pertinência do problema, das suas questões orientadoras e respetivos objetivos. Por último, é exposta qual a motivação que proporcionou a realização deste trabalho.

#### 1.1. Caracterização do estudo

No âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionada II foi-me proposta a realização de um trabalho de investigação numa turma do 2º Ciclo do Ensino Básico. Posto isto, e perante o tema que pretendia trabalhar, o estudo foi realizado nas aulas da disciplina



de História e Geografia de Portugal de uma turma de 6º ano de escolaridade, numa escola do concelho de Viana do Castelo.

Primeiramente, foi apresentada a ideia principal para este estudo ao professor cooperante da escola em questão e ao meu orientador, apresentando o seu objetivo e relação com a Educação para a Cidadania e com os Direitos Humanos.

Assim sendo, considero pertinente clarificar sucintamente estes dois conceitos, que estão também claramente interligados, para melhor caracterizar este estudo.

Segundo a Direção Geral da Educação (2012), “a cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social” (p. 1), sendo que, enquanto processo educativo, a educação para a cidadania tem como objetivo formar pessoas “responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo” (p.1).

Assim sendo, a escola apresenta-se como um contexto importante para a aprendizagem e o exercício da cidadania, onde se refletem preocupações transversais à sociedade, envolvendo diferentes dimensões da educação para a cidadania, como a educação para os direitos humanos.

Segundo a Organização das Nações Unidas, os direitos humanos são:

“direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação.”

Deste modo, de acordo com a *Declaração dos Direitos Humanos* (adotada pela ONU em 1948), “a educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais” (artigo 26º, alínea 2), isto é, o

desenvolvimento dos alunos e conseqüente salvaguarda dos seus direitos e deveres, deve ser assegurado por uma Educação de qualidade.

Já a *Convenção dos Direitos da Criança* (1959) realça a importância de a educação promover o respeito pelos Direitos Humanos e preparar as crianças para uma vida adulta ativa perante uma sociedade democrática e justa (artigo 29º).

Posto isto, e estando a Educação para a Cidadania relacionada diretamente com a disciplina de HGP, como mais à frente vamos aprofundar, a ideia inicial para este estudo ganhou forma, prendendo-se ao objetivo de promover nos alunos uma reflexão sobre a importância das liberdades individuais e coletivas, tendo como base o estudo da utilização da censura no Estado Novo.

### **1.1.1. Identificação da pertinência do problema**

Perante a situação mundial que vivemos devido à crise de saúde pública, são muitos os líderes europeus que destacam a importância da liberdade de expressão face à atual pandemia.

No Dia Mundial da Liberdade da Imprensa, proclamado em 1993 pelas Nações Unidas e celebrado no dia 3 de maio, António Guterres afirma que “o espaço cívico e a liberdade de imprensa são essenciais” e que apesar das restrições temporárias à liberdade de circulação, que considera fundamentais na luta contra o vírus, estas não devem ser usadas como desculpa para reprimir a capacidade de os jornalistas fazerem o seu trabalho, evitando uma pandemia de desinformação. Estando numa época em que os fundamentos dos regimes democráticos estão a ser postos à prova, para o secretário-geral da ONU, torna-se fundamental que os governos “protejam os trabalhadores da comunicação social e fortaleçam e mantenham a liberdade de imprensa, essencial para um futuro de paz, justiça e direitos humanos para todos” (Nações Unidas,2020).

A líder alemã, Angela Merkel, na mesma data, salienta que a “liberdade de expressão e informação são a base da democracia” e que “a liberdade de imprensa é a

nossa liberdade” (Lusa, 2020). Se há país que tem sensibilidade com este tema é a Alemanha, tendo em conta que vivenciou inúmeros atos censórios durante o período do Nazismo: “O Ministério da Propaganda Nazista, dirigido pelo Dr. Joseph Goebbels, assumiu o controle de todos os meios de comunicação alemães: jornais, revistas, livros, exposições artísticas, músicas, filmes, rádio, reuniões públicas e comícios” (United States Holocaust Memorial Museum, 2020). O país assistiu ainda a situações como a interrupção da estreia do filme “Sem Novidade no Front”, em 1930, em Berlim, uma vez que “o romance já era bem conhecido e irritava os nazistas, que acreditavam que a representação da crueldade e absurdo das guerras não condiziam com o “ideal alemão” (United States Holocaust Memorial Museum, 2020), evidenciando a existência da censura cinematográfica, ou a queima de livros em Berlim, em 1933, onde “Goebbels condenou obras escritas por judeus, liberais, esquerdistas, pacifistas, estrangeiros e demais não-nazistas como sendo “não-alemães” e os “estudantes nazistas iniciaram uma grande queima de tais livros”, sendo que “os livros “censurados” foram excluídos dos acervos de bibliotecas em toda a Alemanha e Goebbels considerou este ato como a “purificação do espírito alemão” (United States Holocaust Memorial Museum, 2020).

Posto isto, é importante referir que a liberdade de imprensa, ou a não existência de censura, tem um papel crucial na nossa vida, de forma a que informação verdadeira chegue à população e que esta possa tomar decisões informadas.

No entanto, não é apenas fundamental a existência desta liberdade durante uma crise sanitária.

É importante refletir sobre duas outras questões. Em primeiro lugar que, apesar da Censura ser um elemento do passado para muitos, para outros continua muito presente, como podemos constatar em países de regimes autoritários, como a Venezuela e a Coreia do Norte. E se, durante o Estado Novo, a censura era praticada pelos meios mais tradicionais, atualmente é através dos suportes digitais, como a internet, que esta essencialmente se expande. Existem ainda países que utilizam a censura através das plataformas digitais, proibindo o acesso a informação que o regime considera contra os seus princípios. Em segundo lugar, que não estamos livres que a história “se repita”. Tal

como lembra Jonathan Freedman, jornalista do *“The Guardian”*, citado por Fernandes (2019):

“Para os historiadores do período, os anos 30 são dignos de estudo porque a década prova que os sistemas – incluindo as repúblicas democráticas – que pareciam mais sólidos e robustos entraram em colapso. Este destino é possível, mesmo nas mais avançadas e sofisticadas sociedades. O aviso permanece actual.”

Face a esta problemática, a História surge como uma forma de, perante os erros catastróficos do passado, evitar que estes mesmos erros se repitam. Tal como refere Moreira & Marques (2020), é cada vez mais urgente “olhar para o passado e, a partir dele, contextualizar os acontecimentos do presente, e até ponderar possibilidades de futuro” (p.78).

Deste modo, a necessidade de explorar e identificar as perceções dos alunos acerca desta temática, permitindo que estes reflitam sobre aspetos do passado, para melhor compreenderem o presente e intervirem no futuro, deram origem a este estudo.

Assim sendo, a disciplina onde foi desenvolvido este trabalho, assume-se como uma mais valia para a abordagem deste tema e o próprio programa de História e Geografia de Portugal para o 2.º Ciclo do Ensino Básico define que esta disciplina visa “contribuir para o desenvolvimento de atitudes e valores que conduzam a uma integração e intervenção democráticas na sociedade que o rodeia” (Ministério da Educação, 1991, p. 8).

### **1.1.2. Questão de investigação**

Perante o problema central desta investigação e a sua pertinência, foi definida uma questão de investigação que serviu de ponto de partida para este estudo:

**“De que forma a utilização da Censura enquanto instrumento repressivo, utilizado pelo Estado Novo, nos faz refletir pedagogicamente sobre a importância da liberdade?”**

Tendo em conta a complexidade desta questão, considero oportuno desdobrá-la nas três seguintes questões, de forma a facilitar a sua interpretação:

1. Que conceções apresentam os alunos acerca da temática da Censura?
2. Os alunos demonstram compreender e refletir sobre a importância da liberdade através da abordagem didática sobre a censura no Estado Novo?
3. Que transformações revelam os alunos no seu pensamento histórico e cívico face a esta problemática?

### **1.1.3. Objetivos da Investigação**

Para dar resposta à questão de investigação definida, assim como orientar o problema central do estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- | Identificar as ideias prévias dos alunos acerca da temática da Censura;
- | Esclarecer os alunos acerca do significado dos conceitos de “Censura” e “Censura prévia”;
- | Sensibilizar os alunos para a importância da liberdade de expressão;
- | Incitar à compreensão do impacto da prática da Censura na vida dos seres humanos.
- | Identificar as ideias finais dos alunos em relação à temática trabalhada.

### **1.2. Motivação**

A ideia do tema desta investigação surgiu de uma conversa com uma aluna, em contexto de trabalho numa sala de estudo, acerca da liberdade de expressão. Quando confrontada com o facto de, durante a ditadura militar em Portugal, as pessoas não poderem exprimir as suas ideias, pensamentos ou opiniões, muito rápido e prontamente me respondeu que era impossível isso acontecer porque para nos exprimirmos “basta abrir a boca e falar, por isso ninguém nos consegue proibir”. Apesar da minha preocupação em

apresentar-lhe exemplos de práticas de censura e lhe explicar que essas mesmas práticas existiram muito “perto de nós”, a sua atitude revelou uma certa resistência em aceitar o que estava a ouvir.

Posto isto, considerei que a abordagem deste tema seria uma mais valia para os alunos por diferentes razões. Primeiramente porque permite aos alunos valorizar um dos seus “maiores” direitos, o da liberdade de expressão, que é dado como garantido e por isso, por vezes, desvalorizado.

Tal como refere Jorge (2018), “a liberdade de expressão é o primeiro mandamento da nossa convivência democrática” e por isso é importante que as crianças compreendam que, apesar da existência de ideias e pensamentos diferentes dos seus, estes devem ser respeitados.

Segundo porque possibilita ao aluno compreender que, ao longo da História, este direito nem sempre existiu, salientando a importância das suas atitudes e ações para garantir a sua preservação.

Concluindo, a escolha deste tema deveu-se à importância de alertar e consciencializar os alunos para o impacto da prática desta forma de repressão nas nossas vidas, incitando-os a construir os seus próprios conhecimentos e, conseqüentemente, tornarem-se cidadãos mais conscientes e justos.

## Capítulo II – Revisão da Literatura

Este capítulo apresenta a revisão da literatura relevante para o estudo realizado, sendo esta composta por quatro tópicos que considero essenciais para o assunto em questão.

Inicialmente é apresentado o papel da disciplina de HGP na promoção da Cidadania Global. De seguida, é explorado o conceito de “Censura” na sua inter-relação HGP – Cidadania Global, tendo em conta os mecanismos utilizados na sua execução e, por fim, a sua prática em Portugal e na Europa Ocidental ao longo da história.

### O papel da História e Geografia de Portugal para a promoção da Cidadania Global

Os documentos curriculares de referência da disciplina de HGP, foram elaborados tendo em conta a otimização do papel formativo da disciplina, de forma a que esta, entre outros objetivos, prepare futuros cidadãos, capazes de intervirem na sua sociedade e no mundo, mobilizando as suas aptidões e conhecimentos de forma autónoma e positiva.

Desta forma, o Programa de História e Geografia de Portugal do Ensino Básico (Volume I) (ME, 1991), define na sua introdução um conjunto de preocupações tidas em conta para a sua elaboração, sendo uma delas a de procurar que “os alunos desenvolvam atitudes que favoreçam o seu conhecimento do presente e do passado, despertando-lhes o interesse pela intervenção no meio em que vivem” (p.77).

Já os seus Objetivos Gerais organizam-se em três domínios: Valores e Atitudes, Capacidades e Conhecimentos. No domínio dos Valores e Atitudes, são os seguintes tópicos que mais se direcionam para a Educação para a Cidadania: “1.1. Manifestar espírito crítico, a partir da análise de atuações concretas de indivíduos ou grupos; 1.4. Reconhecer a existência de valores éticos patentes em ações humanas; 2.1. Revelar hábitos de convivência democrática; 2.2. Demonstrar atitudes de respeito e solidariedade para com pessoas e povos de diferentes culturas; 2.3. Interessar-se pela melhoria da qualidade de

vida da comunidade; 2.4. Interessar-se pela preservação do património natural e cultural; 2.5. Intervir na resolução de problemas concretos da comunidade envolvente, devidamente enquadrado em esquemas de apoio” (Volume I) (ME, 1991, p.83). No domínio das Capacidades, podemos destacar os seguintes tópicos: “1.1. Observar e descrever aspetos da realidade física e social; 1.3. Identificar problemas; 1.4. Formular hipóteses simples; 1.5. Elaborar conclusões simples; 2.6. Expressão, sob forma plástica ou dramática, ideias e situações; 2.7. Emitir opiniões fundamentadas” (Volume I) (ME, 1991, p.83). Por fim, no domínio dos Conhecimentos, destaca-se o tópico “3.2. Reconhecer contribuições/alterações decorrentes das relações de Portugal com a Europa e o Mundo”.

As Aprendizagens Essenciais do 6º ano (AE, 2018) referem que se pretende que o aluno “compreenda o papel fundamental que a História e a Geografia desempenham no estudo do país, no que respeita às suas características físicas e humanas e à sua evolução histórico-cultural, promovendo a inclusão, o respeito pela diversidade, a cooperação, a valorização dos direitos humanos e a sensibilização para a finitude do planeta” (p.2).

No Documento de Apoio às Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal do 2º Ciclo do Ensino Básico, são apresentadas Capacidades transversais a desenvolver ao longo deste ciclo, destacando-se alguns tópicos direcionados para a Educação para a Cidadania. Relativamente ao Conhecimento histórico destaca-se o tópico “Referir a importância da História para a compreensão crítica do presente, para a formação para a cidadania e para a valorização do património cultural” (p.4); no que diz respeito às Modalidades de organização do tempo e a sua utilização salienta-se o tópico “Identificar diferentes ritmos de evolução no contexto do atual território nacional, detetando processos de permanência e de mudança” (p.4) e em relação à Comunicação/transmissão do saber destaca-se o tópico “Produzir um discurso coerente, correto e fundamentado, utilizando de forma adequada o vocabulário específico da área de saber para comunicar o conhecimento adquirido” (p.5).

Podemos então concluir que a perspetiva da educação para a cidadania é uma forte componente no currículo da disciplina de HGP, sendo que os tópicos destacados refletem



as potencialidades desta área curricular para o desenvolvimento de jovens conscientes, autônomos e críticos e agentes transformadores e protagonistas da sua história.

Ao longo do tempo, o interesse pela Educação para a Cidadania tem crescido, o que, conseqüentemente, levou a uma maior atenção à sua dimensão global e ao seu impacto no ensino e na aprendizagem.

Segundo a UNESCO (2016), “a cidadania global refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum” (p.14). Isto é, este conceito significa estar desperto e atento ao que nos rodeia e compreender que todas as nossas ações e comportamentos tem uma consequência mundial e impacto nas gerações futuras. Assim sendo, cidadania global é preocupar-se com os diferentes acontecimentos, quer da cidade onde vivemos, quer do resto do mundo, como as injustiças sociais, ambientais, políticas e económicas. É também mobilizarmo-nos para garantir um mundo mais igual, mais justo e mais sustentável, respeitando sempre o Outro, os direitos humanos, a diferença e a diversidade.

Desta forma, para Kantovitz (2012) “a escola, nesse sentido, coloca-se como um meio que oportuniza o preparo para a cidadania, pode-se ainda dizer possibilita um ‘ensaio’ para o exercício cidadão” (p.104) e destina-se à escola e ao professor a função de “preparar o aluno, desenvolvendo um pensamento histórico-crítico capaz de oferecer as condições para enfrentar os desafios da sociedade” e ainda “torná-lo capaz de provocar uma mudança de atitude, enquanto sujeito de sua história” (p. 107-108).

Nesta perspetiva, o papel da educação, de acordo com a UNESCO (2015), tem ido “além do desenvolvimento de conhecimento e habilidades cognitivas para a construção de valores, soft skills e atitudes entre alunos” e por isso, coloca-se a todas as disciplinas do currículo escolar o grande desafio de transformar o saber científico num saber ativo e prático e tornar o aluno capaz de tomar decisões perante situações do mundo real, tornando-se cidadãos conscientes. Cabe então ao educador criar “um ambiente de aprendizagem efetiva” e “incentivar os alunos a se envolver na investigação crítica e apoiar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que promovam mudanças pessoais e sociais positivas” (UNESCO, 2016, p.51).

Segundo vários autores, as Ciências Sociais são uma área científica que promove o desenvolvimento das competências sociais que definem um aluno civicamente competente e consciente.

Pagès & Santisteban (2013) defendem que a finalidade mais importante do ensino das ciências sociais é a educação da cidadania democrática, isto é, um ensino orientado à formação do pensamento social, geográfico e histórico das crianças e jovens, para que possam decidir consciente e deliberadamente que tipo de cidadão querem ser e participar na tomada de decisões, defendendo os seus pontos de vista com argumentos consistentes e de uma forma dialogante e pacífica. Para os autores, o “conocimiento social, geográfico e histórico ha de permitir a los y a las jóvenes ciudadanas ubicarse en su mundo y poder intervenir en él” (p. 20).

Para Kantovitz (2012) trabalhar com a História permite estabelecer uma relação com a formação do cidadão ativo e capaz de compreender o mundo em que se insere e se reconhecer como parte de um grupo social e cultural. Para o autor, a História permite ao aluno ver-se “não como um ser passivo, mas como um agente capaz de transformar a história”, ou seja, “entender o passado para criticá-lo, não para aceitá-lo” (p.104). Defende ainda que a história, em articulação com as outras áreas do conhecimento, dá a oportunidade aos alunos de procurar e alcançar uma sociedade mais justa através de uma mudança de atitude.

Considerando a disciplina de História como uma oportunidade para fazer uma aproximação à problemática dos valores, Igreja (2004) evidencia que esta possui um conjunto de características próprias que permitem “ampliar os conhecimentos do aluno (o saber), desenvolver métodos de trabalho intrínsecos ao estudo da História (o saber-fazer) e promover um conjunto de valores e atitudes pessoais (o saber-ser)” (p.231) e que tem ainda, entre outras, a finalidade de desenvolver “o espírito crítico que conduz à análise crítica da realidade e à capacidade de agir socialmente” (p.232).

Apresento, de seguida, uma definição de Igreja (2004) que, na minha opinião, consegue caracterizar de forma clara e sintetizada a função do ensino da História:

“No ensino da História, os conhecimentos ou saberes procuram fornecer ao aluno uma cultura histórica em que predominam elementos dinamizadores da consciência de ligação a um determinado passado – o passado da sociedade em que vive. É um processo de identificação e de pertença em que se articulam as acções humanas com o espaço físico, num tempo determinado.” (p.227)

Para Barton (2004), a História pode contribuir para a cidadania democrática de três formas distintas.

A primeira é fomentar um pensamento crítico. Segundo o autor, o estudo da História possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico e pode ser feito de duas maneiras: a primeira é através da reflexão, ou seja, dar aos alunos algo para refletirem, ajudando-os a compreender que o passado contribui para o presente. Assim sendo, através da História os alunos devem ser ajudados a compreender que “as instituições, as atitudes e os modelos sociais que vivemos hoje são o resultado de um processo histórico” (p.17) e que a nossa economia, o sistema político, crenças e práticas culturais não são intemporais ou universais, mas sim frutos do passado, de certas decisões e processos. A segunda maneira é “possibilitar aos estudantes a experiência de usar uma variedade de fontes de informação para alcançar as suas conclusões” (p.17), de forma a evitar que as suas conclusões sejam manipuladas pelas conclusões dos outros.

A segunda forma de contribuir para a cidadania é possibilitar que os alunos desenvolvam uma visão alargada da humanidade, isto é, ajudar os alunos a serem capazes de reconhecer, respeitar e compreender a diversidade humana. Para o autor, apesar desta aprendizagem não garantir que os alunos aceitem as diferenças, vai ajudar a “criar as condições para que tal aceitação possa parecer razoável” (p.24).

A terceira e última contribuição do Ensino da História, segundo Barton (2004), é “a consideração do bem comum” (p.24), ou seja, desenvolver capacidades nos alunos de trabalhar conjuntamente considerações de justiça e trabalhar as diferenças.

Através do estudo da História, possibilita-se então que o aluno tenha uma visão geral sobre a sociedade em que vive e que compreenda que esta está sujeita a constantes

mudanças. Outra das suas finalidades diz respeito ao desenvolvimento do espírito crítico, capaz de analisar criticamente a realidade e agir socialmente.

Desta forma, a História torna-se imprescindível na formação da cidadania e, articulada com as restantes áreas do conhecimento, oportuniza “tanto para professores quanto para os alunos a busca de uma sociedade mais justa, possível de ser alcançada desde que haja mudança de atitude” (Kantovitz, 2012, p.106-107).

Todas estas referências evidenciam que trabalhar com a História vai muito além da formação intelectual e cognitiva do aluno, ou seja, não se procura apenas a compreensão dos conceitos históricos, mas essencialmente o desenvolvimento de um conjunto de valores e atitudes que permitam uma formação pessoal e social adequada e o desempenho de uma cidadania autónoma, cooperativa e responsável.

Em jeito de conclusão, não podia estar mais de acordo com Manuel de Azevedo Almeida quando este afirma que “quanto mais sólida for a formação dos alunos (...) mais aptos e preparados estarão para se tornarem cidadãos conscientes e delineadores do futuro coletivo.” (Igreja, 2004, p.228).

## A Censura

*“Uma crítica severa; uma repreensão; um exame oficial de certas obras ou escritos; uma corporação a que compete esse exame e uma Pena eclesiástica que priva os fiéis dos bens essenciais.”*

*(Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2020)*

## **História da Censura em Portugal: da Época Moderna até ao fim da 1ª República**

Partindo da vertente etimológica da palavra, a censura surge como um meio de controlo e de opressão da liberdade de expressão, fazendo parte integrante da nossa

História. Assim sendo, ao longo de vários períodos, a censura foi exercida de diversas formas, como uma “arma” de defesa por parte quer da Igreja quer do Estado.

Apesar de existirem exemplos de cortes e rasuras em textos copiados em códices anteriores a Quatrocentos, é a partir do séc. XV que a censura surge com maior regularidade e obedecendo a normas pré-estabelecidas.

Em Portugal, a censura eclesiástica constitui-se oficialmente com a criação da Inquisição por Paulo III, em 1536. De forma a contrariar, ou mesmo impedir, o alastramento do judaísmo e da cristã-novice, todas as impressões de livros tinham de ser autorizadas pela Inquisição após um exame prévio e, simultaneamente, foi determinado que se procedesse “a um varejo nas livrarias públicas e particulares à procura de livros proibidos ou considerados nefastos” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119).

De acordo com Rodrigues (1980), em 1539, surge o primeiro livro que terá sido sujeito a censura prévia, com o título *Ensino Cristão 10* e cujo autor é anónimo, “o qual trás no frontispício, a seguir ao título, as palavras «aprovado pela santa inquisição. Com privilégio real». No reverso vem uma provisão do Cardeal Infante D. Henrique, Inquisidor-Geral, em que diz: «Que mandado ver a obra por letrados, e achando-a útil, dá licença para se imprimir e vender.» “(p.16).

Segundo Garcia (2009) a ação da censura inquisitorial “visava orientar os espíritos através do seu produto, os livros” (p.50), sendo a divulgação das ideias reformistas do Norte da Europa as mais temidas, tal como as obras de inspiração racionalista ou de autoria de cristãos-novos.

Ao longo dos primeiros séculos de existência de Portugal, “a máquina censória foi-se aperfeiçoando e tornando cada vez mais rigorosa” (Garcia, 2009, p.50), essencialmente com a introdução do Santo Ofício (censura papal) e o Ordinário da Diocese (censura episcopal). Em 1576, juntou-se a estas uma outra entidade, o Desembargo do Paço (censura régia), em que D. Sebastião, no ano seguinte, determina que “nenhum livro, independentemente da aprovação do Santo Ofício e do Ordinário, podia ser vendido sem a obter da parte do Desembargo do Paço” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*,

1985, p.119), podendo, quem o fizesse, sofrer consequências como a perda de bens ou até a pena de morte natural. No entanto, durante a existência da Inquisição foi sempre a Igreja que manteve a soberania, o que, conseqüentemente, levou a que a sua atividade fosse mais centrada em assuntos de índole religiosa do que na componente política.

Em 1768, o marquês de Pombal substituiu a Inquisição pela Real Mesa Censória, composta por censores régios, com o objetivo de “clarificar a soberania temporal” (Caldeira, 2008, p.10), ou seja, de afirmar o poder régio perante influência da Igreja até à data. Através da examinação de todos os livros e papéis antes da sua impressão, a ação censória foi desviada para “os seus maiores inimigos – os jesuítas – e as ideias mais liberalizantes da Europa” (Garcia, 2009).

No reinado de D. Maria, após o afastamento de Marquês de Pombal, o poder sobre a censura oficial é devolvido à Igreja e é criada a Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Porém, apenas seis anos depois, esta nova mesa é extinta após escândalos desencadeados por uma certa tolerância permitida por esta instituição, que coincidiu “com uma melhor organização da literatura clandestina” (Garcia, 2009, p.51).

Assim sendo, em 1794, a autoridade régia “entrega” a atividade censória à estrutura tripartida do século XVI - ao Santo Ofício, que voltou a funcionar, ao Ordinário e ao Desembargo do Paço, uma vez que pretendia “impedir ou dificultar, quanto possível, a difusão das ideias novas da Revolução Francesa” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119).

No entanto, a censura não conseguiu agir eficazmente e muitas vezes não detetou livros “de leitura pouco agradável, do ponto de vista das autoridades portuguesas” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119) e, particularmente na época das invasões francesas, como refere Garcia (2009) “foi refreada a atividade censória, já que o entusiasmo jornalístico era essencial para que o desfecho fosse favorável para Portugal” (p.52).

Porém, logo em 1810, a censura retomou o seu rigor, devido às crescentes movimentações liberais por todo o país, que resultariam na Revolução de 1820. Após a

revolução, a Inquisição foi extinta e a atividade censória ficou entregue apenas ao Ordinário e ao Desembargo do Paço.

Tal como refere Caldeira (2008), “só com o advento do Liberalismo se chega à liberdade de imprensa” (p.11), uma vez que a Constituição de 1822 estabelecia que a expressão de pensamento não dependia da censura prévia. Contudo, em maio do ano seguinte, a Vila-Francada miguelista repõe a censura e “procura-se impedir, proibindo-a, a entrada em Portugal e seus domínios de livros ou jornais impressos no estrangeiro, sem prévia autorização régia” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119).

Com a aprovação da Carta Constitucional em 1826, é estabelecida novamente a liberdade de pensamento e permitida a sua publicação através da imprensa, mas, após dois anos, foi criada uma comissão para censurar os papéis volantes e escritos periódicos, resultando na circulação clandestina destes impressos, lidos por um grande número de pessoas.

Apenas com a vitória liberal e a promulgação da Lei da Imprensa, em 1834, foi abolida formalmente a censura prévia. Porém, a mesma lei estabelecia que eram proibidos “os ataques por escrito que visavam a religião católica, o Estado, os bons costumes e até os particulares” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119) e entre os liberais surge um conflito entre setembristas e cartistas, que resulta de novo na guerra civil. Desta forma, em 1840, a imprensa periódica volta a ser alvo de perseguição, estendendo-se até à Regeneração, em 1851.

Daí em diante até à proclamação da República, com “o regime monárquico a caminho da agonia” (Caldeira, 2008, p.11), surgem legislações que ora restringem ou suspendem a censura, ora a procuram restabelecer.

Em 28 de Outubro de 1910, implantada a República, surge uma nova Lei de Imprensa que prevê a restituição da liberdade de expressão, permitindo expressamente a crítica à governação e às doutrinas religiosas. Contudo, não foi suficiente para impedir que a história se repita, e tal como refere Garcia (2009), inicialmente “sob a alegação da resistência monárquica” e mais tarde, “com a justificação da Primeira Guerra Mundial” (p.53-54), em 1916 as práticas censórias prosseguiram, sendo consideradas como

um “mal necessário” que é permitido apenas devido ao seu carácter temporário e restrito. Estas medidas censórias prolongam-se, no entanto, até 1919, apresentando uma particularidade: os periódicos alvos de censura expunham espaços em branco que correspondiam aos cortes e proibições impostas pelo governo.

Nos anos que se seguem, segundo Garcia (2008), a liberdade de expressão e de imprensa “enfrenta novas ameaças, bem mais perigosas, as que se afirmam através do domínio crescente dos órgãos de comunicação social pelos grandes interesses capitalistas, que os domam aos seus objetivos económicos e políticos” (p. 12), com o objetivo de preparar de forma persistente a opinião pública para a necessidade de ordem, ou seja, para uma ditadura.

### **A censura no Estado Novo**

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, Gomes da Costa assegura que o pensamento era livre e que “não precisava, para se expandir, de ser caucionado por qualquer censura” (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 1985, p.119), porém, logo foi acrescentado que essa liberdade não podia pôr em causa a ordem pública, nem ultrajar as instituições republicanas. Tendo em conta a sucessão de golpes de Estado, a utilização da censura “enquanto arma contra inimigos externos e conflitos internos” (Garcia,2008, p.54) e perante a ditadura militar instaurada, rapidamente é imposta a censura à imprensa, seguida por novas leis de imprensa.

Com a estabilização política da ditadura e a chegada de Salazar ao governo, os mecanismos censórios e repressivos são reforçados e aperfeiçoados.

Segundo o Dicionário de história do Estado Novo (1996), embora não existisse nenhum documento legal que promulgasse a existência da censura e ainda reiterasse no Diário do Governo o direito de cada um «manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa»” (p. 140), a partir de 1927, todos os jornais passaram a incluir no seu cabeçalho um selo com a inscrição “visado pela comissão de censura”.



Em 1929, é criada a Direção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa onde, após reestruturação, “é desenhada a arquitetura da censura, cujas estruturas e características permanecem praticamente inalteradas até 1974” (Garcia, 2008, p.55).

Somente a 11 de abril de 1933, com a entrada em vigor da nova Constituição, a censura prévia é considerada constitucional pela primeira vez desde 1820, sendo que, assim como o Artigo 2.º prescreve:

Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social. (Rodrigues, 1980, p.66).

Esta censura era justificada, no artigo 3º., pelo bem da Nação e contra todas as formas de oposição, em favor da verdade e contra a mentira. Assim sendo, a censura tinha como objetivo, tal como cita Torgal (2009), “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social” de forma a “defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum” (p.193), evitando pôr em causa os princípios fundamentais da organização da sociedade.

De acordo com Dicionário de História do Estado Novo (1996), de 1932 a 1936, os periódicos oposicionistas, quer da esquerda quer da direita, foram silenciados: primeiramente os “integralistas”, os “republicanos da Esquerda Democrática” e os “republicanos da União Liberal”; seguidamente os “monárquicos”, os “republicanos democráticos” e os “independentes” e por fim, os “socialistas” (p.140).

Seguindo a ideologia fascista, em 1933, é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), mais tarde denominado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), dirigido durante 16 anos por António Ferro.

Em maio de 1936, as competências da Direção-Geral dos Serviços de Censura foram alargadas, passando este departamento a ser responsável pela autorização ou proibição de novos periódicos e ainda, como nunca tinha acontecido, pela circulação de livros. Desta forma, regulou-se a “censura repressiva”.

Ao contrário do que aconteceu durante a Primeira República, todas as formas de supressão eram invisíveis aos leitores, uma vez que era proibido apresentar quaisquer espaços em branco ou fazer referência aos cortes realizados pela comissão de censura.

Com isto, surge o “mecanismo mais eficaz da guerra surda” (Dicionário de História do Estado Novo, 1996, p.140), a autocensura, isto é, não existia apenas a censura propriamente dita, de cortes e proibições, mas também uma censura interior, evitando a abordagem de determinados conteúdos ou opiniões para impedir situações de confronto com o poder político.

Para Gama (2007), esta forma de repressão define-se como uma “censura de medo: do medo da prisão, do medo da agressão, do medo de perder o emprego, do medo de fazerem mal aos familiares, do receio de ser, frequentemente, incomodado por certos telefonemas anónimos, enfim, o medo de ser perseguido” (p.1). Assim sendo, os jornalistas, escritores, artistas e os criadores portugueses em geral, aprenderam a antecipar o que passaria ou não pelo “crivo do poder político” (Dicionário de História do Estado Novo, 1996, p.140).

Esse crivo tornou-se ainda mais apertado com a Segunda Guerra Mundial, sendo criado, em 1940, um Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, ficando as relações entre o Estado, a imprensa e a rádio, subordinadas ao Chefe do Governo, Oliveira de Salazar, que passou a despachar diretamente com os diretores dos Serviços de Censura, da Emissora Nacional e do Secretariado da Propaganda Nacional. Foi através de uma apertada condução ideológica, com o objetivo de fazer acreditar os portugueses que o País vivia sem sobressaltos, que “a ditadura de Salazar expandiu a capacidade de controlo do poder político” (Garcia, 2009, p.57).

Deste modo, a partir dos anos 40, coube ao SPN/SNI/SEIT a coordenação da censura à imprensa e aos espetáculos, mas que acabou por se estender aos mais variados setores de produção de conteúdos.

## Mecanismos censórios do Estado Novo

### Publicações periódicas e livros

No que diz respeito às publicações periódicas, em 1943, é publicado um decreto-lei onde se volta a considerar que a censura deveria incluir todas as publicações que abordassem assuntos de carácter político ou social. De acordo com Gama (2007), existiam notícias que não podiam aparecer, como as relacionadas com suicídios, abortos, emigração, homossexualidade, presos políticos, manifestações, etc., e existiam ainda palavras proibidas como proletariado, revolução, comunismo e vermelho (estando relacionada aos republicanos espanhóis e comunistas soviéticos), que devia ser substituída por encarnado (p.4-5).

Assim sendo, um funcionário de cada jornal deveria deslocar-se à censura levando três exemplares da notícia a examinar, sendo que uma era devolvida com um carimbo com a palavra “visado” e o local da comissão de censura e outro com uma das diferentes possibilidades – “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspensão”, “retirado” ou “cortado”. Os cortes eram realizados a azul, tornando o “Lápis Azul” um símbolo da Censura do Estado Novo.

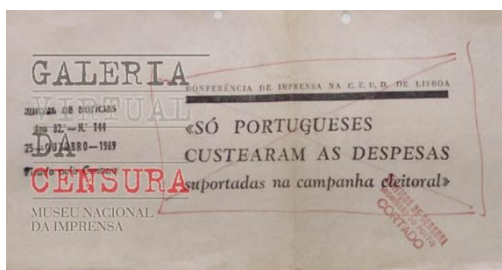


Figura 3- Jornal de Notícias. Porto, 1969. Título cortado pelos Serviços de Censura. Fonte: <http://www.museudaimpresa.pt/>



Figura 4- Jornal República, Lisboa, 1969. Autorizada com cortes pelos Serviços de Censura. Fonte: <http://www.museudaimpresa.pt/>

Em relação aos livros, de acordo com o decreto-lei publicado em 24 de novembro de 1944, as oficinas de impressão deveriam enviar os livros que abordassem assuntos de índole política, económica ou social ao Secretariado Nacional de Informação antes de serem publicados. As principais temáticas proibidas eram: “a ideologia socialista; a oposição ao regime; a contestação à política colonial do Estado Novo; a reforma agrária, a pobreza; a liberdade religiosa; a emancipação da mulher; a sexualidade; a crítica dos costumes vigentes” (Gama, 2007, p.4). Na Biblioteca Nacional existia um ficheiro com as Obras Proibidas de ir à leitura, como por exemplo, documentos relativos às Províncias Ultramarinas.

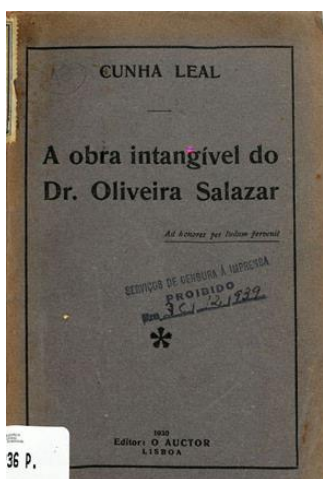


Figura 6- "A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar". 1930. Cunha Leal, Edição de Autor. Livro proibido pelos Serviços de Censura. Fonte: <https://expresso.pt/actualidade/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543>



Figura 5- Página do conto "Apenas homens" de Vergílio Ferreira (anterior a 1972). Cortado pelos Serviços de Censura. Fonte: <http://purl.pt/13858/1/memoria-liberdade/372.html>

Contudo, mesmo depois de postos a circular, os livros estavam sujeitos a ser apreendidos pela PIDE/DGS nas tipografias, livrarias ou até nos Correios, “onde em certos casos funcionava uma secção da PVDE/PIDE, que fazia a triagem da correspondência” (Torgal, 2009, p. 196). Cabia também à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criada em 1933, e que, em 1945, se intitulará de Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a prática repressiva. Segundo Torgal (2009), tratava-se de uma “rede bem montada que passava por vários canais, inclusivamente por informadores secretos, e por, repartições variadas” (p.196), tal como a dos correios, referida anteriormente.

### **Semelhanças e Diferenças com os regimes Fascistas/Nazis**

No entanto, não podemos comparar a ação da PVDE/PIDE à GESTAPO nazi ou à OVRA fascista, uma vez que, embora igualmente organizada, seria “provavelmente, mais amena e de tipo mais estatal e «legal»”, apesar de “a polícia portuguesa afinar processos de investigação e de informação com as polícias da Alemanha e da Itália” (Torgal, 2009, p.197).

Para Pinto (1990), apesar da ditadura do Estado Novo ter sido influenciada pelo aparecimento do fascismo em Itália e na Alemanha e possuir traços “fascistas”, a sua história difere em pontos vitais da dos movimentos fascistas nos outros países europeus (p.700), sendo que se trata de um regime mais tradicional e ao qual lhe faltava o apoio e a mobilização de massas (p.711). O autor refere ainda que “algumas «ausências», como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista” (p.712) foram elementos que justificam a longevidade com os regimes fascistas.

Lopes (2017) defende que, pela sua natureza antidemocrática, o salazarismo se aproximou do fascismo italiano e do nazismo alemão, porém, sendo “politicamente antipartidarista e constitucionalmente híbrido, evitou afirmações totalitárias, entrosando uma ideologia nacionalista de origem integralista e um corporativismo social de inspiração católica que enjeitou a democracia” (p.5), configurando como um “conservadorismo católico autoritário, de base tradicionalista e integracionista, dotado de um organicismo e paternalismo social que instituiu um monopartidarismo autocrático sob a forma de ditadura corporativa do chefe de Governo” (p.15).

### **Artes de espetáculo e audiovisual**

Quanto às artes do espetáculo, foi criada, logo a 29 de junho de 1929, a Inspeção Geral dos Espetáculos, que foi sofrendo alterações de forma a adaptar-se ao tipo de censura utilizada pelo Estado Novo.

Relativamente ao teatro, segundo Caldeira (2008), grande parte da sua produção e realização, tanto no setor profissional como no amador, foi dominada pela política de António Ferro, levando quase à sua extinção, uma vez que os textos que podiam motivar o público não eram autorizados ou eram alterados drasticamente (p. 14-15). Assistiu-se ainda a um controlo da crítica teatral que chegava à imprensa.

No cinema, a partir de 1948, era obrigatório o “visto da censura” para a obtenção de uma licença para a sua exibição, sendo que, frequentemente, as películas eram autorizadas, mas com cortes, ou simplesmente proibidas. Todos os espetáculos eram controlados e existiam temas proibidos, como por exemplo: maus tratos a mulheres, torturas, assassínios, roubos ou crimes.

Na rádio, sendo que era o Estado que atribuía as frequências, o sistema era altamente controlado, servindo para “distrair” a população, ou seja, tinha uma função de entretenimento, com o objetivo de fazer esquecer os portugueses da situação que se encontrava o país.

A respeito da televisão, esta foi um instrumento utilizado pelas mãos do poder, quer político quer económico, tornando-se, dos anos de 1957 a 1974, num objeto de propagando do regime, através do canal televisivo RTP.

Foi essencialmente Marcello Caetano, quando sucedeu Salazar e assumiu o cargo de Chefe do Governo, bem como outros dirigentes políticos do mundo ocidental, que se serviu de todas as potencialidades da televisão. Assim sendo, tal como refere Cristino (2014):

Para além de, directa ou indirectamente, interferir nos conteúdos e na programação (designadamente assegurando que a oposição não lhe pudesse aceder de igual forma), ainda tratou de garantir um «canal» próprio e privativo, um espaço privilegiado de comunicação com os portugueses, as «Conversas em Família» (p.127).

Apesar de, num primeiro período, existir uma esperança de mudança, ficando intitulado como “primavera marcelista”, o regime acabou por aumentar, numa segunda fase, a sua ação repressiva e, em 1972, foi publicada uma nova Lei de Imprensa. Durante a

suposta liberalização, a Censura Prévia tinha sido substituída por Exame Prévio, mas a liberdade de expressão continuava a não existir.

### **Da censura à liberdade**

No entanto, a nova lei de imprensa vigorou durante pouco tempo, tendo em conta que a liberdade deste setor foi reposta em Portugal após a Revolução de 25 de abril de 1974. Esta revolução reforça a ligação entre a liberdade e a imprensa, não tivesse esta começado com a apropriação dos meios de comunicação social, pelos militares.

A liberdade de imprensa é então considerada na Constituição Portuguesa de 1976, publicada no dia 10 de abril desse mesmo ano e que vigora até aos dias de hoje. No artigo 37º., referente à “Liberdade de expressão e informação”, a Constituição prevê que:

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

Dava-se então início a um novo período da História de Portugal, caracterizado pela transação da censura para a liberdade.

Em jeito de síntese, digamos que desde a Censura Inquisitorial até aos séculos XIX e XX, a censura apresentou-se como um instrumento político dos governos que se sucederam.

Assim sendo, não podia estar mais de acordo com Rodrigues (1980), quando a autora refere que:

A cada mudança de poder, seja ele liberal, absolutista, republicano ou ditatorial, correspondeu sempre uma nova lei de imprensa. A rapidez com que os novos governos apresentam a sua lei de imprensa mostra claramente a importância prioritária que ela tinha na sua ideologia política (p.51).

## Capítulo III – Metodologia de Investigação

No decorrer deste capítulo são apresentadas as opções metodológicas adotadas no estudo, assim como a caracterização do mesmo e dos seus participantes. São também apresentadas as técnicas utilizadas na recolha de dados para a investigação e os procedimentos utilizados para na sua análise.

### 3.1. Opções Metodológicas

Diante do problema apresentado, de forma a ser possível responder às questões de investigação definidas e consequentemente construir conhecimentos significativos, deu-se especial atenção ao percurso metodológico a seguir.

Segundo Coutinho (2005), “a investigação educativa é uma actividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objectivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos educativos” (p.48). Para a autora, é através da investigação que é possível refletir e problematizar o processo de ensino/aprendizagem, fomentar o debate e construir as ideias inovadoras.

Assim sendo, analisamos criteriosamente os objetivos a alcançar, de modo a identificar qual o método mais pertinente e eficaz para esta investigação.

Primeiramente, definiu-se a metodologia a adotar, de acordo com o objetivo da investigação. Posto isto, tendo como objetivo compreender os participantes a partir dos seus pontos de vista, optamos pela metodologia qualitativa. De acordo com Coutinho (2014), numa investigação qualitativa, a nível conceptual, o objeto de estudo “não são os comportamentos, mas as intenções e situações”, isto é, “trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo” (p.28). Consideramos ainda pertinente apresentar algumas características apresentadas por Carmo & Ferreira (1998) que definem esta metodologia e que permitem justificar o facto de considerarmos que esta investigação



apresenta um enfoque qualitativo dentro da Educação e das Ciências Sociais. Numa investigação qualitativa a fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o instrumento principal na sua recolha, sendo a observação participante uma das técnicas mais utilizadas; o “significado” tem uma grande importância e por isso os investigadores “procuram compreender as perspetivas daqueles que estão a estudar”; o investigador interessa-se “mais pelo processo de investigação do que unicamente pelos resultados ou produtos que dela resultou”; a construção de teoria processa-se de modo indutivo a partir da análise de dados recolhidos, procurando desenvolver conceitos e compreender fenómenos (Carmo & Ferreira, 1998, p.179-180). Segundo Bodgan & Biklen (1994), a abordagem qualitativa “requer que os investigadores desenvolvam empatia para com as pessoas que fazem parte do estudo e que façam esforços concertados para compreender vários pontos de vista” (p.287) e foi exatamente isso que nos concentramos a fazer nesta investigação.

De seguida, é necessário considerar o paradigma que melhor sustenta o estudo em questão. Os paradigmas de investigação constituem “o sistema de pressupostos e valores que guiam a pesquisa, determinando as várias opções que o investigador terá de tomar no caminho que o conduzirá rumo às ‘respostas’ ao ‘problema/questão’ a investigar” (Coutinho, 2014, p.26). Nesta investigação utilizamos então eminentemente o paradigma de natureza interpretativo ou construtivista, uma vez que procuramos desenvolver estratégias de aprendizagem que valorizassem os conhecimentos prévios dos alunos e a reflexão crítica no que diz respeito aos conteúdos abordados. Este paradigma defende que “um indivíduo é capaz de participar ativamente na construção do seu conhecimento e que a edificação deste está subjacente aos seus conhecimentos prévios e à relação entre o Homem e o meio” (Tavares et al. 2007, citado por Dias, 2014, p.4). Sendo que, consoante esta teoria, a aprendizagem deve ser centrada nos alunos, o professor surge como um orientador em sala de aula, que disponibiliza meios e recursos que permitam que estes construam a sua aprendizagem. Assim sendo, durante esta investigação, procuramos assumir o papel de professor construtivista, planeando atividades que permitissem relacionar os conhecimentos prévios dos alunos com os conteúdos lecionados e transformá-los em “pequenos historiadores”.

O paradigma construtivista cruza-se com a influência epistemológica da Educação Histórica enquanto metodologia ativa de aprendizagem da História, articulando a dimensão científica da Disciplina e objeto de estudo e ligando o processo de trabalho do historiador e investigador ao trabalho didático concreto em sala de aula.

Posto isto, no que diz respeito ao método de investigação adotado, tendo em conta as características do estudo realizado, este corresponde a uma Aula-Oficina. Este método surgiu a partir das aulas ministradas por Isabel Barca na Universidade do Minho, em 1999. Segundo a autora, a ideia deste modelo é que:

(...) primeiramente, o professor selecione um conteúdo, pergunte aos alunos o que eles sabem a respeito e, então, selecione as fontes históricas pertinentes para a aula. Em seguida, ele deve orientar os estudantes a analisar os materiais, fazer inferências e comparações. Todos se envolvem no processo e produzem conclusões históricas, que podem ser mais ou menos válidas e mais ou menos próximas às dos historiadores. No entanto, elas devem sempre ser valorizadas, avaliadas e reconceitualizadas com a ajuda do educador. Assim, as crianças tomam consciência do que aprenderam, do que falta saber e do que mais gostariam de conhecer. A aula-oficina vai contra a corrente que não se preocupa com o que ensinar e prioriza em manter o grupo motivado. (Barca, 2013)

De forma a participar numa educação para o desenvolvimento, o professor deve assumir-se como um investigador social, isto é, deverá aprender a interpretar o mundo conceptual dos alunos, não para o classificar como certo ou errado, completo ou incompleto, mas para o ajudar a “modificar positivamente a conceptualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe” (Barca, 2004, p.133).

Posto isto, as atividades realizadas nesta investigação seguiram as seguintes vertentes, que Barca (2004) define como essenciais para o desenrolar de uma aula-oficina:

- | “Levantar e trabalhar de forma diferenciada as ideias iniciais que os alunos manifestam tacitamente, tendo em atenção que estas ideias prévias podem ser mais vagas ou mais precisas (...)” (p.136);

- | “Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença, e não apenas um simples percorrer de conteúdos sem significados (...)” (p.137);
- | “Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das competências em foco” (p.137);
- | “Integrar tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares ou individualmente, oralmente e por escrito” (p.137);
- | “Avaliar qualitativamente, em termos de progressão da aprendizagem, o nível conceptual dos alunos, em vários momentos da(s) aula(s)” (p.137).

Pretendemos então que, através das atividades desenvolvidas no estudo, os alunos compreendessem a História “de uma forma genuína”, seguindo a ideia de Barca (2004) de que “os conceitos históricos são compreendidos gradualmente, a partir da relação com os conceitos de senso comum que o sujeito experiencia” e que “quando o aluno procura explicações para uma situação do passado à luz da sua própria existência revela já um esforço de compreensão histórica” (p.139).

### 3.2. Descrição do estudo

O presente estudo foi realizado durante a regência das aulas de História e Geografia de Portugal, no âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionado II, numa turma de 6º ano de escolaridade.

Esta investigação desenvolveu-se em quatro etapas distintas, cada uma com finalidades diferentes.

Na primeira etapa foi entregue um questionário a cada aluno antes de iniciar a abordagem de qualquer conteúdo relacionado com a Censura no Estado Novo, de forma a identificar as ideias prévias dos alunos acerca deste conceito.

Na segunda fase do estudo, foram desenvolvidas duas atividades: a primeira diz respeito à visualização de um vídeo e respetiva análise e a segunda à escrita e exploração de uma notícia com base na ação da “Comissão de Censura”, que vão ser descritas no tópico seguinte (3.2.1 e 3.2.2.).

Na terceira etapa, foi entregue novamente um questionário a cada aluno, com o intuito de compreender a evolução das ideias dos alunos entre o momento inicial e o momento final da intervenção educativa, no que diz respeito ao conceito de censura.

Na etapa final, foram analisados os dados recolhidos, de modo a serem retiradas conclusões e a responder às questões orientadoras deste estudo.

### **3.2.1. Atividade 1**

A primeira atividade consistiu na visualização de um vídeo elaborado pelo investigador. O vídeo consistia no testemunho real de um senhor, residente na cidade de Viana do Castelo, onde foi relatada a sua vivência durante o período do Estado Novo. Após a visualização e diálogo em grande grupo onde foi debatido o conteúdo do vídeo, foi pedido aos alunos que escolhessem uma história ou situação relatada pelo testemunho apresentado e que o representassem, individualmente, através de um texto e respetiva ilustração.

Esta atividade teve a duração de 45 minutos e tinha como objetivo mostrar aos alunos a realidade da História Local como elemento de proximidade, valorização envolvente e sentido de pertença e assim ajudá-los a compreender a globalidade da História Nacional.



*Figura 7- Imagem retirada do vídeo.*

### **3.2.2. Atividade 2**

Para a realização da segunda atividade implementada, a turma foi dividida em quatro grupos de quatro alunos. A cada grupo foi entregue um pequeno texto em formato de papel e foi pedido aos alunos que, a partir do texto apresentado, escrevessem uma notícia.

Quando terminaram, as notícias foram recolhidas e de seguida cada grupo recebeu o trabalho realizado por outro grupo. Posto isto, os alunos tiveram de desempenhar o papel da “Comissão de Censura” existente durante o Estado Novo e, pondo-se no lugar de um dos agentes dessa mesma comissão, decidirem se a notícia que receberam poderia ser publicada tal como foi escrita ou se iria ser censurada através de cortes ou da proibição total. Para a realização da atividade, foi entregue a cada grupo um lápis de cor azul e um autocolante personalizado com a expressão “Comissão de Censura” para representar os carimbos utilizados no período do Estado Novo.

Com a realização desta atividade pretendia-se que os alunos tivessem a possibilidade de ser colocar no papel quer do jornalista quer do censor, potencializando a interdisciplinaridade, através da escrita da notícia, e a multiperspetiva. A atividade teve a duração de 45 minutos e o seu objetivo era permitir que cada aluno, com base nos conhecimentos adquiridos nas aulas e na atividade anterior, identificassem os temas ou

conteúdos que não seriam aceites pela Comissão de Censura existente no Estado Novo. Para a realização desta atividade foram escolhidos textos com temas da atualidade, nomeadamente: os direitos humanos, o desemprego, a greve e a crise na saúde. Assim sendo, através da atividade realizada, pretendia-se que os alunos valorizassem a liberdade de expressão, tomando consciência que este direito não esteve sempre garantido.

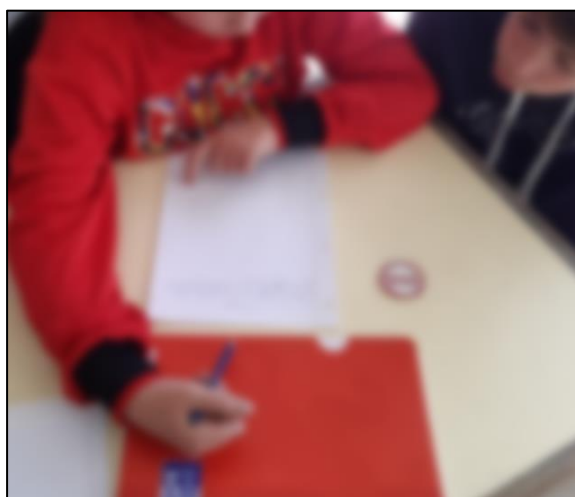


Figura 8- Alunos a analisarem a notícia (exemplo 1).



Figura 9- Alunos a analisarem a notícia (exemplo 2).

### 3.3. Caracterização dos participantes

Os participantes desta investigação foram 15 alunos pertencentes a uma turma de 6º ano de escolaridade, de uma escola do concelho de Viana do Castelo.

No que diz respeito ao sexo dos participantes, tal como podemos verificar na tabela seguinte, 7 são do sexo feminino (47%) e 8 do sexo masculino (53%).

Sexo	f	%
Feminino	7	47%
Masculino	8	53%
Total	15	100%

Tabela 1- Sexo dos participantes.

Relativamente às suas idades, das raparigas, cinco tem 11 anos (33%) e duas tem 12 anos (13%). Já os rapazes, quatro tem 11 anos (27%) e os restantes quatro tem 12 anos (27%).

Idade	Feminino		Masculino	
	f	%	f	%
11 anos	5	33%	4	27%
12 anos	2	13%	4	27%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>46%</b>	<b>8</b>	<b>54%</b>

Tabela 2- Idades dos participantes.

### 3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

“Todo e qualquer plano de investigação, seja ela de cariz quantitativo, qualitativo ou multimetodológico, implica uma recolha de dados originais por parte do investigador” (Coutinho, 2014, p.109)

Partindo da citação de Coutinho, para a realização desta investigação foram utilizadas diferentes técnicas para a recolha dos dados, sendo elas: o inquérito por questionário impresso, a observação direta e participante e a análise documental, nomeadamente os registos produzidos pelos alunos.

No que diz respeito ao inquérito por questionário impresso, na sua utilização é fundamental “captar bem o objetivo a atingir, bem como o tipo de informações a recolher” (Ketele & Roegiers, 1993, p.37). Desta forma, definimos o que pretendíamos saber para elaborar perguntas com sentido e assim encontrar respostas para a questão orientadora deste estudo. Esta técnica foi então utilizada através de um questionário inicial e um questionário final para os alunos, de forma a identificar primeiramente os conhecimentos prévios dos alunos e, por último, a existência, ou não, de mudanças conceptuais.

Relativamente à técnica de observação, tal como classifica Coutinho (2014), foi adotada uma observação naturalista, em que “o investigador observa o que acontece

«naturalmente»” (p.138). Em relação à dimensão do envolvimento do observador, desenvolveu-se uma observação direta e participante, em que o investigador “é um actor social e o seu espírito pode aceder às perspetivas de outros seres humanos, ao viver as «mesmas» situações e os «mesmos» problemas que eles” (Hébert et al., 2005, p. 155). Assim, a interação observador-observado tem como objetivo recolher dados, relativos a ações, opiniões ou perspetivas, que um investigador exterior não teria acesso (idem, p.155).

Quanto à análise documental, esta técnica foi utilizada para analisar o conteúdo dos documentos produzidos pelos alunos durante as tarefas realizadas. Esta técnica corresponde a “um tipo de recolha de dados nas ciências humanas” (Hébert, et al., 2005, p.143) e que tem “uma função de complementaridade na investigação qualitativa”, ou seja, “é utilizada para «triangular» os dados obtidos de uma ou duas outras técnicas” (idem, p.144).

#### **3.4.1. Procedimentos de análise de dados**

Os dados recolhidos foram analisados com base em dois tipos de tratamento. O primeiro diz respeito a uma análise quantitativa, utilizada na análise dos questionários, recorrendo-se à estatística simples.

O segundo refere-se a uma análise qualitativa interpretativa, utilizada na análise das duas atividades implementadas, em que os dados foram caracterizados com base nos três grandes núcleos que estruturam o saber histórico, de acordo com o documento curricular das competências essenciais da disciplina de História no Ensino Básico: o *Tratamento de Informação/Utilização de Fontes*, a *Compreensão Histórica* e a *Comunicação em Histórica* (ME-DEB, 2001, p,87), que se estruturam como as principais categorias de análise definidas pela professora-investigadora com base numa análise prévia dos trabalhos produzidos pelos alunos participantes neste estudo.



No quadro seguinte, são definidas as experiências de aprendizagem expectáveis e consentâneas a cada competência específica – que se constituem como “descritores” ou objetivos específicos de cada categoria – que foram analisadas nas duas atividades implementadas, tendo como base as experiências de aprendizagem definidas para o 2º Ciclo do Ensino Básico (área de HGP) no documento das Competências Essenciais anteriormente citado.

## INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

### AFERIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA NO 2ºCEB

(fonte: elaboração própria com base em ME-DEB, 2001, adaptado)

Competências Específicas	Descritores e Experiências de aprendizagem
<b><i>Tratamento de Informação/ Utilização de fontes</i></b>	Utiliza técnicas de investigação; Observa e descreve aspetos da realidade física e social; Recolhe, regista e trata diferentes tipos de informação; Identifica problemas; Elabora conclusões simples.  Interpreta informação histórica diversa e com diferentes perspetivas.
<b><i>Compreensão Histórica</i></b>  1. <i>Temporalidade</i>          2. <i>Espacialidade</i>	Identifica, localiza no tempo e caracteriza alterações significativas da sociedade portuguesa; Estabelece relações passado/presente; Utiliza conceitos de tempo na produção de pequenas narrativas (ex.: ano, século, cronologia, friso cronológico, linha de tempo, facto, acontecimento, etc....).  Identifica espaços territoriais distintos e apreende conceitos geográficos elementares (ex.: aldeia, freguesia,

<p>3. <i>Contextualização</i></p>	<p>concelho, distrito, região, território, fronteira, etc...).</p> <p>Sabe utilizar um mapa, interpretar dados de uma tabela ou gráfico ou outro repositório com dados geográficos.</p> <p>Observa, caracteriza e interpreta gravuras, vídeos/filmes referentes a vários domínios da vida estudada das sociedades nas várias épocas.</p> <p>Trabalha com fontes de diversos tipos e com múltiplas perspetivas dos vários períodos, para conhecimento das ideias, valores e atitudes de cada sociedade e época.</p> <p>Produz pequenas narrativas.</p>
<p><b><i>Comunicação em História</i></b></p>	<p>Utiliza diferentes formas de comunicação escrita na produção de narrativas no relacionamento de aspetos da História e Geografia de Portugal, fazendo o uso correto do vocabulário específico.</p> <p>Recria situações da História de Portugal e expressa ideias e situações, sob a forma de distintas literacias e ferramentas comunicacionais (educação artística, plástica, dramática).</p>

Tabela 3- Instrumento de análise de dados.

## Capítulo IV- Apresentação e discussão dos resultados

Este capítulo destina-se à apresentação e análise dos resultados obtidos em contexto educativo, tendo como base a questão de investigação e os objetivos definidos. Desta forma, foram analisados os inquéritos por questionário implementados, assim como as tarefas realizadas pelos alunos nas sessões de implementação do estudo.

### 4.1. Análise do questionário 1

Na realização deste questionário participaram 15 dos 16 alunos da turma, uma vez que um estava a faltar no dia em que foi implementado. Este questionário é composto por quatro questões e tinha como objetivo identificar as ideias prévias dos alunos acerca do conceito de “Censura” e de que forma era praticada, antes de qualquer abordagem relacionada com este tema.

No que diz respeito à primeira questão, onde os alunos deviam responder se sabiam, ou não, o significado do conceito “censura”, a maioria respondeu afirmativamente, tal como podemos observar na tabela seguinte.

<b>Questão 1- Sabes qual é o significado do conceito “Censura”?</b>	<b>f</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	10	75%
<b>Não</b>	5	25%

*Tabela 4- Conhecimento acerca do conceito “Censura”.*

Na segunda questão, que dependia da resposta dada à primeira questão colocada, foi pedido que, se o aluno soubesse o significado do conceito, o definisse numa palavra ou frase. Desta forma, apenas os dez alunos que responderam afirmativamente à questão 1 é

que responderam a esta questão. Esta questão foi definida para realçar a importância que a professora investigadora atribuiu à exploração das ideias prévias dos alunos.

Tratando-se de uma questão de resposta aberta, foi feita uma análise de conteúdo, através de categorias definidas com base na análise das respostas dadas pelos participantes. Podemos então verificar, através das respostas dadas e apresentadas na tabela 2, que 5 dos 10 alunos (50%) associam o conceito de “Censura” à proibição ou vigia de alguma coisa, um aluno (10%) associa a Censura ao sítio onde existem as leis, dois alunos (20%) relacionam o conceito a um conjunto de pessoas e um aluno (10%) define-o como um sentimento, a tristeza.

<b>Questão 2- Se sim, define-o numa palavra ou frase.</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Respostas dadas pelos participantes</b>
<b>Proibição /Vigia</b>	“Coisas proibidas”
	“a censura serve para «tapar» o que não deve ser mostrado”
	“Bloquear uma palavra; não deixar postar”
	“Algo que é proibido”
	“A censura é um programa que vigia todos os jornais”
<b>Leis</b>	“A censura é onde tem todas as leis”
<b>Conjunto de pessoas</b>	“É uma sociedade”
	“um grupo de pessoas que pertence a uma religião”
<b>Promoção de melhoria</b>	“A censura é uma ocasião que mudou desse ano melhor”
<b>Sentimento</b>	“Tristeza”

Tabela 5- Respostas dadas à questão 2.

A terceira questão pedia aos alunos para referirem alguns atos relacionados com a Censura, à qual responderam 9 alunos, um respondeu que não sabia e os restantes 5 deixaram em branco. Foi novamente feita uma análise ao conteúdo das respostas através da definição de categorias e tal como podemos observar na tabela apresentada de seguida, dois alunos (22%) relacionam atos de violência à Censura; quatro alunos (44%) relacionam-

na com a liberdade de expressão, sendo que dois se referem aos militares e outros dois aos jornais; dois alunos relacionam a Censura (22%) com a Mudança, sendo que um aluno associa a uma mudança positiva e o outro a uma mudança de religião. Por fim, um aluno (11%) refere que conhece a palavra “Censura” por ela aparecer em alguns vídeos que visualiza na plataforma digital “Youtube”, mas, no entanto, não sabe o que significa.

<b>Questão 3- Refere alguns atos que relaciones com a Censura.</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Respostas dadas pelos participantes</b>
<b>Atos de violência</b>	“Andar à porrada”
	“Agredir alguém”
<b>Liberdade de expressão</b>	“Falar mal dos militares (antigamente)”
	“Apagar coisas que dizem mal dos militares”
	“Andarem sempre a olhar/vigiar os jornais e se não gostarem não deixam postar”
	“(não deixar postar) Nos jornais”
<b>Mudança</b>	“Mudanças (para melhor)”
	“Mudar de religião”
<b>Familiaridade com a palavra</b>	“Os vídeos do Youtube às vezes aparecem censurados”

Tabela 6- Respostas dadas à questão 3.

Na quarta e última questão, é apresentada uma breve afirmação- *A Censura vigorou durante o período do Estado Novo (1932-1974) sob várias formas-* permitindo aos alunos relacionar a censura com este regime ditatorial. De seguida é pedido que estes selecionem as alíneas que consideram estarem relacionadas com a Censura. Para clarificar o que era pretendido com esta questão, a professora investigadora esclareceu que os alunos deveriam selecionar as alíneas que considerassem exemplos de atos que eram proibidos pela Censura durante o período do Estado Novo.

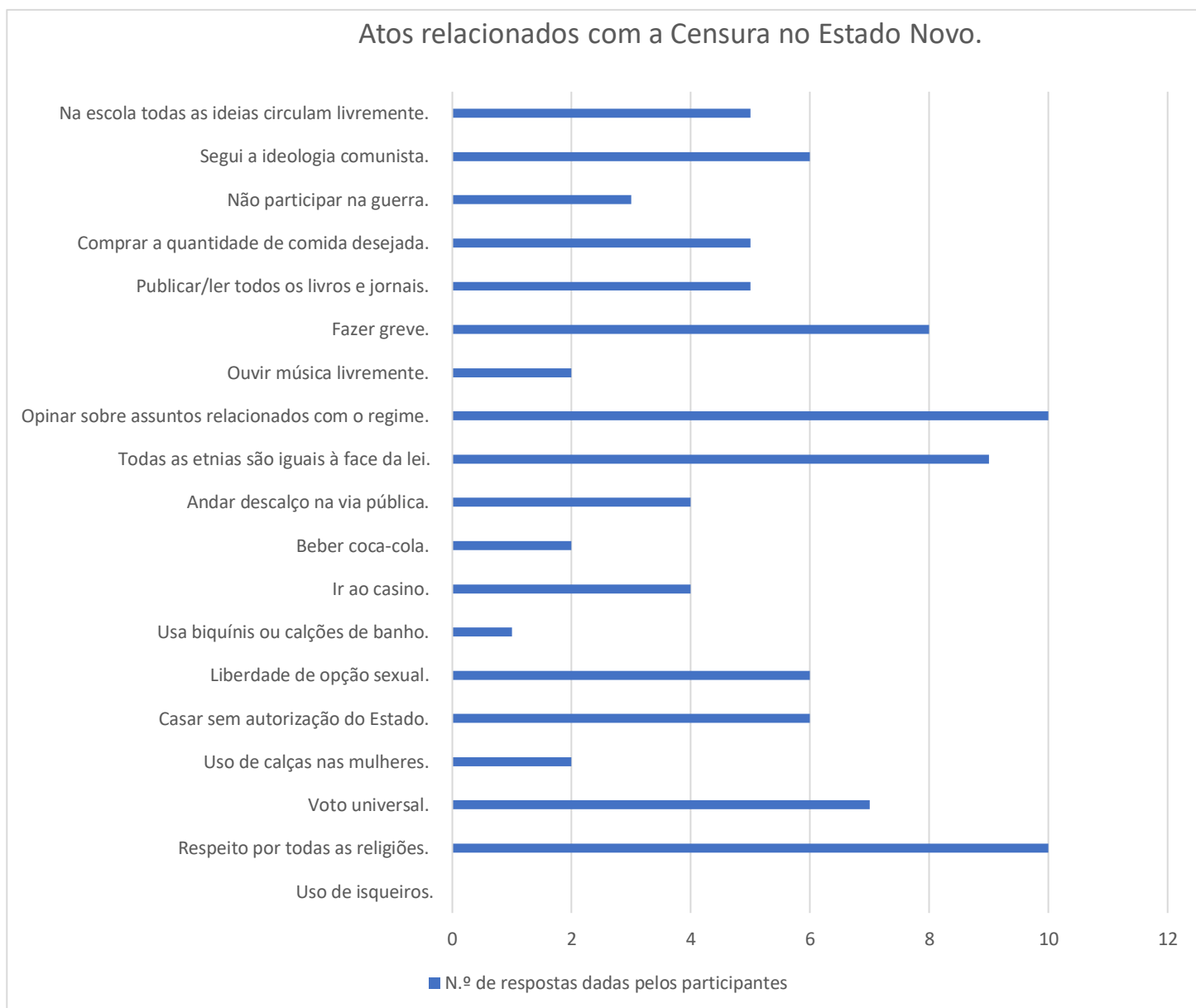


Gráfico3- Respostas dadas pelos participantes à questão 4.

Tal como podemos observar no gráfico anterior, as alíneas mais selecionadas foram:

- *Opinar sobre assuntos relacionados com o regime (67%)* - demonstrando que, tal como se verificou na Questão 2 deste questionário, a maioria dos alunos relaciona a Censura com a falta de liberdade de expressão;
- *Respeito por todas as religiões (67%) e Todas as Etnias são iguais à face da lei (60%)* – a seleção destas alíneas pode-se dever ao facto de ser um tema abordado frequentemente

pela Comunicação Social em diferentes espaços e que revela grande atualidade na discussão do debate público.

- *Fazer greve* (53%) – sendo uma prática recorrente desde o séc. XIX até à atualidade, esta é questão de cidadania que os alunos ouvem na televisão ou na rádio frequentemente, podendo ser esta a justificação para a seleção desta alínea por cerca de metade dos alunos.

Alíneas como *Andar descalço na via pública* (26%), *Ouvir música livremente* (13%), *Uso de calças nas mulheres* (13%), *Beber coca-cola* (13%), *Uso de biquínis ou calções de banho* (6%) ou *Usar isqueiros* (0%), foram as menos selecionadas, demonstrando que os alunos têm uma perceção de análise histórica simples.

#### 4.2. Análise da atividade 1

Nesta atividade foi apresentado um vídeo no projetor que continha um testemunho real de um senhor, residente na cidade de Viana do Castelo, onde partilhava a sua vivência no período do Estado Novo. Após a visualização, foi pedido a cada aluno que selecionasse a história ou situação relatada que mais o marcou e a representasse num pequeno texto e respetiva ilustração. Dos 15 alunos da turma, participaram nesta atividade apenas 9, uma vez que os restantes estavam a faltar e sendo que não foi possível voltar a visualizar o vídeo, os alunos em questão não conseguiram realizá-la posteriormente.

Para esta atividade foi realizada uma análise qualitativa interpretativa, sendo que os dados recolhidos foram caracterizados e organizados em função das Competências Específicas e respetivos Descritores e Experiências de aprendizagem que emergiram da análise dos textos e ilustrações produzidos pelos alunos e foram analisados na tabela que se segue.



Competências Específicas	Descritores e Experiências de aprendizagem	Ocorrência	Exemplos
<b>Tratamento de Informação/ Utilização de fontes</b>	<b>Utiliza técnicas de investigação</b>		
	Observa e descreve aspetos da realidade física e social.	7	<p><i>“O que mais me marcou foi que as pessoas não confiavam em ninguém. Muitos políciais podiam estar mascarados de pessoas normais”</i> Aluno I</p> <p><i>“O que me magouou mais foi eles não se poderem juntar para falar ou jogar alguma coisa (...)”</i> Aluno C</p>
	Recolhe, regista e trata diferentes tipos de informação.	8	<p><i>“Os políciais queriam saber se o povo falava mal do chefe do Governo, Salazar”</i></p> <p><i>“O senhor começou a falar como é que era a vida antigamente”</i> Aluno B</p>
	Identifica problemas.	Não se verifica	
	Elabora conclusões simples.	2	<p><i>“Ou seja, naquele tempo tudo era controlado e feito a favor de Salazar”</i> Aluno D</p> <p><i>“Por isso o povo não falava mal dele (Salazar) pois não sabiam se alguém estava disfarçado”</i> Aluno I</p>
	Interpreta informação histórica diversa e com diferentes perspetivas.	1	<i>“os jornais eram feitos de propaganda (...) e passavam sempre por uma série de pessoas que iam ler o que tinha lá”</i> Aluno D

Tabela 7- Análise da atividade 1.

No que diz respeito ao *Tratamento de Informação/ Utilização de fontes*, podemos verificar que a maioria dos alunos consegue identificar aspetos da realidade física e social da época que o testemunho descreveu, como por exemplo o controlo feito pela Polícia Política ou a proibição de ajuntamentos. Oito dos nove alunos demonstraram também ser capazes de recolher, registar e tratar a informação presente no vídeo. Nenhum aluno demonstrou capacidade de problematização e apenas dois alunos elaboraram conclusões simples e um aluno interpretou a informação histórica presente no vídeo, nomeadamente como funcionava a imprensa, mais concretamente os jornais.

Competências Específicas	Descritores e Experiências de aprendizagem	Ocorrência	Exemplos
<b>Compreensão Histórica</b> 1. <i>Temporalidade</i>	Identifica, localiza no tempo e caracteriza alterações significativas da sociedade portuguesa.	7	“(…) <u>naquele tempo</u> tudo era controlado...” Aluno D “(…) <i>as pessoas antigamente olhavam muito para ele porque pensavam que ele era um polícia</i> ” Aluno B
	Estabelece relações passado/presente.	Não se verifica	
	Utiliza conceitos de tempo na produção de pequenas narrativas (ex.: ano, século, cronologia, friso cronológico, linha de tempo, facto, acontecimento, etc....).	2	“o senhor falou no vídeo que ele ainda era do <u>estado novo</u> ” Aluno D “O senhor começou a falar como era a vida <u>antigamente</u> ” Aluno B

<p>2. <i>Espacialidade</i></p>	<p>Identifica espaços territoriais distintos e apreende conceitos geográficos elementares (ex.: aldeia, freguesia, concelho, distrito, região, território, fronteira, etc...).</p>	<p>1</p>	<p><i>“(…) se viessem pessoas de fora achavam que a nossa cidade era pobre”</i> Aluno D</p>
	<p>Sabe utilizar um mapa, interpretar dados de uma tabela ou gráfico ou outro repositório com dados geográficos.</p>	<p>Não se aplica</p>	
<p>3. <i>Contextualização</i></p>	<p>Observa, caracteriza e interpreta gravuras, vídeos/filmes referentes a vários domínios da vida estudada das sociedades nas várias épocas.</p>	<p>9</p>	<p><i>“A história que me marcou foi que um sujeito estava infiltrado num trabalho em Barcelos”</i> Aluno H</p> <p><i>“O que me marcou mais foi o facto das pessoas não poderem confiar em ninguém”</i> Aluno E</p>
	<p>Trabalha com fontes de diversos tipos e com múltiplas perspetivas dos vários períodos, para conhecimento das ideias, valores e atitudes de cada sociedade e época.</p>	<p>Não se verifica</p>	

	Produz pequenas narrativas.	6	
--	-----------------------------	---	--

Tabela 8- Análise da atividade 1.

Relativamente à competência da *Compreensão Histórica*, nomeadamente à Temporalidade, a maioria dos alunos apresentou capacidades para identificar e caracterizar alterações significativas da sociedade portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao comportamento da sociedade no período do Estado Novo. No entanto, nenhum aluno estabeleceu qualquer relação entre os acontecimentos do passado apresentados com o presente e apenas dois alunos utilizaram conceitos de tempo na sua produção escrita.

No que diz respeito à competência da Espacialidade, apenas um aluno utilizou o conceito de Cidade no seu texto. Quanto à competência da Contextualização, podemos concluir que todos os alunos foram capazes de observar e interpretar o vídeo apresentado uma vez que todos referiram pelo menos uma situação/história relatada pelo testemunho, mas, em contrapartida, nenhum aluno demonstrou chegar ao estado de desenvolvimento que permite identificar múltiplas perspetivas da sociedade de um determinado período, particularmente, do Estado Novo.

Por fim, seis dos oito alunos produziram pequenas narrativas e os restantes dois apenas redigiram uma ou duas frases sem qualquer estrutura textual.

<b>Competências Específicas</b>	<b>Descritores e Experiências de aprendizagem</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Comunicação em História</b>	Utiliza diferentes formas de comunicação escrita na produção de narrativas no relacionamento de aspetos da História e Geografia de Portugal, fazendo o uso correto do vocabulário específico.	Não se verifica	
	Recria situações da História de Portugal e expressa ideias e situações, sob a forma de distintas literacias e ferramentas comunicacionais (educação artística, plástica, dramática).	6	Apresentados de seguida

Tabela 9- Análise da atividade 1.

No que se concerne à competência da Comunicação em História, a maioria dos alunos revelou capacidade para expressar as ideias e situações que descreveram na sua produção textual através da expressão plástica, nomeadamente do desenho. De seguida são apresentados alguns exemplos desses mesmos desenhos, acompanhados com um pequeno excerto da respetiva produção textual.

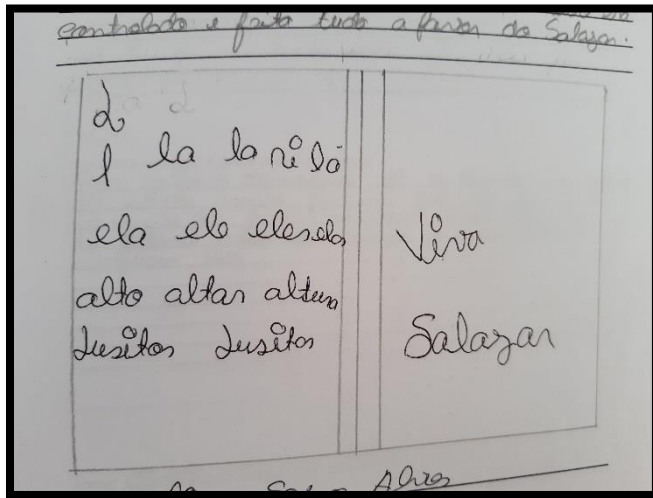


Figura 10- "(...) naquele tempo tudo era controlado e feito a favor do Salazar"- Aluno D



Figura 11- "Uma mulher estava a ir para o café (descalça) e um homem da PIDE viu e declarou que ela estava presa" - Aluno L

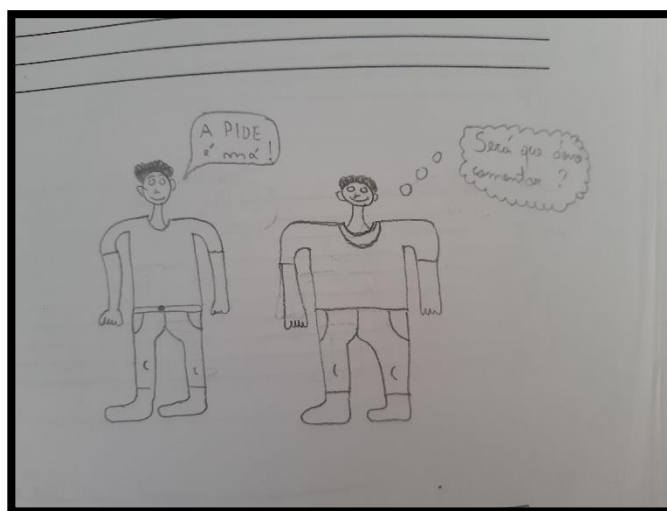


Figura 12- "a história que mais me marcou foi que um sujeito estava infiltrado (...) no final aperceberam-se que ele não era amigo, era aliado da PIDE"- Aluno H

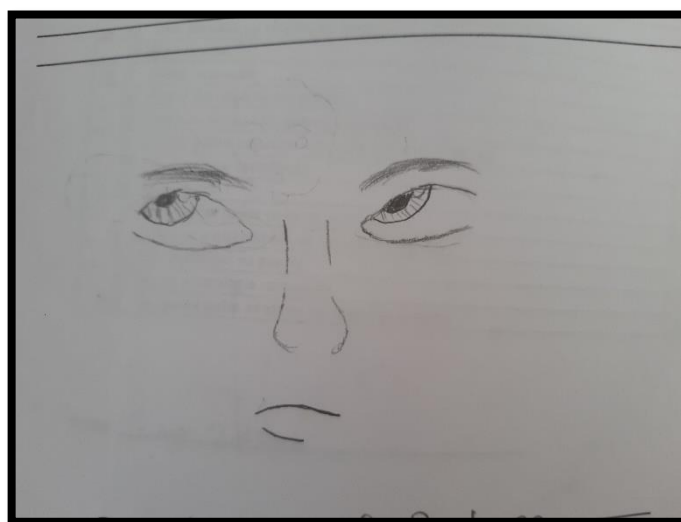


Figura 13- "(...) as pessoas não poderem confiar em ninguém, pois qualquer pessoa podia ser polícia e querer descobrir o que as pessoas pensavam sobre Salazar. (...) as pessoas olhavam de canto na rua e não se socializarem"- Aluno E

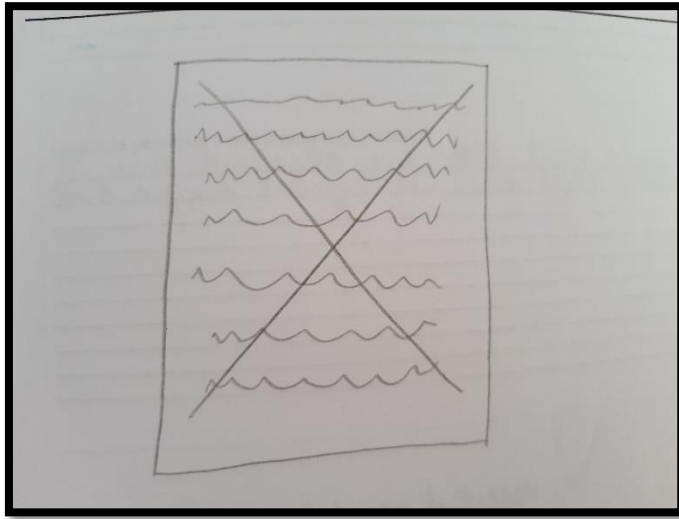


Figura 14- "a censura não devia tirar quando dissia mal sobre os militares" - Aluno M



### 4.3. Análise da atividade 2

A atividade 2 foi implementada após serem abordados os conteúdos relacionados com a Censura no Estado Novo nas aulas de História e Geografia de Portugal. Desta forma, pretendia-se verificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos através da identificação de temas/conteúdos que a Comissão de Censura do Estado Novo não aceitaria numa notícia de jornal.

A turma foi dividida em quatro grupos e cada grupo recebeu um pequeno texto, correspondente a um excerto de uma notícia relacionada com um tema da atualidade.

Assim sendo, foi pedido a cada grupo que, com base no texto fornecido, escrevessem uma notícia. Terminada a primeira parte da atividade, cada grupo recebeu a notícia escrita por outro e foi explicado que, assumindo o papel da Comissão de Censura, deveriam analisar a notícia e decidir se a notícia seria aceite, cortada totalmente ou parcialmente.

Ao grupo 1 foi entregue o seguinte excerto, o qual aborda o tema da desigualdade dos direitos humanos:

**“A declaração Universal dos Direitos Humanos faz esta segunda-feira 70 anos. Mas a Amnistia Internacional Portugal alerta que ainda há direitos que não se podem comemorar em Portugal, como as desigualdades no acesso à habitação e diferentes formas de discriminação – em relação às mulheres e à população de origem africana. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a saúde e o bem-estar a si e à sua família.”**

A partir do excerto, o grupo escreveu a seguinte notícia:

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz esta segunda-feira 70 anos. A Amnistia Internacional de Portugal, diz que ainda há direitos que não se podem comemorar em Portugal, porque há desigualdades no acesso à habitação e discriminação. As mulheres e a população de origem Africana não tem uma vida suficientemente boa como as outras pessoas.”

Na segunda parte da atividade, o grupo que recebeu a notícia escrita pelo grupo 1, decidiu que esta não seria aceite totalmente pela Comissão da Censura, apenas com cortes.

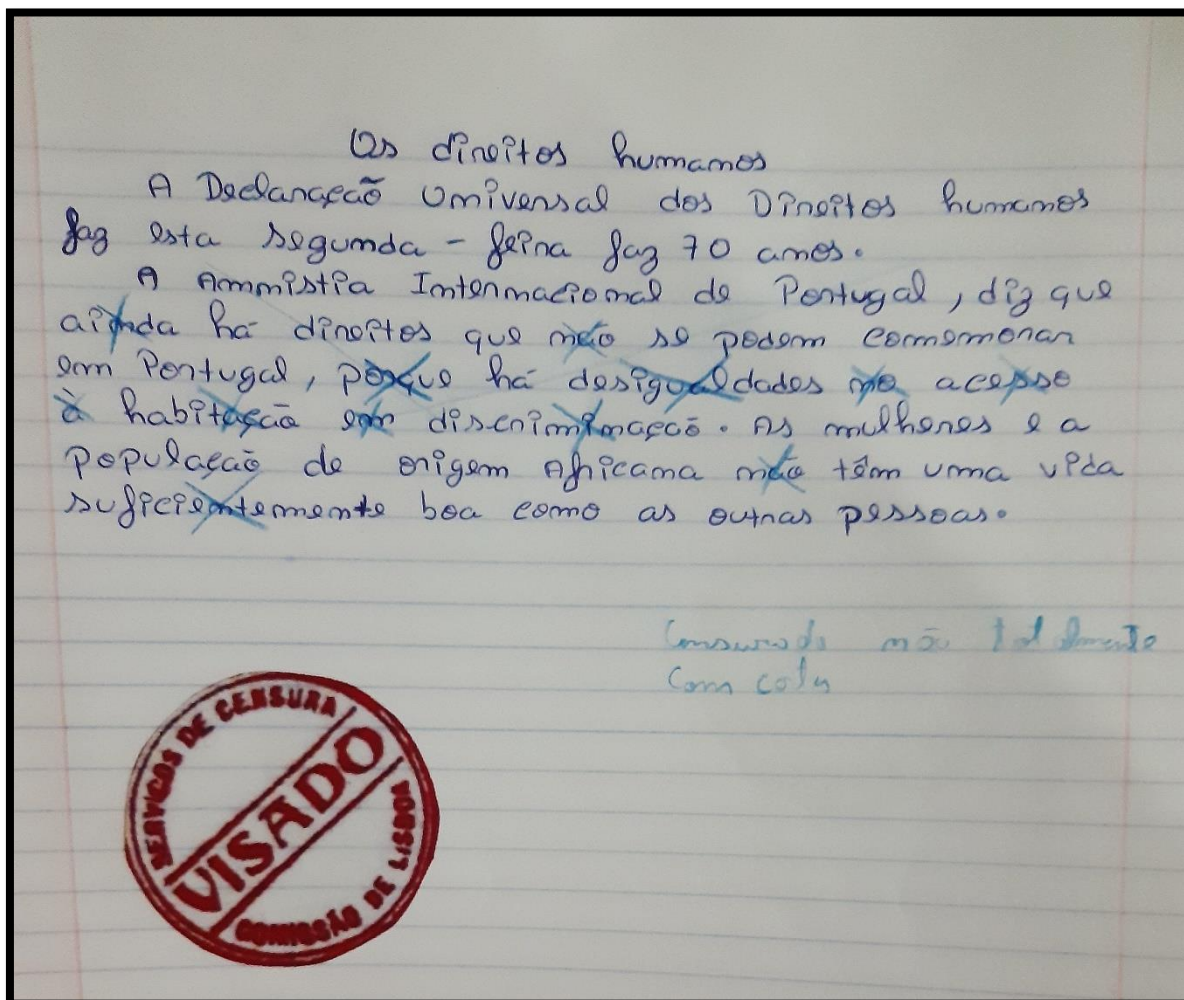


Figura 15- Notícia 1- Censurada com cortes.

Após analisarmos os cortes efetuados pelos alunos, podemos concluir que estes cortaram palavras e expressões fundamentais para o sentido original do texto, ou seja, o conteúdo da notícia e o seu objetivo mudou completamente, demonstrando entender qual a intenção e papel dos agentes da Comissão da Censura.

Na tabela que se segue podemos observar e comparar a notícia escrita inicialmente e a alterada pelos alunos.

Notícia Inicial escrita pelos alunos	Notícia trabalhada
<p>“A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz esta segunda-feira 70 anos. A Amnistia Internacional de Portugal, diz que ainda há direitos que não se podem comemorar em Portugal, porque há desigualdades no acesso à habitação e discriminação. As mulheres e a população de origem Africana não tem uma vida suficientemente boa como as outras pessoas.”</p>	<p><i>“A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz esta segunda-feira 70 anos. A Amnistia Internacional de Portugal, diz que ainda há direitos que se podem comemorar em Portugal. As mulheres e a população de origem Africana tem uma vida boa como as outras pessoas.”</i></p>

Tabela 10- Análise da notícia 1.

Nas seguintes situações utilizou-se a mesma metodologia de trabalho pedagógico que no caso anterior.

O segundo grupo recebeu o excerto que se segue, que aborda o tema do desemprego:

**“A expansão do número de desempregados em Portugal é uma das maiores da Europa, atualmente. A taxa de desemprego registou, no final do ano, a maior subida dos últimos sete anos. É o sinal mais recente de uma pausa na tendência de melhoria no mercado de trabalho português. “**

A partir do excerto, o grupo redigiu a seguinte notícia:

“O número de desempregados em Portugal, atualmente, é considerado um dos maiores da Europa. A taxa de desemprego, nos últimos anos, tem vindo a subir. O mercado de trabalho português teve uma pausa na tendência de melhoria.”

O grupo que recebeu esta notícia, após a analisar, decidiu que esta seria censurada com alguns cortes, como podemos observar na imagem que se segue.

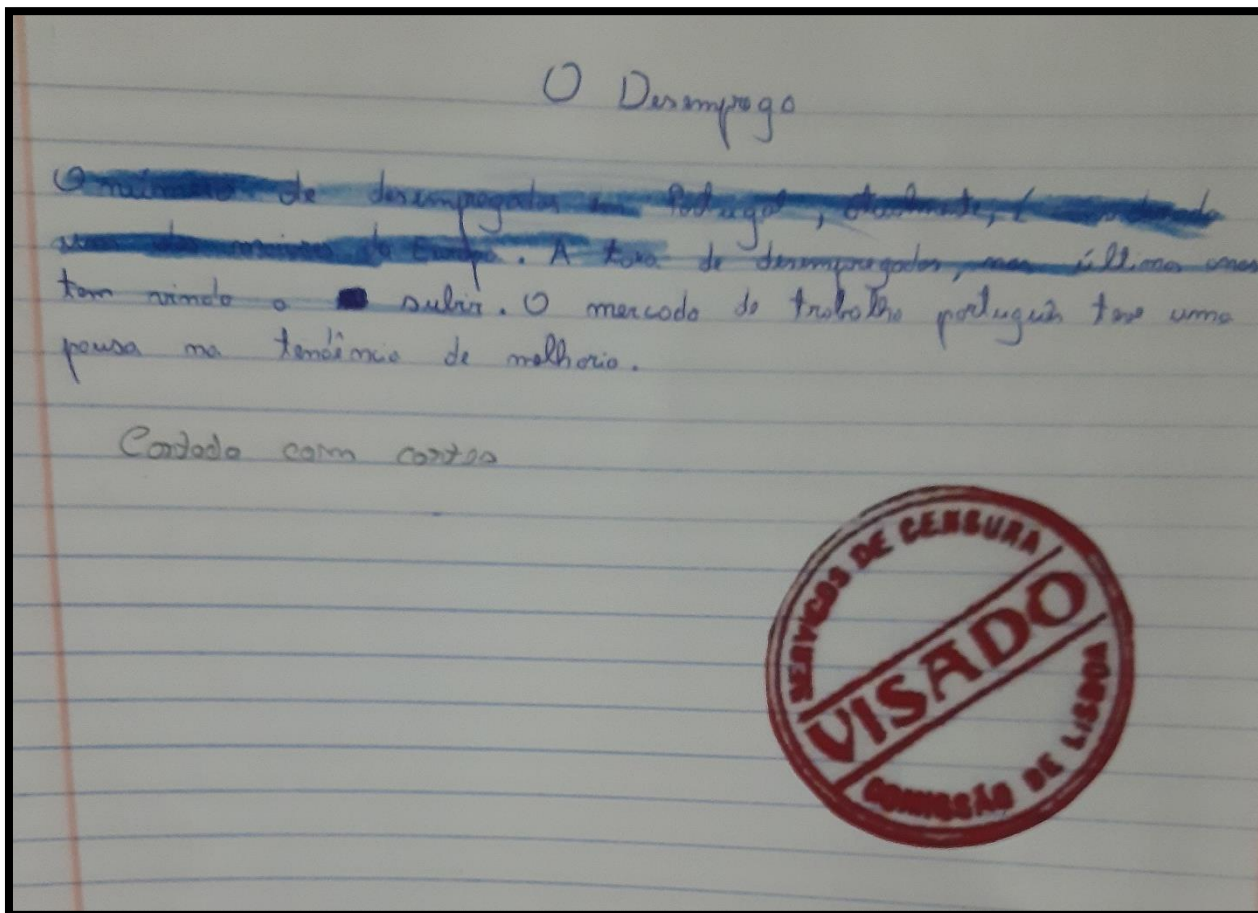


Figura 16- Notícia 2- Censurada com cortes.

Analisada a imagem, podemos observar que os alunos cortaram a informação que definia Portugal como um dos países com maior taxa de desemprego da Europa e que esta mesma taxa tem vindo a subir nos últimos anos. No entanto, decidiram que a frase “O mercado português teve uma pausa na tendência de melhoria.” poderia ser aceite, uma vez que apenas indica que houve uma pausa numa tendência positiva. Concluimos então que, mais uma vez, os alunos conseguiram alterar o sentido do texto inicial, demonstrando compreender o objetivo dos agentes das Comissão de Censura, tal como podemos observar na tabela seguinte através da comparação da notícia inicial e da alterada pelos alunos.

Notícia Inicial escrita pelos alunos	Notícia trabalhada
<p>“O número de desempregados em Portugal, atualmente, é considerado um dos maiores da Europa. A taxa de desemprego, nos últimos anos, tem vindo a subir. O mercado de trabalho português teve uma pausa na tendência de melhoria.”</p>	<p>“O mercado de trabalho português teve uma pausa na tendência de melhoria.”</p>

Tabela 11- Análise da notícia 2.

Ao Grupo 3 foi atribuído um excerto que aborda a crise no serviço Nacional de Saúde Português:

**“O Estado, para cumprir o texto da Constituição de 1976, assinou com todos os cidadãos um contrato para garantir um «acesso universal e gratuito» a todos os serviços de saúde: hospitais públicos, entidades e clínicas convencionadas, plano nacional de vacinação, subsistemas médicos, medicamentos, etc. No entanto, a crise do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi notória ao longo do ano. A capacidade do SNS para responder às necessidades de saúde da população tem vindo a piorar, nomeadamente nos últimos anos, e hoje a grave crise do SNS aproxima-se de uma situação limite. A falta de médicos e enfermeiros, a gestão das urgências e a escassez de medicamentos, tem sido motivo de alarme e deram origem a diversas greves dos profissionais de saúde.”**

A partir do excerto, o grupo escreveu a notícia apresentada a seguir:

“O Estado garante na Constituição de 1976 que Portugal teria: médicos, medicamentos, hospitais públicos, plano nacional de vacinação... Mas, na verdade o Estado não cumpriu o que prometeu. O SNS não tem condições de receber a população nos últimos anos e de hoje em diante a grande crise piora. O SNS tem em falta: médicos, enfermeiros, a gestão das urgências e escassez de medicamentos. Estes problemas causam diversas greves dos profissionais de saúde”



Na segunda parte da atividade, o grupo a quem foi entregue esta notícia visou-a com cortes, tal como podemos observar na imagem seguinte.

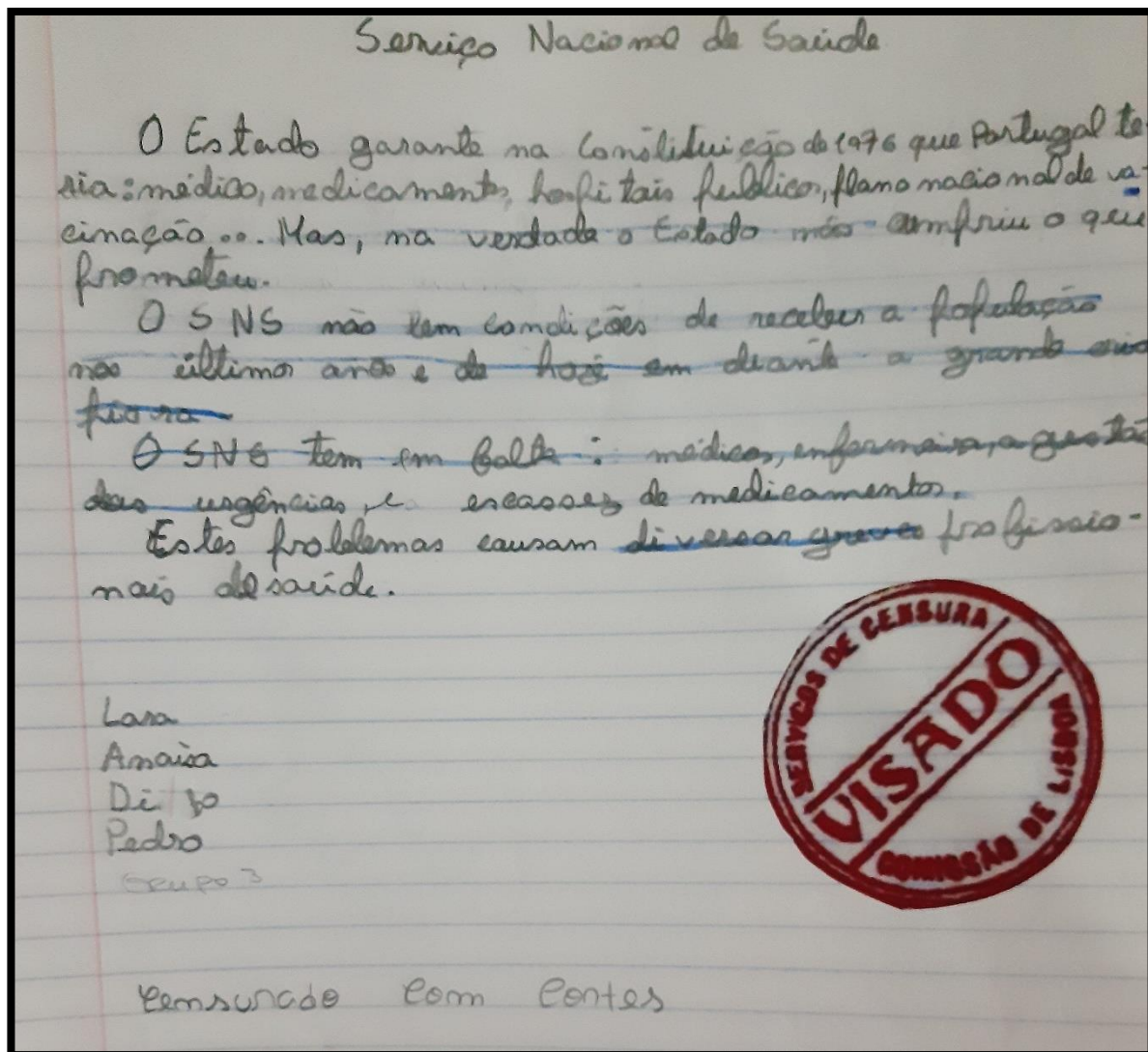


Figura 17- Notícia 3: Censurada com cortes.

Os alunos cortaram a maioria das frases da notícia, deixando apenas a frase que afirma que o Estado garante os serviços de saúde na Constituição de 1976. Podemos observar também que o grupo cortou as palavras “diversas greves” apesar de deixar a restante frase sem sentido. Conseguimos então constatar que os alunos têm consciência que as greves, ou a sua promoção, eram proibidas e que a Comissão de Censura não aceitaria uma notícia onde são apontados os problemas existentes no Serviço Nacional da

Saúde Português. Seguidamente são apresentadas as duas notícias, a escrita inicialmente e a censurada, para uma interpretação mais fácil.

Notícia Inicial escrita pelos alunos	Notícia trabalhada
<p>“O Estado garante na Constituição de 1976 que Portugal teria: médicos, medicamentos, hospitais públicos, plano nacional de vacinação... Mas, na verdade o Estado não cumpriu o que prometeu. O SNS não tem condições de receber a população nos últimos anos e de hoje em diante a grande crise piora. O SNS tem em falta: médicos, enfermeiros, a gestão das urgências e escassez de medicamentos. Estes problemas causam diversas greves dos profissionais de saúde”</p>	<p>“O Estado garante na Constituição de 1976 que Portugal teria: médicos, medicamentos, hospitais públicos, plano nacional de vacinação... Estes problemas causam (...) dos profissionais de saúde”</p>

Tabela 12- Análise da notícia 3.

Por fim, o grupo 4 recebeu um excerto onde é abordada a greve da função pública:

**“A função pública vai fazer uma nova paralisação e espera-se especial impacto na Educação e na Saúde. Os trabalhadores das empresas de distribuição também protestam. A Educação deve ser o principal sector afetados pela greve da função pública. Sem serviços mínimos decretados no sector e com professores e funcionários não docentes em protestos, os diretores antecipam que a maioria das escolas possa encerrar.”**

A partir do excerto apresentado, o grupo redigiu a seguinte notícia:

“A função pública irá fazer uma nova greve. Nessa greve irá participar o setor da educação e o setor da saúde. O setor da educação é o mais afetado pela paralisação. Os diretores da maioria das escolas antecipam que as escolas poderão encerrar.”

Após analisar a notícia, o grupo que a recebeu decidiu que esta não seria aceite pela Comissão de Censura, tal como podemos verificar na próxima figura.

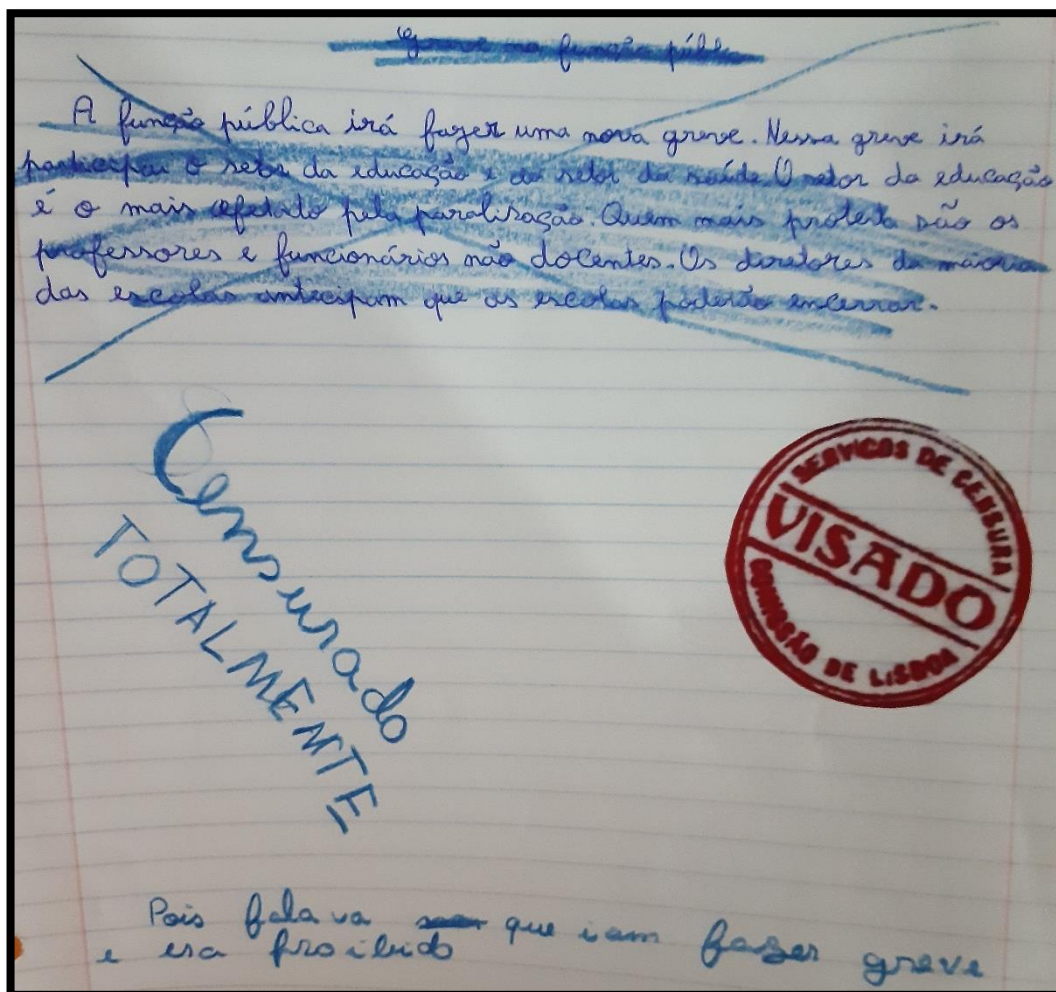


Figura 18- Notícia 4: Censurado totalmente.

O grupo entendeu que a notícia seria Censurada Totalmente pelos agentes da Comissão da Censura, justificando com o facto da mesma falar sobre a greve e este ato ser proibido durante o Período do Estado Novo.



### 4.3. Análise do questionário final

Com o intuito de compreender a evolução das ideias dos alunos entre o momento inicial e o momento final da intervenção educativa, no que diz respeito ao conceito de censura e à sua prática, foi realizado um segundo questionário, no qual participaram 14 dos 16 alunos da turma, sendo que dois alunos estavam a faltar no dia da sua realização.

Em resposta à questão 1 – “*Será que hoje vivenciamos ainda atos de censura?*” todos os alunos responderam negativamente (100%). Uma vez que se trata de uma questão de resposta aberta, foi feita uma análise de conteúdo, através de categorias definidas com base na análise das justificações dadas pelos participantes, sendo algumas dessas justificações apresentadas na tabela seguinte.

<b>Questão 1- Será que hoje vivenciamos ainda atos de censura?</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Justificações dos participantes</b>
<b>Liberdade de expressão</b>	“(…) agora o jornal pode ser publicado mesmo assim”
	“(…) porque há várias coisas que são publicadas e algumas são boas e outras são más até para o Estado”
	“(…) hoje em dia passa tudo como por exemplo se estiverem a falar mal do Estado era postado na mesma”
	“(…) hoje os jornalistas estão na sua <i>libre</i> vontade de escrever as verdades”
	“(…) a censura previa já terminou. Quem começou com essa censura foi Salazar que não gostava que falassem mal dele nos jornais, revistas, filmes e radio.”
	“nos livros de hoje em dia não diz nada sobre a censura «visados»”
	“porque mesmo que seja contra ou a favor do regime põem nos jornais, etc...”
<b>Direitos Humanos</b>	“(…) porque já todos têm direitos e deveres”

	“hoje em dia temos todos os nossos direitos humanos”
<b>Democracia</b>	“(…) a censura era do tempo de Salazar e nós não estamos nesse tempo, estamos no temos que temos liberdade depois do 25 de Abril”
<b>Justiça</b>	“não porque já foi feita justiça”

Tabela 13- Análise das respostas dadas à questão 1.

Após analisarmos as respostas dadas pelos alunos à primeira questão, é evidente que a maioria relaciona a censura com a liberdade de expressão e que considera que na atualidade esta prática não existe porque os jornais e os restantes meios de comunicação social publicam notícias a favor e contra o Estado e que essas mesmas não são proibidas. Dois alunos referem que todos os cidadãos atualmente têm direitos e deveres e um dos alunos referiu a Revolução de 25 de abril de 1974 como justificação para o fim da existência de censura e o início da liberdade. Um aluno relaciona o fim desta prática com um ato de justiça.

Em resposta à questão 2- *“Podemos considerar Portugal uma verdadeira democracia? Justifica a tua resposta”*, todos os alunos responderam afirmativamente (100%). Voltamos a fazer uma análise ao conteúdo das respostas através da definição de categorias, apresentadas na tabela seguinte.

<b>Questão 2- Podemos considerar Portugal uma verdadeira democracia? Justifica a tua resposta.</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Justificações dos participantes</b>
<b>Direitos Humanos</b>	“porque temos todos o direito da liberdade”
	“as pessoas têm direitos e deveres”

	“(…) temos todos os mesmos direitos e deveres, não é como no tempo de Salazar onde as mulheres ficavam em casa a <i>coidar</i> dos filhos e os homens iam trabalhar”
	“porque temos os mesmos direitos e deveres”
	“Portugal tem direitos e deveres”
	“porque os direitos e deveres foram feitos de forma correta”
<b>República</b>	“porque temos presidentes”
<b>Liberdade de voto</b>	“hoje em dia toda a gente tem liberdade para votar e mais coisas e antes não”
	“porque o povo ainda pode votar em quem quiser”
	“porque nos temos liberdade de votar no presidente que queremos.”
<b>Igualdade</b>	“porque nas coisas que são publicadas é igual para todas as pessoas”
	“porque os direitos de todas as pessoas são iguais”
<b>Liberdade de escolha/expressão</b>	“ninguém é proibido de fazer coisas, toda a gente tem o direito de falar”

Tabela 14- Análise às respostas dadas à questão 2.

Tal como podemos observar, a categoria “Direitos Humanos” surge novamente, sendo a mais referida pelos alunos, mostrando que estes relacionam a democracia com a garantia de direitos e deveres humanos. Um dos alunos relaciona a existência da democracia com a República, isto é, com a existência de um presidente como chefe do Estado. Três alunos apontam a Liberdade de voto como justificação para considerarem Portugal uma democracia e dois alunos referem a questão da Igualdade, quer na imprensa quer nos direitos humanos. Um dos alunos aponta a liberdade de escolha e de expressão como garantia da democracia.

Por último, foi colocada a terceira questão, onde os alunos são questionados novamente quanto ao significado do conceito de Censura, tal como na primeira questão do questionário inicial. Ao contrário do que aconteceu no primeiro questionário, em que 6 alunos responderam que não sabiam o significado do conceito, todos os alunos responderam à questão colocada e as suas respostas foram analisadas no que diz respeito ao seu conteúdo e, mais uma vez, categorizadas.

<b>Questão 3- Feito este percurso, o que é para ti a Censura?</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Justificações dos participantes</b>
<b>Liberdade de expressão/Censura prévia</b>	“na altura do estado novo quem fizesse jornais passava por <i>varias</i> pessoas que liam e se falasse mal de <i>salazar</i> era cortado e ninguém lia”
	“é uma comissão que corta tudo o que é contra o regime Salazarista, escondendo a verdade”
	“é o Estado ver os jornais, livros, revistas... e cortar as partes que falam mal do Estado (...) para as pessoas não ficarem a pensar mal do Estado”
	“é coando veem que dizem alguma <i>coiza</i> contra o governo”
	“é uma empresa que corta partes que fala mal do Estado com o “lápiz azul”
	“é quando as notícias são censuradas para não falarem mal do Estado Novo”
	“é uma empresa que não deixa passar nada que esteja a falar mal do Estado”
	“é o estado não dizer a verdade ao seu povo”
	“é quando um texto ou uma notícia tem de ser avaliada por a censura, se tem algo de mal é censurado”
	“é um grupo chamado <i>Comissão</i> de Censura e é para ver se revistas e jornais podiam ser vendidos ou publicados”

	“é fazer cortes nas <i>notícias</i> que falavam alguma coisa que o governo não quisesse”
	“é «cortar» uma parte dos jornais, teatros, filmes, etc, antes de ser lançado”
<b>Questões monetárias</b>	“é a falta de dinheiro”

Tabela 15- Análise às respostas dadas à questão 3.

Depois de observar a tabela apresentada, é possível concluir que a maioria dos alunos associa o conceito de Censura à falta de liberdade de expressão, especialmente na imprensa. Consideramos importante salientar ainda o facto de os alunos demonstrarem ter assimilado conceitos relativos à Censura e à sua prática, como “*Comissão de Censura*”, “*censurado*”, “*Estado*”, “*regime Salazarista*” e os utilizarem nas suas respostas.

Por fim, de acordo com as respostas dadas pelos alunos neste questionário e tendo como comparação as respostas dadas ao primeiro questionário, concluímos que é notório o desenvolvimento do seu saber histórico, principalmente no que diz respeito à Compreensão histórica e à temporalidade, uma vez que demonstraram ser capazes de identificar no tempo e caracterizar alterações significativas na sociedade portuguesa e de utilizar conceitos de tempo nas suas respostas, como “*Estado Novo*”, “*hoje em dia*”, “*tempo de Salazar*”, “*depois do 25 de Abril*”, “*agora*”, etc.

## Capítulo V – Conclusões

No presente capítulo é realizada a conclusão deste estudo, dando resposta às questões inicialmente colocadas. São também apresentadas as limitações encontradas ao longo da sua realização e ainda algumas considerações finais e sugestões de investigação futura.

### 5.1. Conclusões do estudo

Terminada a realização deste estudo e analisados os dados obtidos, é inquestionável a importância de refletir e fazer uma conclusão de todo o percurso realizado, seguindo os objetivos definidos inicialmente para dar resposta às questões de investigação definidas.

Assim sendo, em relação à primeira questão orientadora – **“Que conceções apresentam os alunos acerca da temática da Censura?”**, com base nos dados recolhidos através do questionário inicial, podemos concluir que nenhum aluno revelou ser capaz de definir o conceito de “censura” com clareza. No entanto, cerca de um terço dos alunos revelaram estar familiarizados com o conceito de “Censura”, associando-o à proibição de algo, essencialmente ligada à imprensa, isto é, à proibição de palavras ou à vigia dos meios de comunicação, como por exemplo, os jornais. Os restantes alunos, apesar de afirmarem conhecer o significado do conceito, não foram capazes de o definir ou relacionaram-no com diferentes ideias por vezes desconexas como leis, sociedades e religião. No que diz respeito à identificação de atos proibidos pela censura durante o período do Estado Novo, os alunos apenas selecionaram as alíneas que diziam respeito a atos como a Greve e opinar sobre assuntos relacionados com o regime. Assim sendo, consideramos que esta questão se deve ao facto de se tratar de temáticas muito atuais e recorrentes na discussão do debate público e na abordagem dos diferentes meios da Comunicação Social.

Relativamente à segunda questão orientadora – **“Os alunos demonstram compreender e refletir sobre a importância da liberdade através da abordagem didática sobre a censura no Estado Novo?”**- concluímos que a maioria dos participantes demonstrou ter consciência da ausência de liberdade individual, assim como da existência de uma polícia política durante o período do Estado Novo. Os alunos demonstraram ser capazes de refletir sobre a importância da liberdade e da sua garantia e definiram o ato de censura como um ato injusto e que molda a forma de viver das pessoas.

Através da segunda atividade realizada, a visualização e análise do testemunho real, podemos observar algumas respostas dadas pelos participantes que comprovam o que concluímos anteriormente:

- *“O que me maguou mais foi eles não se poderem juntar para falar ou jogar alguma coisa ou então tomar um café entre amigos. Eles só podiam tar dois e mal. Isso é injusto!”;*

- *“(…) a PIDE eram uns polícias maus”;*

- *“O que me marcou mais foi que as pessoas não confiavam em ninguém”;*

- *“O que me marcou mais foi o facto das pessoas não poderem confiar em ninguém, (...) também se destaca o facto das pessoas olharem de canto na rua e não socializarem”.*

Com base nas respostas dos participantes apresentadas podemos observar que estes consideram que a Censura para além de limitar a liberdade de cada um, afeta ainda a vida das pessoas no que diz respeito à sua relação com os outros, uma vez que, provocada pelo medo, surge a desconfiança.

Por fim, no que diz respeito à terceira questão orientadora – **“Que transformações revelam os alunos no seu pensamento histórico e cívico face a esta problemática?”**, de acordo com as respostas dadas pelos alunos no questionário final e tendo como comparação as respostas dadas ao primeiro questionário, concluímos que é notório o desenvolvimento do seu saber histórico, principalmente no que diz respeito à Compreensão histórica e à temporalidade, uma vez que demonstraram ser capazes de identificar no tempo e caracterizar alterações significativas na sociedade portuguesa e de

utilizar conceitos de tempo nas suas respostas, como *“Estado Novo”*, *“hoje em dia”*, *“tempo de Salazar”*, *“depois do 25 de Abril”*, *“agora”*, etc.

No que concerne à definição do conceito de *“Censura”* e à compreensão dos atos utilizados na sua prática, verificou-se uma evolução positiva após o desenvolvimento das atividades, uma vez que a maioria dos participantes foi capaz, no questionário final, de descrever em que consiste esta prática, utilizando conceitos adequados como *“Estado Novo”*, *“Comissão de Censura”*, *“cortes”*, *“regime Salazarista”* ou *“lápiz azul”*.

Concluimos também que os participantes demonstraram a capacidade de estabelecer relações entre o passado e o presente através das respostas dadas à segunda questão do questionário final. Sendo questionados sobre o facto de Portugal ser uma verdadeira democracia na atualidade, os alunos justificaram as suas ideias/percepções através da apresentação de comparações com situações do passado, nomeadamente do período abordado no estudo, o Estado Novo.

Podemos ainda concluir que os alunos revelam uma aprendizagem diacrónica, diferenciando os vários contextos de épocas temporais.

Para finalizar, após a análise das questões orientadoras, a resposta à questão principal desta investigação é clara: a abordagem da temática da *“censura”* e a sua prática no período do Estado Novo, permitiu que os alunos refletissem e percebessem que a liberdade de expressão não esteve sempre assegurada na vida da sociedade portuguesa e que essa mesma liberdade é um direito que temos de valorizar e nunca o tomar como garantido. Ao longo das atividades desenvolvidas, os alunos demonstraram preocupação e empatia sobre aspetos do passado, nomeadamente no que diz respeito às liberdades individuais e à falta de confiança que a censura provocou nas pessoas.

De acordo com o Conselho da Europa ( ), *“a empatia é importante (...) para capacitar os alunos a darem o seu contributo na vida das sociedades democráticas diversas”* e surge através do ato de fazer *“ligações e compreender as motivações e os fatores causais plausíveis dos acontecimentos históricos e ações humanas”* (p.24).



## 5.2. Limitações do estudo

Ao fazermos uma retrospectiva do percurso realizado nesta investigação, consideramos que este teve algumas limitações e dificuldades. Uma delas prende-se essencialmente ao tempo disponível para desenvolver o estudo. Demonstrando-se insuficiente para um melhor e maior aprofundamento, reconhecemos que este estudo é sujeito a melhorias e que pode ser complementado, uma vez que não foi possível abordar a temática de forma tão aprofundada como gostaríamos e idealizamos. Apesar de termos a consciência tranquila por termos feito o nosso melhor e dos participantes terem sido elementos ativos ao longo das sessões, consideramos que seria uma mais valia existirem mais sessões que permitissem a exposição e discussão de ideias.

Outra dificuldade encontrada foi a ausência de alguns alunos durante a implementação das atividades, o que se traduziu em mudanças significativas no processo de recolha de dados bem como no próprio desenho do estudo.

Por fim, apontamos ainda que o facto de não existirem trabalhos semelhantes de tratamento desta temática dificultou o desenvolvimento do estudo no que diz respeito ao seu enquadramento teórico.

## 5.3. Sugestões para estudos futuros

Numa investigação futura, consideramos que seria uma mais valia alargar o número de participantes deste estudo, isto é, implementar e desenvolver as atividades com mais do que uma turma de forma a obter dados de uma amostra mais significativa. Desenvolver e implementar mais atividades e tarefas, com tipologias diferentes, com os alunos seria também pertinente, permitindo uma abordagem mais aprofundada do tema.

#### 5.4. Considerações finais

Sendo uma das finalidades do ensino da História promover o desenvolvimento da sensibilidade, do espírito crítico e das capacidades de expressão dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes e valores que os conduzam a uma integração e intervenção de forma democrática na sociedade a que pertencem, consideramos que este estudo foi uma mais valia para a formação de jovens conscientes da importância das suas práticas e da sua intervenção na vida em comunidade.

De acordo com Igreja (2004), o subtema “Os anos da ditadura” e subjacentemente a temática da Censura no Estado Novo e a sua articulação com os Objetivos Gerais na sua perspetiva da educação para a cidadania possuem “um forte valor formativo, não só ao nível do desenvolvimento de valores e atitudes de autonomia como também do ponto de vista do desenvolvimento dos princípios e valores democráticos” (p.253). Concordando com o autor e tendo em conta que o professor desempenha um papel crucial na criação de ambientes de aprendizagem efetiva através da utilização de variadas abordagens, consideramos que o estudo desenvolvido permitiu que os alunos compreendessem o impacto que as suas práticas, enquanto cidadãos, podem ter na sociedade, contribuindo para um mundo mais justo.

Sendo que um dos papéis do estudo da História deve ser “dar exemplos de como as ações das pessoas no passado, individual ou coletivamente, deixaram a sua marca no mundo” (Conselho da Europa, 2018, p.14), podemos ainda concluir que este estudo permitiu aos alunos compreender o impacto das ações das pessoas que viveram e agiram durante o período do Estado Novo, essencialmente no que diz respeito às ações dos grupos dominantes da sociedade. Consideramos também que, numa das atividades desenvolvidas, o recurso a um testemunho real e atual, residente na mesma cidade dos participantes deste estudo, foi uma mais valia para os alunos uma vez que “a familiaridade com o registo das experiências passadas dos cidadãos tem um papel a desempenhar no desenvolvimento de uma cidadania ativa” (Conselho da Europa, 2018, p.14).

Não podíamos estar mais de acordo com o Conselho da Europa, quando este afirma que é fundamental que se adotem certos processos, atitudes e comportamentos e se desenvolvam contextos educativos onde se reflitam os valores da democracia e dos direitos humanos, essenciais para a construção de uma sociedade democrática.

Assim sendo, e enquanto futuros professores de História, terminamos este estudo com a certeza que é nosso o papel de ajudar os alunos a adquirir estes valores democráticos e de desenvolver as suas atitudes, capacidades, conhecimentos e competências no que diz respeito à valorização “da dignidade humana e dos direitos humanos” e “da democracia e da justiça”, ao “respeito”, às “capacidades de análise e pensamento crítico”, à “empatia”, ao “conhecimento e compreensão crítica do mundo” e ao “espírito cívico” (Conselho da Europa, 2018, p.13).

Concluindo, consideramos que o presente trabalho ajuda a refletir sobre a importância das liberdades individuais e coletivas, numa época em que novos mecanismos de controlo do pensamento emergem e em que “novas censuras” se vão afirmando e ganhando adeptos. O respeito pela alteridade é fundamental e deve nortear uma verdadeira vivência democrática em sociedades cada vez mais plurais e complexas como as contemporâneas. A História será, nessa matéria, um aliado precioso e fundamental.

## Parte III – Reflexão Global

A terceira parte deste relatório diz respeito a uma reflexão individual acerca da experiência vivida durante a Prática de Ensino Supervisionada, apresentando os pontos mais ou menos positivos e evidenciando o seu contributo para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

### Reflexão

Ao longo de todo o meu percurso académico, foi-me dito por diversas pessoas que não tinha feito uma boa escolha porque “não faltam professores” ou porque “ser professor já não é o que era”. Admito que nos primeiros anos após terminar o Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico no ano de 2015, comecei a achar que realmente essas pessoas tinham razão e que mais valia desistir, uma vez que ano após ano, a história repetia-se e não era colocada em nenhuma escola, não conseguindo exercer a profissão que escolhi.

No entanto, e porque fui educada para nunca baixar os braços, agarrei-me ao facto de considerar que a Educação é realmente a minha vocação e o que me faz feliz, e decidi envergar por outro caminho que não o que me levava a deixar para trás o meu sonho, o de ser educadora/professora.

Assim, e apesar da minha paixão pelos “mais pequenos”, esta situação levou-me a tomar a decisão de ingressar nesta nova “aventura” académica. Após avaliar e refletir sobre as possibilidades e oportunidades que um mestrado em 2º Ciclo do Ensino Básico me poderia trazer, tendo em conta que neste grupo profissional existem, neste momento, mais vagas, decidi realizar esse mesmo mestrado de forma a conseguir iniciar a minha vida profissional enquanto professora.

O facto de manter o meu emprego durante os dois anos da realização do mestrado, tornou todo o processo, por vezes, complicado e exaustivo, mas, ao mesmo tempo, desafiante e motivador. Todos os momentos, apesar dos obstáculos com que me deparei, foram cruciais para o meu desenvolvimento enquanto profissional e não poderia estar mais feliz com o resultado desta caminhada. Dentro das limitações com que tive que lidar, principalmente no que diz respeito à gestão do tempo, tenho agora a certeza de que dei o meu melhor e que este trabalho é resultado de um caminho percorrido com muito esforço e muita força de vontade para que tudo se realizasse, não só respeitando os prazos e moldes exigidos pela instituição, mas também para corresponder às exigências por mim impostas para a sua realização.

Tendo em conta que já tinha concluído as unidades curriculares referentes ao 1º Ciclo do Ensino Básico no Mestrado em Pré-Escolar e 1º Ciclo do EB, apenas realizei as direccionadas ao 2º Ciclo do EB. Posto isto, inicialmente, estava um pouco receosa por diferentes razões. Primeiramente o facto de voltar a estudar depois de um período alargado e de iniciar a vida profissional, trouxe-me algumas incertezas quanto à minha capacidade para regressar à rotina de estudo e seguir comportamentos metódicos, que considero fundamentais para o sucesso escolar. Segundo porque, embora tivesse analisado detalhadamente o Plano de Estudos do mestrado, não conhecia a forma como era desenvolvido e tinha receio que fosse essencialmente teórico e se tornasse, para mim, desmotivador.

Contudo, todo o decorrer do mestrado me surpreendeu pela positiva. Destaco a preocupação de todos os docentes responsáveis pelas unidades curriculares em “transformar” as aulas em verdadeiras “oficinas” de preparação para a nossa futura vida profissional. Em todas as unidades curriculares senti que era dada uma importância absoluta em sermos nós, os alunos, os agentes do nosso conhecimento, e que todos os conteúdos programáticos eram meticulosamente pensados para serem futuramente úteis, sobretudo na PES.

No final do primeiro ano do mestrado, em junho de 2019, fiquei a primeira vez colocada, numa escola de 1º Ciclo, numa cidade do distrito de Lisboa. Apesar de ter sido

totalmente inesperado, visto o ano letivo estar quase no final, decidi aceitar o desafio. Assumi uma turma de 2º ano e posso dizer que ter ingressado neste mestrado foi uma mais valia para conseguir “responder” com sucesso aos desafios que me foram colocados. O facto de ter lembrado certos conteúdos programáticos e como elaborar uma planificação, por exemplo, foi muito útil para esta fase da minha vida profissional. Depois de terminar as minhas funções na escola e regressar a Viana do Castelo, tive ainda mais certeza que estava no caminho certo e senti-me mais motivada para terminar o mestrado e ingressar na sua fase mais desafiante, a Prática de Ensino Supervisionada.

Quando olho “para trás”, recordo o quanto esta etapa foi trabalhosa e intensiva. Inicialmente surgiram imensas dúvidas e receios de não estar “à altura”, visto que assumir uma turma exige muita responsabilidade para conseguir ultrapassar todos os desafios que daí surgem.

No entanto, após as semanas de observação, que considero serem fundamentais para recolhermos informações acerca da turma, no que diz respeito ao grupo em si, aos seus comportamentos, principais dificuldades e capacidades, os receios transformaram-se em segurança e vontade de continuar. Perante o que foi observado, as planificações foram elaboradas tendo em conta que os alunos apresentam níveis de desenvolvimento muito diferentes e por isso foi fundamental, tal como refere Sanches (2001), não ter como única referência o programa enviado pelo ministério(p.47) e tomar consciência que, se o professor não tiver em conta as aprendizagens de cada aluno para o desenvolvimento das atividades, podem surgir situações de frustração para os alunos ou mesmo pequenos insucessos, principalmente nos que apresentam mais dificuldades (idem, p.50). Assim sendo, é indiscutível a importância das planificações didáticas, sendo fundamental, enquanto professora, refletir sobre o processo de ensino/aprendizagem, tendo em conta as características e necessidades de cada aluno e atendendo aos seus conhecimentos prévios para a realização de uma planificação rigorosa e que oriente a aula da melhor maneira.

Em ambos os contextos, o maior desafio foi, sem dúvida, não me limitar ao uso do manual escolar e desenvolver atividades diversificadas e desafiadoras, respeitando os conteúdos programáticos.

No que diz respeito ao contexto do 2º Ciclo, o facto de as planificações serem realizadas para as quatro semanas de intervenção, ao invés de planificar semanalmente como aconteceu no contexto de 1º Ciclo, surgiu a necessidade de adaptar certas atividades ao longo do tempo. Por outras palavras, com base nas reflexões realizadas após cada dia de regência, algumas atividades previamente planificadas foram alteradas de forma a que melhor se adaptassem à turma em questão e às suas necessidades. As reflexões após cada aula com o professor cooperante e as realizadas com o professor orientador foram muito importantes para identificar e colmatar falhas e refletir sobre possíveis melhorias, no que diz respeito a estratégias e recursos utilizados.

Uma vez que já tinha experienciado o contexto de 1º Ciclo, a experiência no 2º Ciclo foi para mim mais desafiante e marcante e por isso considero pertinente descrevê-la com mais detalhe.

Toda a intervenção no 2º Ciclo do EB permitiu-me por à prova os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares realizadas no mestrado e ainda assumir o papel de professor investigador, com o objetivo de “compreender os sujeitos com base nos seus pontos de vista” (Bogdan & Biklen, 1994, p.54). Assim sendo, a minha principal preocupação foi agir como um orientador na sala de aula, de forma a facultar aos alunos meios e recursos para estes serem capazes de construir o seu próprio conhecimento, olhando para a sala de aula como um espaço permeável “a um saber que não se restringe ao agora, que permite que cada um cresça além dos limites de um aqui, que é recetivo a múltiplas interpretações e interações” (Moreira & Marques, 2020, p.75).

Relativamente ao estudo de investigação realizado, sublinho o seu impacto, quer por questões pessoais, quer no que diz respeito às aprendizagens dos alunos. O tema abordado, como já referi anteriormente, foi selecionado por mim uma vez que, para além da sua clara pertinência, constituiu um interesse pessoal e não podia estar mais feliz por o ter conseguido desenvolver com os alunos. A meu ver, esta temática permite que os alunos

sejam mais do que meros ouvintes e que se formem como “cidadãos informados, participativos e críticos” (Moreira & Marques, 2020, p.80), “rumo a uma sociedade cada vez mais madura, tolerante e capaz de (re)construir em momentos de crise de identidade(s)” (idem, p.75), tal como o momento em que vivemos atualmente. Através da investigação desenvolvida, tornou-se possível a troca de experiências e saberes, tornando a sala de aula um lugar onde os alunos se sentem motivados e participam ativamente na construção do seu conhecimento.

O maior desafio na realização deste estudo foi desenvolvê-lo ao mesmo tempo que eram lecionados os conteúdos da disciplina de HGP, tendo em conta que o tempo disponível em cada aula é muito reduzido. No entanto, e apesar de considerar que a existência de mais tempo teria sido uma mais valia para uma investigação desta natureza, o balanço que faço do resultado obtido é extremamente positivo. Destaco ainda a disponibilidade do professor cooperante, em me disponibilizar uma sessão extra para a realização da última atividade planificada para a realização do estudo.

Esta investigação permitiu-me ainda refletir e perceber de que forma o ensino da História e Geografia de Portugal constituiu um caminho para a promoção de determinados temas que são indiscutivelmente importantes e preocupantes, tal como o que foi abordado. A disciplina de HGP surge como uma das disciplinas que direciona a formação para a cidadania e não podia estar mais de acordo com Kantovitz (2012) quando o autor refere que:

(...) o ensino de História está num movimento de renovação, nas últimas décadas, incorporando novos temas e novas abordagens, que oportunizam uma aprendizagem mais significativa e instigadora para o aluno. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade pode ser considerada uma das novas formas de trabalhar a disciplina de História, rompendo com as formas tradicionais de trabalhar os conteúdos, e propulsora de novas aprendizagens. (p.96 -97)

Assim sendo, a interdisciplinaridade foi também uma temática à qual dei muita atenção, não só no desenvolvimento deste estudo, mas ao longo de toda a Prática de Ensino Supervisionada, tendo em conta que:



A interdisciplinaridade como estratégia de ensino permite motivar os alunos para novas aprendizagens e desenvolver neles capacidades que lhes vão ser úteis no futuro, como, por exemplo, a recolha e análise de informação; o raciocínio e a resolução de problemas; pensamento crítico; o relacionamento interpessoal e de cooperação; a autonomia; todas elas competências-chave que constam no Perfil dos Alunos para o século XXI (Oliveira, 2017, p.51).

Em jeito de conclusão, o caminho percorrido ao longo deste dois anos foi caracterizado por aprendizagens sistemáticas e fundamentais para o meu futuro enquanto docente. Apesar de todo o trabalho intensivo, termino esta etapa com saudade e com a certeza de que vou relembrar todo este percurso com uma grande nostalgia e felicidade e que me tornei numa pessoa mais consciente, mais confiante e orgulhosa do que consegui conquistar.

Termino com uma expressão do filósofo George Santayana, que considero que todos devíamos ter presente, não só enquanto profissionais de educação, mas como cidadãos ativos, capazes de compreender o mundo em que vivemos.

“Aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo”.

## Referências Bibliográficas

- Barca, I. (2004). Aula oficina: Do Projeto à Avaliação. In Barca, I. (Org.) *Para uma Educação Histórica de Qualidade. Atas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica* (pp.131-144). Braga: CIED.
- Barca, I. (2013). Ensinar história de modo linear faz com que os alunos se lembrem só dos marcos cronológicos. *Revista Nova Escola*. 260.
- Barton, K. (2004). Qual a utilidade da História para as crianças. Contributos do ensino da História para a cidadania. In Atas Minho: Centro de Investigação em Educação (CIEd)/Instituto de Educação em Psicologia, *Para uma educação histórica de qualidade* (p. 11-27). Consultado em 8 nov. 2020. Disponível em <https://lapeduh.files.wordpress.com/2018/04/para-uma-educac3a7c3a3o-histc3b3rica-de-qualidade.pdf?fbclid=IwAR03H67fAP-wJR30OUhSMqL-o1DLJUq98azTEFfjtrEfJ623KlaVXhEDNis>
- Bodgan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. (M. Alvarez, S. Santos, & T. Baptista, Trans.) Porto: Porto Editora.
- Buescu, H., Morais, J., Rocha, M. R., & Magalhães, V. (2015). Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico. Ministério da Educação e Ciência.
- Caldeira, A. (2008). A censura a que temos direito. *Revista Media & Jornalismo*, 12, 9-18. Consultado em 17 nov. 2020. Disponível em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n12-a-censura-a-que-temos-direito.pdf>
- Censura. (1985). Em *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* (Vol. I) (pp. 118-119). Alfa.
- Censura. (1996). Em *Dicionário de história do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. (Vol. I), (pp. 139-140). Venda Nova: Bertrand Editora.

Censura. (2020). Em *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Consultado em 17 de nov. 2020. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/censura>

Comité Português para a UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Consultado em 8 de nov. 2020. Disponível em [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf)

Conselho da Europa. (2018). *Ensino de qualidade na disciplina de história no século XXI. Princípios e linhas orientadoras*. Consultado em 8 de nov. 2020. Disponível em <https://rm.coe.int/ensino-de-qualidade-na-disciplina-de-historia-principios-e-linhas-orie/16808fd8b6>

Coutinho, C. (2005). *Metodologia da Investigação em Educação*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

Coutinho, C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.

Cristino, M. C. (2014). Um novo olhar sobre as Conversas em Família de Marcello Caetano. *Revista História*, 4, 111-130.

Declaração dos Direitos Humanos (1948). Artigo 26.º, alínea 2. Assembleia Geral das Nações Unidas. Lisboa. Consultado em 8 de nov. 2020. Disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril. Diário da República n.º 86/1976 - Série I. Artigo 37.º. Consultado em 9 de nov. 2020. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada//lc/337/201903120346/127996/diploma/indice>

Decreto-lei nº.65/78 de 13 de outubro de 1978. *Diário da República n.º 236, 236/1978, Série I*. Lisboa.

- Dias, L. E. S. P. (2014). *A Metodologia da Aula-Oficina no Ensino da História e da Geografia*. (Dissertação de mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Consultado em 9 de nov. 2020. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/15784/1/Liliana\\_Dias\\_Metodologia\\_aulaoficina.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/15784/1/Liliana_Dias_Metodologia_aulaoficina.pdf)
- Direção Geral da Educação - DGE. (2018). *Aprendizagens Essenciais de História e Geografia de Portugal: 6.º ano. 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Fernandes, J. A. (2019, 5 de março). *O século XXI não será fascista. Será outra coisa, que desconhecemos*. *Público*. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/03/05/mundo/noticia/seculo-xxi-nao-sera-fascista-sera-desconhecemos-1864100>
- Gama, M. (2007). *Da censura à autocensura no Estado Novo*. Universidade do Minho: Instituto de Letras e Ciências Humanas. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28548>
- Garcia, José L. (2009). Sobre a censura em Portugal. In *Estudo sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses no limiar do século XXI*. (47- 62). Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/file/4801/download?token=M4nw-WAA>
- Gueterres, A. (2020). Guterres diz que imprensa salva vidas com informação sobre saúde pública. *Nações Unidas News*. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712372>
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Igreja, M. A. A. (2004). *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho. Braga. Consultado em 10 de nov. 2020.

Disponível em  
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/951/5/Capitulo%20III.pdf>

Jorge, J. (2018). Liberdade de expressão. *Público*. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/08/14/politica/opiniao/liberdade-de-expressao-1840964>

Kantovitz, G. (2012). A disciplina de História e a formação para a cidadania: uma experiência interdisciplinar. *EntreVer - Revista das Licenciaturas*, 2(2), 95-109. Consultado em 2 de nov. 2020. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em <http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/EntreVer/article/view/1634>

Ketele, J., & Roegiers, X. (1998). *Metodologia da recolha de dados: fundamentos dos métodos e observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lopes, H. F. (2017). *Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A União nacional em perspectiva Organizacional e comparativa*. *Observatório Político*. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em: [http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/11/WP\\_76\\_HL.pdf](http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/11/WP_76_HL.pdf)

Lusa, A. (2020). Líderes europeus destacam importância da liberdade de imprensa face à pandemia. *Observador*. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/05/03/lideres-europeus-destacam-importancia-da-liberdade-de-imprensa-face-a-pandemia/>

Ministério da Educação. (1991). *Organização Curricular e Programas, Volume 1, Ensino Básico - 2.º Ciclo - História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.

Moreira, A. I., & Marques, G. M. (2019). *Educação histórica entre os 3 e os 12 anos -Desafios para quem ensina e para quem aprende*. CIIE/Edições Afrontamento. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em <https://fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/07.AnaMoreira%26Gonc%CC%A7aloMarques.pdf>

Nações Unidas. [s.d.] *Direitos Humanos*. Consultado em 5 de jan. 2021. Disponível em <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>

Oliveira, J. M. R. (2017). *Interdisciplinaridade como Estratégia de Ensino-Aprendizagem no 1ª CEB e em Português e História e Geografia de Portugal no 2ª CEB*. (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto. Consultado em 25 de nov. 2020. Disponível em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2491/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio.pdf>

Pagès, J. & Santisteban, A. (2013). *Una mirada del pasado al futuro en la didáctica de las ciencias sociales*. In J. Pagès & A. Santisteban (Eds.), *Una mirada al pasado y un proyecto de futuro. Investigación e innovación en didáctica de las ciencias sociales (Vol.1, pp. 17-39)*. Barcelona: Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales. Consultado em 25 de nov. 2020. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=557578>

Pinto, A. C. (1990). O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?. *Análise Social*. XXI (108- 109). 695-713. Consultado em 25 de nov. 2020. Disponível em [http://www.antoniocostapinto.eu/docs/articles/O%20Salazarismo%20na%20Recente%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20o%20Fascismo%20Europeu-%20Velhos%20Problemas,%20Velhas%20Respostas\\_663532.pdf](http://www.antoniocostapinto.eu/docs/articles/O%20Salazarismo%20na%20Recente%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20o%20Fascismo%20Europeu-%20Velhos%20Problemas,%20Velhas%20Respostas_663532.pdf)

Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em [https://books.google.pt/books/about/Breve\\_Hist%C3%B3ria\\_da\\_Censura\\_Liter%C3%A1ria\\_em.html?id=mn4sAAAAYAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.pt/books/about/Breve_Hist%C3%B3ria_da_Censura_Liter%C3%A1ria_em.html?id=mn4sAAAAYAAJ&redir_esc=y)

Sanches, I. R. (2001). *Comportamentos e estratégias de actuação na sala de aula*. Porto: Porto Editora.

Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo* (2ª ed). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (1950). *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em [https://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_POR.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf)

UNESCO. (2015). *Educação para a cidadania global: Preparando alunos para os desafios do século XXI*. Brasília: UNESCO. Consultado em 2 de nov. 2020. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002343/234311por.pdf>

UNESCO. (2016). *Educação para a cidadania global: Tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO. Consultado em 24 de nov. 2020. Disponível em [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/unesco\\_educacao\\_para\\_a\\_cidadania\\_global.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/unesco_educacao_para_a_cidadania_global.pdf)

United States Holocaust Memorial Museum. [s.d]. *Propaganda e Censura Nazistas*. Holocaust Encyclopedia. Consultado em 15 de dez. 2020. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-propaganda-and-censorship>

## Anexos

Anexo 1- Exemplo de uma planificação implementada no 2º ciclo, na área de História e Geografia de Portugal.

Anexo 2- Exemplo de uma planificação de uma atividade implementada no âmbito do estudo realizado.

Anexo 3- Questionário inicial.

Anexo 4- Registo escrito da Atividade 2.

Anexo 5- Exemplos de desenhos realizados pelos alunos na Atividade 2.

Anexo 6- Questionário final.



**Anexo 1-** Exemplo de uma planificação implementada no 2º ciclo, na área de História e Geografia de Portugal.

<b>Mestrando: Cristiana Leite</b>		<b>Ano/ Turma: 6º ano</b>	<b>Período: 2º</b>	<b>Dia da semana: Terça-feira</b>	<b>Data: 2020</b>
<b>Área disciplinar: História e Geografia de Portugal</b>			<b>Tempo: das 13:30h às 15:00h</b>		<b>90'</b>
<b>Temas/Domínios</b>	<b>Conhecimentos, Capacidades e Atitudes</b>	<b>Desenvolvimento da aula e propostas de trabalho</b>		<b>Recursos/ Espaços Físicos</b>	<b>Avaliação</b>
<b>Portugal do século XX</b>		A professora começa a sessão com a escrita do sumário e de seguida projeta um vídeo referente a um discurso feito por Salazar em 1936, momento em que faz referência pela primeira vez aos valores do Estado Novo “Deus, Pátria, Família” (anexo 1).		Computador <i>Powerpoint</i>	

<p><b>O Estado Novo (1933-1974)</b></p>	<p>2. Conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores</p> <p>1. Indicar os principais valores defendidos pelo Estado Novo, salientando a máxima “Deus, Pátria e Família” e a obediência.</p>	<p>Seguidamente, apresenta no quadro interativo uma imagem (anexo 2) e é feita uma análise em grande grupo. De forma a promover uma análise mais aprofundada, a professora coloca algumas questões como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Do que se trata esta imagem?</li> <li>- Qual era o objetivo de Salazar com este cartaz?</li> <li>- Onde podemos encontrar os símbolos que representam “Deus, Pátria, Família”?</li> </ul> <p>Após a exploração em grande grupo a professora recapitula e mostra os elementos salientados na imagem que representam os respetivos ideais (anexo 3).</p> <p>Posto isto, é pedido que os alunos abram os manuais na página 113 (anexo 4) e é selecionado um aluno para ler a informação referente aos “Ideais do Estado Novo e a sua propaganda”, consolidando o que foi abordado anteriormente.</p>	<p>Computador or Powerpoint</p>	<p>Identifica os elementos presentes na imagem relacionando-os com cada valor;</p> <p>Identifica o objetivo do cartaz de propaganda;</p>
---	--	---	---	--



	<p>de difusão dos ideais do Estado Novo.</p> <p>(MC, p. 19)</p>			<p>Trabalha em equipa e em silêncio;</p> <p>Apresenta com clareza e fluência o seu trabalho.</p>
--	---	--	--	--

**Anexo 2-** Exemplo de uma planificação de uma atividade implementada no âmbito do estudo realizado.

<b>Mestrando: Cristiana Leite</b>		<b>Ano/ Turma: 6º ano</b>	<b>Período: 2º</b>	<b>Dia da semana: Terça-feira</b>	<b>Data: 2020</b>
<b>Área disciplinar: História e Geografia de Portugal</b>			<b>Tempo: das 13:30h às 15:00h /</b>		<b>90'</b>
<b>Temas/Domínios</b>	<b>Conhecimentos, Capacidades e Atitudes</b>	<b>Desenvolvimento da aula e propostas de trabalho</b>		<b>Recursos/Espaços Físicos</b>	<b>Avaliação</b>
<b>Portugal do século XX</b>		<p>A professora inicia a sessão com um diálogo em grande grupo com a turma, lembrando o conteúdo trabalhado na sessão anterior, a repressão no Estado Novo. De forma a introduzir a atividade seguinte, a professora coloca algumas questões como:</p> <p>- Acham que a repressão existia em todo o país?</p>			<p>Reconhece a existência de repressão em todo o país;</p>

<p><b>O Estado Novo (1933-1974)</b></p>	<p>2. Conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores</p> <p>3. Enumerar os mecanismos de repressão do Estado Novo.</p> <p>4. Referir os objetivos e a forma de atuação da polícia política, reconhecendo nos meios utilizados o desrespeito pelas liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.</p>	<p>- Conhecem alguém que tenha sofrido alguma forma de repressão?</p> <p>Posto isto, explica que vão visualizar um vídeo (anexo 1) com alguns testemunhos reais da nossa cidade, ou seja, pessoas que viveram durante o Estado Novo e que, de alguma forma, sentiram a repressão. Esta atividade faz parte do projeto de investigação desenvolvido para a realização do relatório final da PES e tem como objetivo mostrar aos alunos a realidade da História Local como elemento de proximidade e valorização envolvente e sentido de pertença para os ajudar a compreender a globalidade da História Nacional.</p> <p>Assim que terminada a visualização, é dada a possibilidade de os alunos colocarem algumas questões relacionadas com o que viram em grande grupo.</p>	<p>Computador</p> <p>Vídeo</p>	<p>Visualiza com atenção e em silêncio o vídeo;</p> <p>Identifica os mecanismos de repressão apresentados nos testemunhos;</p> <p>Coloca questões pertinentes;</p>
---	--	--	--------------------------------	--

	(MC, p. 19)	Posteriormente é-lhes pedido que escolham uma história ou situação que os tenha marcado mais nos diferentes testemunhos e que o representem através de um pequeno e respetiva ilustração.	Folhas de papel Lápis de cor	Seleciona uma situação e retrata-a através do texto e desenho;  Escreve um texto com sentido justificando a sua escolha.
--	-------------	---	---------------------------------	--

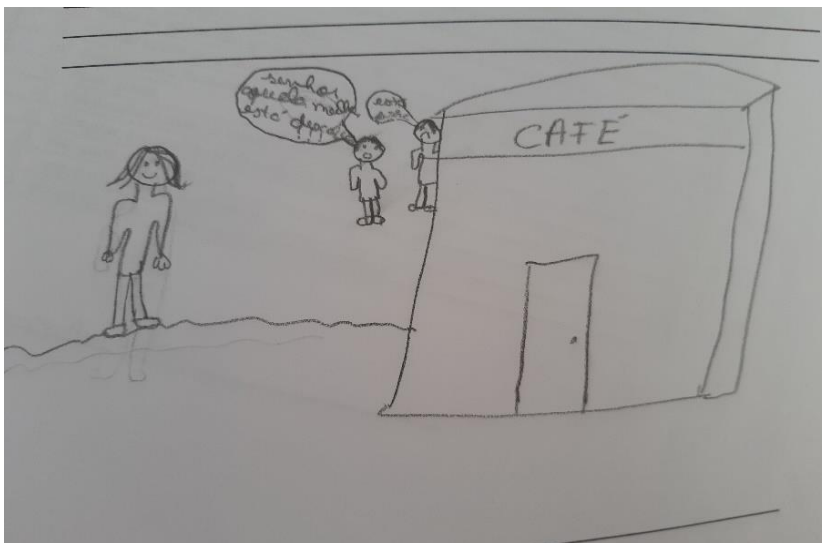
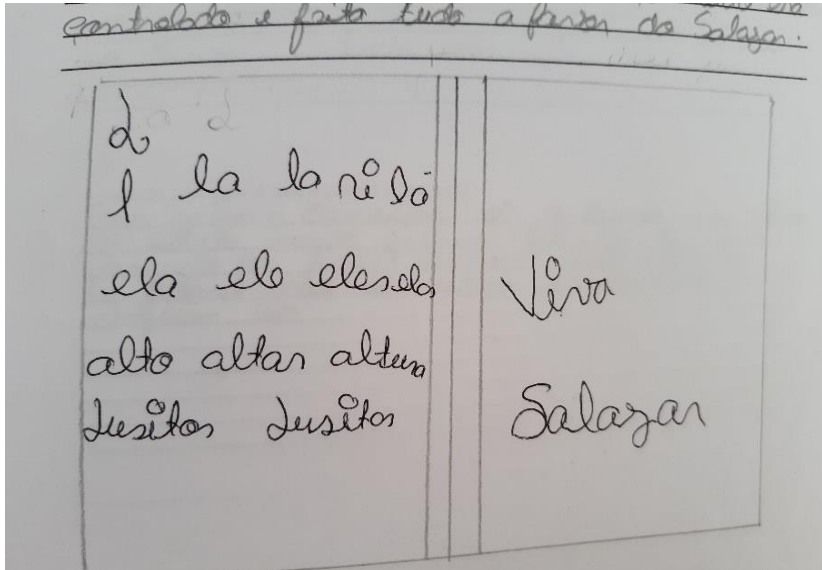
### Anexo 3- Questionário inicial.

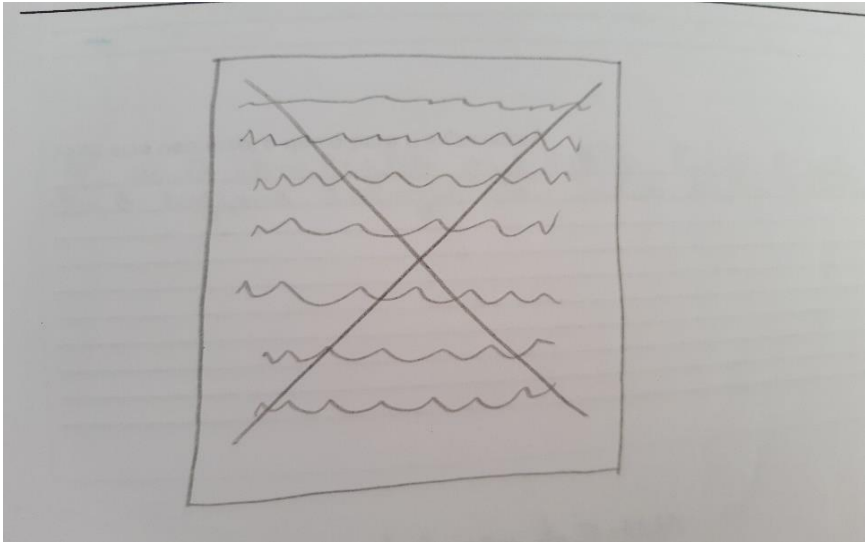
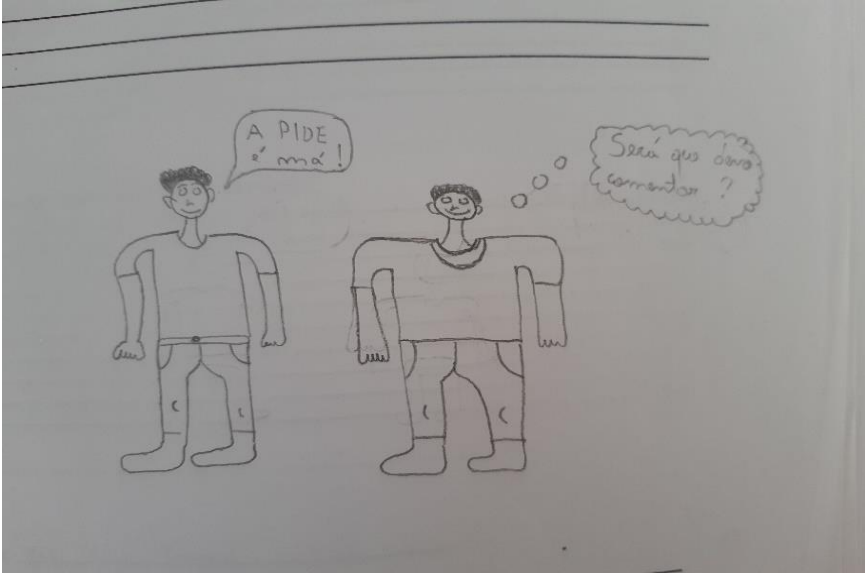
<b>A CENSURA NO ESTADO NOVO</b>	
Sabes qual é o significado do conceito “Censura”?	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>
Se sim, define-o numa palavra ou frase.	
Refere alguns atos que relaciones com a Censura.	
A Censura vigorou durante o período do Estado Novo (1932-1974) sob várias formas. Selecciona as alíneas que consideras que estão relacionadas com a Censura:	
a) Uso de isqueiros.	<input type="checkbox"/>
b) Respeito por todas as religiões.	<input type="checkbox"/>
c) Voto universal.	<input type="checkbox"/>
d) Uso de calças nas mulheres.	<input type="checkbox"/>
e) Casar sem autorização do Estado.	<input type="checkbox"/>
f) Liberdade de opção sexual.	<input type="checkbox"/>
g) Usar biquínis ou calções de banho.	<input type="checkbox"/>
h) Ir ao casino.	<input type="checkbox"/>
i) Beber coca-cola.	<input type="checkbox"/>
j) Andar descalço na via pública.	<input type="checkbox"/>
k) Todas as etnias são iguais à face da lei.	<input type="checkbox"/>
l) Opinar sobre assuntos relacionados com o regime.	<input type="checkbox"/>
m) Ouvir música livremente.	<input type="checkbox"/>
n) Fazer greve.	<input type="checkbox"/>
o) Publicar/ler todos os livros e jornais.	<input type="checkbox"/>
p) Comprar a quantidade de comida desejada.	<input type="checkbox"/>
q) Não participar na guerra.	<input type="checkbox"/>
r) Seguir a ideologia comunista.	<input type="checkbox"/>
s) Na escola todas as ideias circulam livremente.	<input type="checkbox"/>

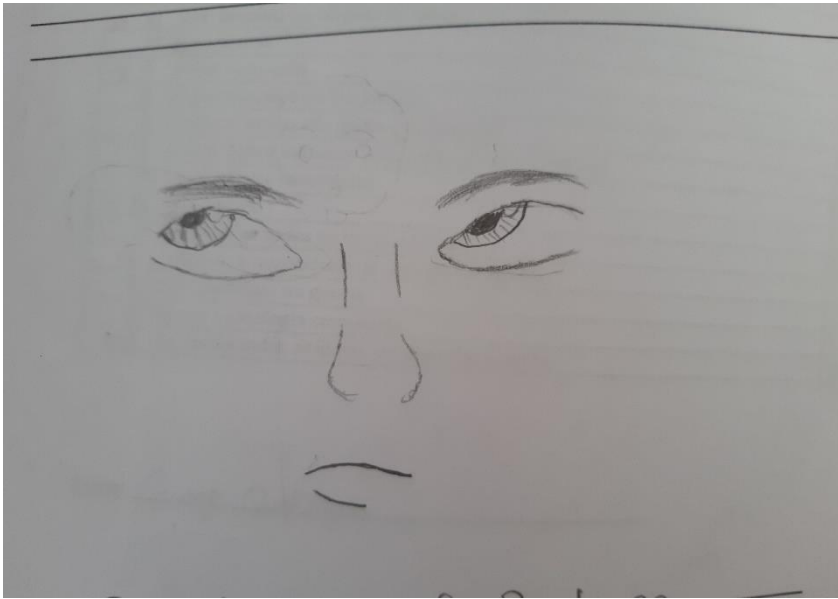




**Anexo 5-** Exemplos de desenhos realizados pelos alunos na Atividade 2.







**Anexo 6-** Questionário final.

Será que hoje vivenciamos ainda atos de censura?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Podemos considerar Portugal uma democracia plena? Justifica a tua resposta.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Feito este percurso, o que é para ti a Censura?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---